



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no
Sertão Nordestino.**

TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

**Araras
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no
Sertão Nordestino.**

TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

ORIENTADORA: PROF^a. Dr^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRA EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B817m Brandão, Tatiana Frey Biehl
Mulheres empoderadas : Uma experiência de gestão
no sertão nordestino / Tatiana Frey Biehl Brandão. --
São Carlos : UFSCar, 2016.
154 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Empoderamento das mulheres. 2. Associativismo.
3. Agroecologia no semiárido. 4. Gestão. 5.
Instrumentos contábeis-financeiros. I. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tatiana Frey Biehl Brandão, realizada em 29/02/2016:

Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges
UFSCar

Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo
UFSCar


Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo
UNESP



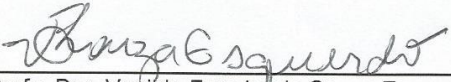
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tatiana Frey Biehl Brandão, realizada em 29/02/2016:



Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges
UFSCar



Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo
UFSCar



Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo
UNESP

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus que sempre esteve presente na minha vida.

Aos meus amigos e familiares, em especial aos meus pais Grasiela Maria e Enio Carlos, que me incentivaram nesta etapa, mas que, principalmente, compreenderam a minha ausência e falta de disponibilidade neste período.

Ao meu marido, Luciano Celso, que esteve presente em todos os momentos deste período e que muito me incentivou e inspirou nesta busca por conhecimento, seu apoio, dedicação, amor, paciência e debates foram essenciais durante este percurso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos – Campus de Araras, que me proporcionaram um crescimento acadêmico e contribuíram para o meu aprimoramento profissional, através de um olhar interdisciplinar do mundo rural, ambiente este propício a uma reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, principalmente.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Janice Borges Placeres, pela dedicação e orientações durante a construção deste trabalho, mas sobretudo, pela confiança e incentivo durante todo o processo da pesquisa científica.

Agradeço aos meus colegas da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, pela compreensão durante a fase de redação deste trabalho de pesquisa. E em especial aos professores Alcides Neto, Hérmani Magalhães e Flávio Domingos, por terem apoiado e se disponibilizado em contribuir com o meu processo de afastamento para qualificação profissional.

A Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' que me autorizou a realizar esta pesquisa, sempre abrindo as portas para me receber e disponibilizando os dados necessários para a elaboração deste trabalho. Agradeço a todas as associadas que dedicaram parte do seu tempo para colaborar com esta dissertação, recebendo-me gentilmente na sede da

Associação, em seus estabelecimentos rurais ou em suas casas. Especialmente as agricultoras-gestoras Maria Aparecida (Cida) e Maria Luzinete (Netinha) que sempre estiveram disponíveis, para explicar as particularidades desse grupo de mulheres, essencial para a compreensão do funcionamento da Associação, assim como do ambiente a qual está inserida.

Gostaria também, de agradecer as discentes da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Danessa Rafaelle, Railma Alencar e Rayane Oliveira, que me auxiliaram nas entrevistas com as associadas e a Hosana Regina, que me apresentou as mulheres da Associação.

Agradeço a Universidade Federal de Alagoas pela concessão de afastamento por 12 meses para que eu me dedicasse à conclusão das disciplinas deste curso de mestrado.

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE QUADROS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. MATERIAL E MÉTODOS.....	09
1.2. A ÁREA ESPACIAL DA PESQUISA.....	13
2. AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO CONTEXTO DO ASSOCIATIVISMO NO SERTÃO SERGIPANO: UM ESTUDO DE CASO.....	21
2.1. INTRODUÇÃO.....	22
2.2. EMPODERAMENTO, E AUTONOMIA DAS MULHERES E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES.....	23
2.3. ASSOCIATIVISMO E AS MULHERES RURAIS.....	27
2.4. AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ‘RESGATANDO SUA HISTÓRIA’: EMPODERADAS?.....	30
2.4.1. A Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’.....	31
2.4.2. A estrutura organizacional e atividades realizadas na associação.....	33
2.4.3. Percepção das associadas em relação às rendas auferidas.....	36
2.4.4. O papel das associadas: para além das atividades produtivas.....	38
2.5. CONCLUSÕES.....	40
2.6. REFERÊNCIAS.....	42
3. INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DAS MULHERES E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	45
3.1. INTRODUÇÃO.....	46
3.2. MULHERES, AGROECOLOGIA E A CONVIVÊNCIA COM SEMIÁRIDO..	49
3.3. MULHERES, ASSOCIATIVISMO E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO..	56
3.3.1. O Sistema Sócio Produtivo das Associadas.....	58

3.3.2. O Modelo Produtivo Adotado Pelas Associadas e a Convivência com o Semiárido.....	69
3.4. CONCLUSÕES.....	74
3.5. REFERÊNCIAS	76
4. EXPERIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE GESTÃO DAS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ‘RESGATANDO SUA HISTÓRIA’, NO ÂMBITO AGROECOLÓGICO.	80
4.1. INTRODUÇÃO.....	81
4.2. INSTRUMENTOS CONTÁBEIS PARA GESTÃO.....	85
4.2.1. Reflexão a cerca dos Processos de Controle dos Agricultores Familiares e da Gestão dos Estabelecimentos Rurais.....	89
4.3. METODOLOGIA.....	94
4.4. ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DO CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ‘RESGATANDO SUA HISTÓRIA’.....	95
4.4.1. Registros da Movimentação Monetária e Documental Realizados na Associação.....	96
4.4.2. Instrumentos de Gestão Contábeis-Financeiros adotados na Associação.....	98
4.4.3. Construção dos Instrumentos Contábeis de Gestão.....	100
4.4.4. Percepção das Associadas sobre a Apropriação e Utilização dos Instrumentos de Gestão.....	102
4.4.5. Ferramentas de Controles Utilizadas.....	103
4.4.6. Disseminação dos instrumentos de gestão.....	105
4.4.7. Gestão da Transparência das Informações e a Continuidade das Atividades.....	106
4.4.8. Instrumentos de Gestão, Condições de Vida e Conservação Ambiental Rural.....	108
4.5. CONCLUSÕES.....	110
4.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
6. REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO.....	136
APÊNDICES.....	140

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1. Distribuição das associadas às atividades produtivas da Associação, Porto da Folha, Sergipe, 2015.	34
Quadro 2. Produção e destino dos cultivos agrícolas da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', Porto da Folha, Sergipe, 2015.	59
Quadro 3. Percepção das associadas sobre a dependência de matéria prima para a produção agrícola em seus estabelecimentos rurais e o mercado de fornecedores e consumidores, Porto da Folha, Sergipe, 2015.	61
Quadro 4. Tipos e alocação dos produtos não-agrícolas manejados na Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', Porto da Folha, Sergipe, 2015.	63
Quadro 5. Percepção das associadas no que se refere aos instrumentos contábeis – financeiros de gestão e sobre quem os elabora, Porto da Folha, Sergipe, 2015.	99

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. Procedimentos realizados na pesquisa de campo, Porto da Folha, Sergipe, julho de 2015.	12
Figura 2. Instrumentos aplicados à pesquisa de campo, Porto da Folha, Sergipe, julho de 2015.	12
Figura 3. Localização geográfica do Município de Porto da Folha, Sergipe	16
Figura 4. Sede da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', Porto da Folha, Sergipe.	18

Mulheres Empoderadas – Uma Experiência de Gestão no Sertão Nordestino.

Autor: TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

RESUMO

A área de estudo deste trabalho é o Alto Sertão sergipano, considerado um dos territórios mais rurais do Nordeste do Brasil. Neste cenário está inserido o público-alvo desta pesquisa, constituído predominantemente por agricultoras familiares, que integram a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' e exercem diversas atividades agrícolas e não agrícolas, observando os preceitos da agroecologia. Deste modo, nota-se a necessidade dos agricultores conhecerem as ferramentas de gestão para administrarem o diversificado leque de informações inerentes aos recursos produtivos, ecológicos e econômicos locais a serem manejados. Portanto, este trabalho detém como objetivo verificar quais são os instrumentos contábeis-financeiros de gestão adotados pela referida Associação, ao tempo em que se busca observar se o sistema socioprodutivo constitui-se numa alternativa para a melhoria das condições de vida das agricultoras associadas. Para a realização deste estudo de caso optou-se pela abordagem qualitativa, onde a coleta de dados se deu por meio de observações diretas e através da realização de entrevistas semiestruturadas com as associadas. Observou-se que as associadas apropriaram-se dos conhecimentos contábeis e financeiros imprescindíveis para a realização dos registros e controles necessários à gestão, de tal modo, que elas assumem o papel de protagonistas no desenvolvimento das atividades agrícolas e para-agrícolas, de gestão e de representatividade social. Conclui-se que a opção das agricultoras em se organizarem associativamente e de atuarem sob os preceitos da agroecologia colaborou para a autonomia e empoderamento das mulheres, através do incremento da renda das associadas, da segurança alimentar e nutricional das famílias, da conservação ecológica da caatinga, da inserção socioprodutiva e política das associadas. Enquanto que a transparência dos dados econômicos e financeiros da Associação colaborou para a continuidade desse empreendimento solidário.

Palavras-chaves: Empoderamento das Mulheres, Associativismo, Agroecologia no Semiárido, Gestão, Instrumentos contábeis-financeiros.

Women Empowered - A Management Experience in the Northeast Sertão.

Author: TATIANA FREY BIEHL BRANDÃO

Adviser: Prof^a. Dr^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

ABSTRACT

The study area of this work is the Alto Sertão of Sergipe, considered to be one of the most rural territories in the Northeast of Brazil. In this setting, there is the target audience of this research, mainly composed by family agriculturists who integrate the Association of Women 'Resgatando Sua História' and work with different agricultural and non-agricultural activities, following the agroecology guidelines. This way, it is possible to notice the need of agriculturists to know the management tools to administrate the diversified range of information inherent to local productive, ecological and economical resources. So, this work has as its objective verifying what are the accounting-financial management instruments adopted by the Association, and also observing the social-productive system to see if it is an alternative to improve their life conditions. We chose a qualitative approach to conduct this study, and data collection was performed through direct observations and semi-structured interviews with the associates. It was observed that they appropriated the necessary accounting and financial knowledge, so they could play the main role on the development of the agricultural and para-agricultural, management and social representation activities. We concluded that their organization as an association and acting under the precepts or agroecology has collaborated on the autonomy and empowering of women by increasing their income, food and nutrition security and ecological conservation of the caatinga, social-productive and political insertion of the associates. Also, data transparency of economical and financial data of the Association has collaborated to continue this solidary enterprise.

Keywords: Women's Empowering, Associativism, Agroecology in Semiarid, Management, Accounting-financial instruments.

1. INTRODUÇÃO

Gerenciar e executar as diversas atividades agropecuárias e não agropecuárias é a realidade diária dos agricultores e das agricultoras familiares. Por outro lado, é interessante reconhecer que a agricultura familiar no Brasil comporta, de acordo com Kageyama *et al.* (2006), “[...] entre 70% e 90% dos estabelecimentos, abrigando mais da metade do pessoal ocupado na agropecuária [...]”, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006. Além disso, as autoras expõem que “[...] aqueles que empregam exclusivamente a mão de obra do produtor e seus parentes são majoritários (3,5 milhões de estabelecimentos, cerca de 2/3 do total), com quase 50% concentrados na região Nordeste [...]”. Logo, percebe-se a importância socioeconômica da agricultura familiar, principalmente para o Nordeste do Brasil.

Mazalla Neto (2014, p. 57) afirma que os camponeses brasileiros “[...] Das mais variadas formas construíram suas organizações, resistiram no território produzindo alimentos e imprimiram sua marca na história do Brasil”. O autor, percebe ainda estes atores sociais “[...] como grupo social subalterno que busca, na relação com a terra e na produção com base no trabalho familiar, resistir e criar alternativas à opressão, violência e miséria a que são submetidos secularmente no Brasil e em outros países da América Latina”

(MAZALLA NETO, 2014, p. 58-59).

Para Wanderley (2009, p.44) “[...] Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas”.

Portanto, é importante conhecer o ambiente rural, como *lócus* onde se estabelecem as relações econômicas, sociais, culturais, ecológicas e produtivas dos agricultores familiares tradicionais. Além disso, Leff (2006, p. 240-241) expõe que é a partir do conjunto de processos sociais existentes no rural “[...] em que se entrelaçam as relações entre as formações teóricas e ideológicas, a produção de saberes e conhecimentos, a organização produtiva e as práticas sociais induzidas pelos valores do ambientalismo – orienta as ações para construir uma nova racionalidade social para transitar a uma economia global sustentável”.

Por sua vez, estas práticas sociais podem ser relacionadas com a racionalidade substantiva, assim como, com a racionalidade ambiental, pois

A racionalidade substantiva é percebida quando as práticas administrativas dos agricultores familiares estão mais voltadas ao seu mundo da vida, em que busca garantir a sobrevivência da família, a sua autonomia, o modo de vida e a reprodução social e econômica. As ações dos agricultores, que são decorrentes destes objetivos, se expressam na produção diversificada para consumo doméstico, uso de tecnologias tradicionais, predominância da participação da família nas decisões e no trabalho e interação social com parentes e vizinhos na comunidade (ROESLER, 2009, p. 227).

Além disso, Roesler (2009, p. 246) menciona que

[...] a existência de uma racionalidade que contempla as anteriores e aponta para uma nova perspectiva, trata-se da racionalidade ambiental, de acordo com a qual o agricultor busca viver e produzir em interação com o meio natural, considerando seus princípios ecológicos e sua capacidade de resiliência e regeneração. Neste caso, o meio natural tem um significado de patrimônio para o agricultor e sua família e é considerado como fundamental e imprescindível para a sua reprodução social, cultural e econômica.

Neste sentido, Leff (2006, p. 408) aborda que a racionalização da sustentabilidade pode abrir um novo paradigma produtivo

[...] fundado nas potencialidades da natureza e na recuperação e enriquecimento do conhecimento que ao longo da história desenvolveram diferentes culturas sobre o uso sustentável de seus recursos ambientais. O direito a gestão participativa no manejo comunitário dos recursos está construindo suas vias de legitimação social, assim como os instrumentos técnicos legais requeridos para orientar as decisões em matéria de política econômica para os objetivos e valores da sustentabilidade mobiliza as potencialidades ecológicas negadas pela racionalidade econômica e teórica dominantes – ao subjugar os saberes tradicionais, desintegrando as identidades étnicas onde estão arraigadas as potencialidades da diversidade cultural –, desencadeando as forças sociais que ficaram ali bloqueadas, oprimidas e marginalizadas.

Percebe-se assim, que este paradigma produtivo baseado nos saberes tradicional e na gestão comunitária do uso sustentável dos recursos ambientais se interliga com a economia da nova ruralidade, onde a biodiversidade torna-se um fator importante para o desenvolvimento rural, ao tempo que se constitui em mais um espaço que poderá ser utilizado pelo agricultor familiar para reproduzir-se socioeconomicamente. Surge, assim, o que Veiga e Ehlers (2003) chamam de empreendedorismo verde. Um tipo de empreendedorismo que se baliza na conservação e recuperação da natureza (biodiversidade) como um fator estratégico para a criação, consolidação e crescimento de novos empreendimentos produtivos rurais ou urbanos (VEIGA; EHLERS, 2003).

Este empreendedorismo dos agricultores, por sua vez, está dinamizando as economias locais do ambiente rural, pois as denominadas “novas atividades rurais”, que são altamente intensivas e de pequena escala, vem ganhando importância e propiciando novas oportunidades para o rural, seja por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas como não agrícolas ou no manejo associado destes dois tipos de atividades, segundo Graziano da Silva (1997).

Diante desse contexto, Brandenburg (1999, p. 211) explica que o empreendedorismo e a flexibilidade do “Ser agricultor” se expressa por meio de “[...] um profissional que é proprietário, trabalhador e ao mesmo tempo gerente de sua própria atividade”, logo, é fundamental que os gestores conheçam as ferramentas contábeis e financeiras para administrarem os estabelecimentos, assim como, as organizações coletivas (ou empreendimentos econômicos solidários).

Isto ocorre, pois nas instituições rurais há necessidade de informações

úteis, que auxiliem os gestores a tomarem decisões acertadas, conforme abordam Ludícibus e Marion (2002, p. 41) ao relatarem que “[...] Frequentemente, os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão [...]”.

Mas, para que o agricultor-gestor interprete os números do empreendimento é importante que ele se aproprie do conhecimento de tal forma que este adapte à realidade algumas ferramentas gerenciais de acordo com as necessidades deste usuário da informação contábil, pois a contabilidade financeira é voltada para atender principalmente ao fisco e aos usuários externos das demonstrações financeiras. Assim, sendo “[...] Longe de se transformar num desqualificado, o agricultor familiar deverá, ao invés de dominar apenas uma especialidade, desenvolver habilidades e dominar várias áreas de conhecimento [...]” (BRANDENBURG, 1999, p. 209), apesar de não ser nada fácil gerenciar um amplo leque de recursos escassos, sejam eles de cunho econômico, social, produtivo ou ecológico, por exemplo.

Assim, os relatórios contábeis podem colaborar com a administração disponibilizando as informações acerca da posição financeira e patrimonial da entidade, contribuindo, segundo Marion (2003) e Ludícibus e Marion (2002, p. 42), com a aplicação dos recursos disponíveis de forma eficiente, visto que “[...] A experiência e o *feeling* do administrador não são mais fatores decisivos no quadro atual; exige-se um elenco de informações reais, que norteiem tais decisões [...]”.

Associado a este contexto, Veiga (2001, p. 104) expõe que os estabelecimentos rurais devem buscar usufruir das vantagens socioeconômicas “[...] ligadas à exploração de economias de escopo, a diversificação levará a uma base econômica mais flexível e menos sujeita às oscilações de um único mercado [...]”, que, por sua vez, tende a fortalecer sua dinâmica produtiva, especialmente, no que se refere aos sistemas produtivos de pequeno porte.

Diante deste contexto de reorganização da economia local do ambiente

rural, observa-se a emergência de uma estratégia socioeconômica que está gerando melhoria das condições de vida dos agricultores familiares: o **sistema produtivo agroecológico** (Cf. ALTIERI, 2004; GUZMÁN, 2001; GUZMÁN *et al*, 2006), uma vez que a agroecologia tende a gerar um ambiente de autonomia, pois esta procura valorizar o conhecimento tradicional do agricultor que é repassado de geração a geração, ao tempo que busca gerar níveis de renda satisfatórios, sem que haja degradação da biodiversidade existente no estabelecimento rural.

Assim, cria-se um ambiente no qual busca-se adaptar esse conhecimento à conservação do agroecossistema e à geração de emprego e renda local, ao contrário do que ocorre no atual sistema agrícola industrial, pois o sistema produtivo agroecológico é mais intensivo em mão de obra (BARBOSA, 2007). Ocorre ainda que a agroecologia prima pelo manejo de sistemas de produção diversificados e que tendem a agregar valor aos seus produtos, ao mesmo tempo em que gere segurança alimentar à família.

Deste modo, o sistema produtivo agroecológico desenvolve no agricultor uma lógica empreendedora, principalmente, ligada à racionalidade do empreendedorismo verde. Isto decorre do fato de que o agricultor deve gerir os recursos naturais existentes em seus agroecossistemas de maneira eficiente, sob o risco de se inviabilizar socioeconomicamente ao longo prazo caso não consiga conservar sua biodiversidade.

Para ARL (2008) o sistema agrícola familiar foi destruído e o agricultor passou a ser produtor de alguma coisa, como produtor de leite ou de tomate, por exemplo, mas é fundamental a reconstrução do sistema de produção familiar baseado na

[...] diversificação e na integração complementar de atividades, onde o autoconsumo era estratégia fundamental tanto no que se refere à qualidade de vida, quanto ao resultado econômico.
[...] Uma unidade familiar com bom nível de produção para o autoconsumo, mesmo com menos entrada de dinheiro, tem mais capacidade de investimento (ARL, 2008, p. 160).

Assim, percebe-se a necessidade de uma gestão eficiente que compreenda as formas de reprodução e modos de vida das famílias rurais, atenda a demanda do sistema agroecológico e viabilize a comercialização dos produtos em mercados que remunerem o agricultor de forma justa.

Deste modo, para viabilizar economicamente a comercialização da produção agrícola e não agrícola, a agroecologia apoia a organização social dos agricultores agroecológicos. De acordo com Tedesco (2006), as formas associativas são mais evidenciadas entre os produtores agroecológicos, apesar da produção e da propriedade serem individuais, sendo que a feira se apresenta como um importante canal de comercialização para as famílias de agricultores ecológicos, pois esta viabiliza a comercialização da produção, podendo a feira ser considerada um exemplo bem sucedido de associativismo.

Mas a ideia de se organizar para atuar de forma coletiva não é recente, segundo Santos *et al* (2008, p. 3): “Mundialmente, o cooperativismo ganhou força com a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895, órgão não governamental e independente cuja missão é representar, congregar e defender o movimento cooperativista em todo o mundo”. No que se refere ao cooperativismo moderno, este passa a assumir forma no Brasil em meados do século XIX. O ano de 1907 marca o surgimento de cooperativas agropecuárias no Brasil, sendo formadas as primeiras cooperativas, em Minas Gerais, enquanto o final do século XIX é assinalado pelo surgimento de muitas cooperativas agropecuárias, no Sul do país. No Brasil, atualmente, o cooperativismo tem destaque por uma expressiva participação no PIB, número de cooperativas e empregos gerados (SANTOS *et al*, 2008).

Assim, percebe-se a ideia de agir conjuntamente como um movimento coletivo empreendedor, mas também se apresenta como uma alternativa à viabilidade de reprodução econômica e social para os agricultores familiares.

Associado a isto, é importante que ocorra o incentivo e apoio aos agricultores familiares. Maluf (2009, p. 243) expõe que o apoio aos pequenos produtores de alimentos torna-se importante, uma vez que este promove “[...] a equidade e a inclusão social, ao mesmo tempo em que resulta em maior e mais diversificada oferta de alimentos à população, produzidos sob formas sustentáveis. Vale dizer, as atividades agroalimentares de pequenas escala são, ao mesmo tempo grandes geradoras de ocupação e renda e ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados”.

Deste modo, vem se percebendo que a visibilidade e a participação de

mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente, nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais, em ambientes vinculados à agricultura ecológica e de grupos de agricultores familiares, pois nestes grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas, como expõe Henn (2013).

Em relação à Associação Comunitária estudada em 2013 por Viana Silva e Valente, percebe-se que a organização das mulheres se deu, principalmente, pela necessidade de obtenção de renda, pois é a partir da geração de renda que as mulheres passarão a alterar as relações de poder dentro da família, passando a ter mais força para tomar decisões. Já no que se refere à exclusão social e política dessas mulheres, ligadas às relações de poder referentes ao gênero dentro da comunidade, houve uma grande modificação dessas relações sociais, pois através da Associação elas passaram a participar ativamente das decisões que impactam o assentamento.

Observa-se assim que a construção deste espaço tem fundamental importância para o empoderamento social e econômico dessas mulheres, mesmo que o desempenho de mais esta atividade gere uma sobrecarga de trabalho.

Faria e Nobre (2003) colocam que para melhorar as condições de produção dos itens agrícolas de subsistência é necessário colocar recursos na mão das mulheres agricultoras. No que se refere à função da sobrevivência das agricultoras e de suas famílias compreende-se

[...] as mulheres como catalizadoras importantes em iniciativas inovadoras, atuando como boas organizadoras, desempenhando o seu papel como mães e, ao mesmo tempo, mantendo o olhar atento para o detalhe e desenvolvendo capacidades de coordenação em várias atividades organizativas. Observa-se, então, uma função importante – indireta – do movimento na sobrevivência das agricultoras e de suas famílias [...] (SCHAAF, 2001, p. 272).

Ao falarmos do papel da mulher na reprodução socioeconômica das famílias rurais se percebe as agricultoras cada vez mais como atoras sociais na busca por uma melhor qualidade de vida e segundo Sen (2000) exercendo um

papel de agente ativa das mudanças.

No que se refere ao conceito de qualidade de vida na ótica do Terceiro Mundo, Leff (2001, p. 320) afirma que esta “[...] toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que definem seus estilos de vida, suas normas de consumo, seus gostos, desejos e aspirações”. Ainda segundo o autor

[...] A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa (LEFF, 2001, p. 326).

Neste contexto, observa-se que o sistema produtivo agroecológico pode vir a constituir-se numa estratégia de desenvolvimento rural para o semiárido nordestino, pois este sistema tem como princípio norteador inserir em seus processos produtivos e gerenciais as particularidades ecológica, social, cultural, produtiva e financeira existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno. Assim, tende a gerar melhores níveis de condições de vida para as famílias rurais a partir dos limites e potencialidades existentes em seu *lócus* de produção. Esta dualidade permeia a realidade socioeconômica e ecológica no qual está inserido o agricultor na Região do Semiárido Nordeste.

Diante do exposto, este trabalho detém como objetivo geral verificar quais são os instrumentos contábeis-financeiros de gestão adotados pela Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’. Além disso, busca-se observar se o sistema socioprodutivo constitui-se numa alternativa para a melhoria das condições de vida das agricultoras pertencentes a esta Associação. Já como objetivos específicos, esta pesquisa busca:

- a) Caracterizar as atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas agricultoras da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ a partir de seus sistemas produtivos.
- b) Verificar quais são os instrumentos contábeis e financeiros para a gestão adotados pelas agricultoras pertencentes à Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, observando:

- Como ocorre sua definição e utilização, se a partir: **(i)** do saber tácito; **(ii)** do saber técnico-científico; ou **(iii)** da interação entre os saberes tácito e técnico-científico;
 - Como se dá o seu processo de apropriação e utilização; e
 - Como é realizada a difusão entre estas agricultoras.
- c) Avaliar se os instrumentos de gestão contábil-financeiro podem constituir-se numa ferramenta para a melhoria das condições de vida destas agricultoras e para a conservação ecológica de seus estabelecimentos.

1.1. MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente optou-se pelo estudo de caso da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, localizada no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, Sergipe. Para atender aos objetivos propostos para esta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada que norteou a coleta dos dados primários.

Já para a construção teórica deste estudo foi necessário efetuar uma ampla revisão bibliográfica e documental, versando sobre diversos temas interdisciplinares, como os fundamentos sobre: gênero, associativismo, desenvolvimento rural, convivência com o semiárido, agroecologia, economia da nova ruralidade, empreendedorismo verde, instrumentos contábeis e financeiros, gestão, economia solidária, agricultura familiar, condições de vida, autonomia e empoderamento.

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2015 com o objetivo de conhecer a realidade local e coletar dados e informações. Assim, foram realizados diversos procedimentos, tais como:

- I. Vivências no povoado de Lagoa da Volta e observações na Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, assim como, nos estabelecimentos rurais de algumas das associadas da instituição;
- II. Acompanhamento de um dia de mutirão na Sede da Associação, observações diretas, anotações no diário de campo e registros fotográficos;

- III. Participação na Reunião Ordinária mensal da Associação no mês de julho de 2015. Momento em que as 30 associadas e os demais presentes na reunião, foram informados do trabalho de pesquisa que estava sendo realizado com a Associação, ocasião em que todas as associadas foram convidadas a participar das entrevistas; e
- IV. Cumprimento de 12 entrevistas, por meio de um questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas, com associadas de diversas faixas etárias, sendo que oito das entrevistadas, atualmente, ocupam cargos na Gestão ou no Conselho Administrativo da Associação. Além disso, seis entrevistadas são fundadoras, enquanto as demais ouvidas ingressaram em momentos distintos na instituição.

Apesar de não terem sido ouvidas as 30 associadas, as entrevistas realizadas com as 12 foram suficientes, pois este contingente contemplou um perfil diversificado de associadas, permitindo serem analisadas informações/dados, de maneira a contemplar todo o grupo de mulheres.

O roteiro de entrevista (apresentado no Apêndice B) foi dividido em blocos e teve a finalidade de conhecer:

- a. O perfil da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História';
- b. O perfil das associadas;
- c. A trajetória de vida das mulheres na Associação e o seu grau de satisfação com a Associação e com a gestão;
- d. A percepção das associadas a respeito dos instrumentos de gestão contábil-financeira adotados pela Associação, verificando:
 - (i) como ocorre sua definição e utilização: se a partir do saber tácito, se do saber técnico-científico, ou através da interação entre os saberes tácito e técnico-científico; (ii) como se dá o seu processo de apropriação e utilização; e (iii) como é realizada a difusão entre estas agricultoras;
- e. Se o reconhecimento da realidade econômica e financeira da Associação (transparência das informações contábeis) contribuiu

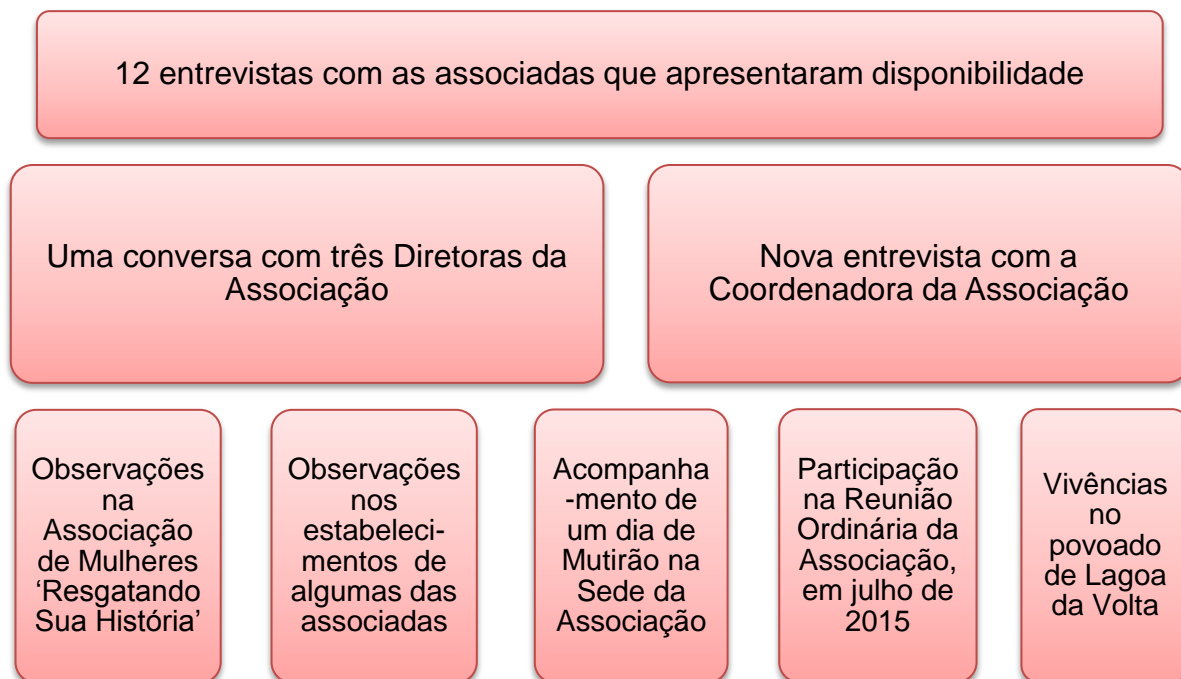
para a continuidade do empreendimento e qual o entendimento das associadas a respeito, e se os instrumentos contábeis de gestão constituíram-se numa ferramenta para a melhoria das condições de vida destas agricultoras e para a conservação ecológica de seus estabelecimentos rurais;

- f. O sistema produtivo da Associação, as práticas de convivência com o semiárido, as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas associadas, e a comercialização da produção; e
- g. A visão das associadas sobre: (i) a lógica de reprodução da família rural; (ii) a divisão do tempo de trabalho e a utilização da mão de obra; (iii) a fonte de renda dos integrantes da família; (iv) a sua satisfação com a renda obtida; e (v) a permanência dos filhos no meio rural e a continuidade de seus estabelecimentos rurais.

V. Realização, após a entrevista efetuada com as 12 associadas, de uma conversa com as Coordenadoras da Associação, com o objetivo de obter mais informações sobre o funcionamento da mesma, momento em que também foram esclarecidas algumas dúvidas e curiosidades provenientes das entrevistas realizadas anteriormente.

VI. Realização de uma nova entrevista, agora direcionada especificamente, à Coordenadora da Associação, por meio de outro roteiro de entrevista, que foi previamente estruturado com a finalidade de compreender alguns aspectos e mecanismos identificados após a tabulação dos dados.

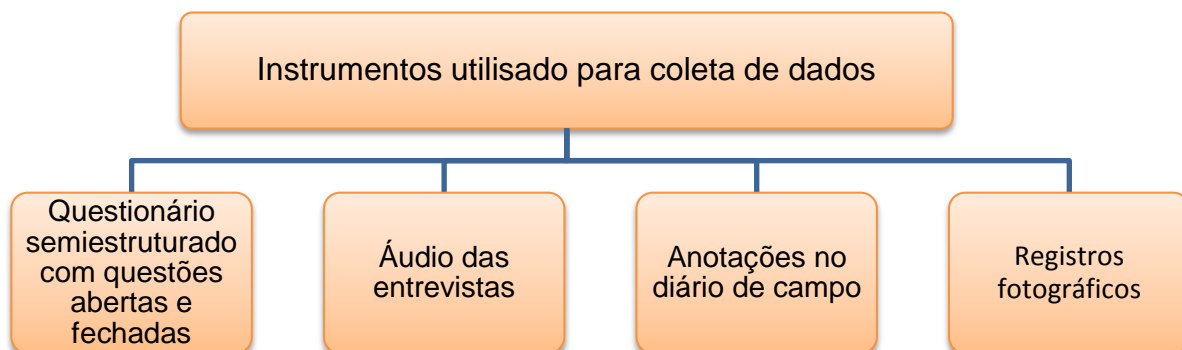
Figura1: Procedimentos realizados na pesquisa de campo, Porto da Folha, Sergipe, julho de 2015.



Fonte: pesquisa de campo (2015)

Enquanto a Figura 1 expõe os procedimentos que foram realizados durante a pesquisa de campo, a Figura 2, a seguir, apresenta os instrumentos que foram utilizados para a coleta dos dados.

Figura 2: Instrumentos aplicados à pesquisa de campo, Porto da Folha, Sergipe, julho de 2015.



Fonte: pesquisa de campo (2015)

Vale ressaltar que as percepções expostas neste trabalho são oriundas, principalmente, das falas das associadas, pois estas foram transcritas das

gravações dos áudios realizados no momento das entrevistas.

A realização de uma pesquisa interdisciplinar e da adoção destes procedimentos possibilitou diversas reflexões, proporcionando o entendimento e uma análise mais abrangente acerca da realidade pesquisada.

1.2.A ÁREA ESPACIAL DA PESQUISA

A Região do Semiárido Brasileiro abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, sendo que este último não pertence à Região Nordeste. O Semiárido representa 56% do território da Região Nordeste, apresentando uma área de 980.133,07 km², local onde residem 12% da população brasileira e 43% da população nordestina, sendo que as mulheres representam 51% da população residente na Região do Semiárido (PEREZ-MARIN; SANTOS, 2014). Com relação ao clima, a região se caracteriza por deter duas estações: uma chuvosa (que compreende um período de três e cinco meses) e uma seca (que compreende um período de sete a nove meses) (PRADO *apud* CALIXTO JÚNIOR, 2009). Além disso, no semiárido predomina o bioma Caatinga, sendo este exclusivamente brasileiro, ou seja, um patrimônio biológico brasileiro. (CARVALHO Luzineide, 2012).

O Semiárido Brasileiro possui um déficit hídrico, apesar de ser considerada a região de semiárido mais chuvoso do planeta, com média pluviométrica que varia entre 200mm a 800 mm anuais, mas as chuvas ocorrem de forma irregular no transcorrer do ano e no espaço geográfico. Além disso, o índice de evaporação é de 3.000 mm/ano. Estes fatores limitam a reprodução socioeconômica dos agricultores desta região, principalmente, quando seguem a lógica produtiva oriunda da Revolução Verde (Cf. PORTAL DA ASA BRASIL, 2014).

De acordo com Luzineide Carvalho (2012, p. 135), os estabelecimentos rurais familiares situados no Semiárido Brasileiro apresentam “[...] pouca disponibilidade de terra, limitado acesso a água e com restrito acesso aos benefícios das políticas públicas, a agricultura familiar tem sido historicamente mantida em uma situação de grande vulnerabilidade social”.

No que se refere à ocupação territorial, Borges (2012) afirma que esta

concentrou-se na pecuária extensiva que acabou por constituir a base da organização socioeconômica do semiárido nordestino. Neste contexto, Silva *et al* (2015, p. 356) expõe sobre a transformação do Sertão nordestino, assim como, algumas contradições hoje encontradas:

[...] o 'velho' semiárido de base gado/algodão/lavouras alimentares passa a ser um semiárido em transformação, com diversas contradições e uma forte competição entre a agricultura moderna, capitalizada e protegida das estiagens pelos sistemas de irrigação, e a agricultura familiar, dependente das condições ambientais, sem capital e incentivos políticos adequados.

Segundo Luzineide Carvalho (2006, p. 8-9) é necessário fazer uma releitura do Sertão, passando a perceber este território sob a lógica da convivência com o semiárido que

[...] visa focar a vida nas condições sócio-ambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender a lidar com esse ambiente, na busca de alcançar e transformar todos os setores da vida. Portanto, não é apenas viver no semi-árido e supostamente aceitar as agruras da natureza, mas um viver estabelecido como a comunhão que os indivíduos mantêm com o lugar, oportunizando organizar e criar alternativas de produção a partir dos limites e possibilidades que a natureza oferece.

Ainda, segundo Luzineide Carvalho (2006), atualmente os planos de desenvolvimento para o rural neste território detêm como parâmetro a proposta de convivência com o semiárido, esta aparece atrelada a uma possibilidade de desenvolvimento sustentável baseado na agricultura familiar e na busca de segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, os sistemas agroecológicos se apresentam como uma alternativa às restrições ecológicas, visto que estes vem demonstrando maior capacidade de resistir aos efeitos da seca e costumam apresentar uma maior capacidade de recuperação no início dos períodos de chuva (CARVALHO Paulo, 2012).

Portanto, o sistema produtivo agroecológico possibilita às famílias rurais conviverem com o semiárido, de modo a preservar o agroecossistema existente e proporcionar a produção agrícola, de modo, a contribuir para a obtenção de renda e segurança alimentar e nutricional, além de respeitar a organização social e cultural, dentro das singularidades econômicas, ambientais e dos

modos de vida das famílias rurais sertanejas.

Ainda, segundo Luzineide Carvalho (2012, p. 143) desde os anos 80, diversas agências de cooperação técnica e ONGs passaram a atuar no Sertão constituindo novas formas de ações socioprodutivas apropriadas à semiáridade

[...] empreendendo experiências de conviver, especialmente, às comunidades rurais, cujas práticas sustentáveis se pautavam no uso dos recursos naturais [...] Também passavam a ofertar a assessoria técnica e educacional, bem como o fomento à organização comunitária, com o incentivo e apoio à criação de associações e cooperativas comunitárias e de agricultura familiar [...].

Para exemplificar a execução destas estratégias pelas ONGs, movimentos sindicais e sociais presentes nos territórios rurais, Jalfim *et al.* (2008, p. 23) afirmam que

[...] o Projeto Dom Helder vem estimulando e apoiando uma ação coordenada de assessoria técnica [...] A metodologia de assessoria pauta-se pela combinação do enfoque agroecológico com processos de aprendizagem baseados na geração participativa de conhecimentos e compreende planejamento participativo, formação de grupos de interesse, experimentações participativas, acesso a fundos de investimento social e produtivo e intercâmbio entre agricultores(as). Essa abordagem de trabalho, aliada ao arranjo territorial de assessoria técnica, vem possibilitando transformações no estado de segurança hídrica e alimentar, bem como na organização social das áreas de assentamentos e comunidades rurais [...].

Ainda, de acordo com Jalfim *et al.* (2008, p. 24)

[...] Há também um olhar mais atento para o aproveitamento de alimentos in natura ou beneficiados que até então não eram valorizados enquanto fontes de renda, como as frutas de época, a exemplo de mangas, goiabas e umbus, produzidas nos baixios e na vegetação nativa. Além disso, a diversificação produtiva tem tido repercussões muito positivas sobre o padrão alimentar das famílias feirantes.

Neste contexto, Abramovay (2009, p. 100) aborda sobre o desafio de estabelecer um elevado capital intelectual à população rural a fim de

[...] Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Assim, caso não sejam estruturados sistemas de produção e gestão condizentes com as singularidades locais, estes tendem a inviabilizar produtivamente e financeiramente os estabelecimentos rurais, logo, os agricultores e suas famílias. Este contexto contribui, ainda, para a ocorrência do êxodo rural.

Ainda no contexto da convivência com o semiárido, Moreira Neto (2013, p. 170) aborda a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social “[...] coloca como imperativo para sua viabilidade a elaboração de uma identidade de gênero, na qual a ‘igualdade entre homens e mulheres’ seja percebida como a medida de promoção da sustentabilidade das relações sociais, políticas e culturais [...]”.

É neste cenário que se encontra a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, localizado no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Território do Alto Sertão Sergipano, ora área espacial deste trabalho. O mapa abaixo mostra a localização do município de Porto da Folha, no semiárido brasileiro.

Figura 3: Localização geográfica do Município de Porto da Folha, Sergipe.



Fonte: Adaptado Mapa do Semiárido Brasileiro do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e Mapa da Divisão dos Territórios da Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Sergipe (Seplan/SE).

Segundo Santos e Gois (2009, p. 3-4) o Território do Alto Sertão Sergipano

[...] localiza-se na microrregião Sertão do Baixo São Francisco, [...] faz divisa com os estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, compreendendo sete municípios: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes. [...] representa 20,3% do território sergipano e é formado por cinco sub-bacias do rio São Francisco. É uma região essencialmente rural, tendo em sua base econômica a produção agropecuária, uma forte identidade cultural, manifestada em suas tradições alimentares, folclore e nas festas populares [...].

A população é de 141.597 habitantes em 2006 (7,1% da população sergipana), sendo que 58,35% (84.955 hab.) vivem na área rural, o que faz deste território um dos mais rurais do nordeste. O Alto Sertão sergipano tem 11.275 agricultores familiares, 3.138 famílias assentadas, 480 famílias de pescadores, duas comunidades quilombolas (Mocambo, município de Porto da Folha e Serra da Guia, município de Poço Redondo) e uma área indígena (Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha).

Assim, apesar da Região do Semiárido constituir-se num espaço com diversos limitantes, essa apresenta, por outro lado, inúmeras potencialidades e detém uma imensa importância para o desenvolvimento da Região do Nordeste Brasileiro, em especial para o município de Porto da Folha, Sergipe. Neste sentido, a partir das informações apresentadas, percebe-se que o êxodo rural impactaria de forma negativa o processo de desenvolvimento do município de Porto da Folha, visto que o ambiente rural possui uma relevante importância para este município.

Neste contexto, observa-se que a criação da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', desde 2003, enquanto grupo de mulheres, ainda, contribui para a permanência de, pelo menos, 30 famílias rurais do Povoado de Lagoa da Volta, visto que segundo Cardoso e Vicentim (2014, p.268), "Em 2005, o grupo comprou meio hectare e construiu um açude com o dinheiro doado por religiosas alemãs que visitavam o Brasil na época".

Apesar da pequena área destinada à sede da Associação (observada na Figura 4) e a produção cooperativa das mulheres associadas, os produtos agrícolas e não agrícolas da Associação são utilizados para o autoconsumo da família rural, fato este que gera uma redução no gasto familiar com alimentação e lhes proporcionam uma situação de segurança alimentar, o que contribui para a renda não monetária das famílias. Mas, a produção também é

comercializada, principalmente, no povoado onde moram, gerando a obtenção de renda monetária para as mulheres.

Figura 4: Sede da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', Porto da Folha, Sergipe.



Foto: Tatiana F.B. Brandão (2013)

Portanto, observa-se que as agricultoras familiares pertencentes à Associação, estão organizando uma estratégia de desenvolvimento rural balizada nas potencialidades existentes no semiárido sergipano, tendo como parâmetro as singularidades econômica, social, cultural e ecológica inerentes ao ambiente rural no qual estão inseridas.

Assim, optou-se em apresentar as análises pertinentes a este estudo através da elaboração de artigos, que se tornaram os capítulos desta dissertação. Deste modo, o presente trabalho está estruturado em cinco Capítulos. Além disso, no final deste trabalho consta um Anexo com algumas fotos concedidas pelas associadas, além de um Apêndice, onde são apresentadas fotos da pesquisa de campo e o questionário semiestruturado que norteou as entrevistas.

No que se refere aos Capítulos: (i) o primeiro corresponde à Introdução; (ii) três são artigos científicos que foram formatados e submetidos, de acordo com as exigências de submissão de cada uma das revistas científicas, previamente escolhidas pela autora e pela orientadora desta dissertação; e (iii) o último corresponde às Considerações Finais que apresentam uma interligação dos capítulos e, conseqüentemente, um fechamento da discussão realizada nesta dissertação.

Assim, o primeiro Capítulo corresponde a esta “Introdução”, sendo que os outros três foram estruturados de forma que todos contêm uma introdução com seus materiais e métodos utilizados, bem como o referencial teórico pertinente a cada conteúdo abordado. Apresenta, ainda, os resultados obtidos na pesquisa de campo e conclusão acerca do debate realizado. Por fim, exhibe as referências citadas no transcorrer de cada artigo.

Estes três Capítulos versam sobre: (1) O empoderamento das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ no ambiente rural do semiárido sergipano; (2) O estudo acerca da inclusão socioproductiva das associadas; e (3) As experiências contábeis e de gestão das integrantes da Associação.

Sendo assim, no segundo Capítulo é abordado o referencial teórico acerca da autonomia e empoderamento das mulheres rurais no contexto do associativismo, seguido da apresentação dos dados colhidos acerca da participação da agroecologia na organização coletiva e nas atividades desempenhadas pelas associadas no Sertão Sergipano, com a finalidade de averiguar o bem-estar auferido, pelas agricultoras através destes processos. Este Capítulo da dissertação foi submetido para publicação na Revista Raízes.

O terceiro Capítulo enfoca as informações sobre o modelo produtivo adotado no âmbito da Associação, a fim de verificar se o sistema agroecológico possibilita a inclusão socioproductiva das mulheres, ao tempo em que favorece a convivência com o semiárido nordestino. Este Capítulo da dissertação foi submetido à Revista Emancipação.

Já o quarto Capítulo destaca a contribuição das ferramentas contábeis e financeiras nos processos de controle e de gestão dos diversos recursos produtivos empregados pelas agricultoras familiares, em seus estabelecimentos rurais e no empreendimento econômico solidário gerido pelas associadas. Assim, este estudo apresenta como os instrumentos contábeis-financeiros foram construídos e difundidos entre as associadas e a forma como elas utilizam estas informações no cotidiano rural, ao tempo em que se observou se a opção pela agroecologia, em conjunto com a transparência dos elementos patrimoniais, interfere na continuidade da Associação e, finalmente,

se os instrumentos de gestão contribuem para as condições de vida das mulheres e para conservação ecológica dos agroecossistemas dos seus estabelecimentos rurais. Este Capítulo da dissertação foi encaminhado para a Revista da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural.

Visto que todos os artigos apresentados são oriundos desta dissertação, logo, possuem o mesmo universo de pesquisa, a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'. Apesar deste estudo não esgotar os conhecimentos nas áreas aqui contempladas, acredita-se que este trabalho contribui para o debate sobre a necessidade de instrumentos de gestão adaptados à realidade econômica e financeira e às práticas produtivas, ecológicas, sociais e culturais do ambiente rural, no qual estes atores e atoras sociais estão inseridos.

2. AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO CONTEXTO DO ASSOCIATIVISMO NO SERTÃO SERGIPANO: UM ESTUDO DE CASO

Tatiana Frey Biehl Brandão ¹

Janice Rodrigues Placeres Borges²

RESUMO

Este artigo constitui-se num estudo de caso referente a autonomia e ao empoderamento das mulheres do Alto Sertão Sergipano inseridas na Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'. Observa-se que a opção das agricultoras familiares em se organizarem de modo coletivo através do associativismo e de atuarem sob os preceitos da agroecologia colaborou para a autonomia e empoderamento das mulheres, visto que, estas assumem o papel de protagonistas na gestão das atividades reprodutivas agrícolas e não agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar e o aumento de renda das famílias rurais. É notório o bem estar, a apropriação de saberes e o aumento da autoestima das associadas. Verifica-se ainda, que a participação social, econômica e política das mulheres, colaboram para a valorização, o respeito e o reconhecimento social das associadas pela sociedade.

Palavras-chaves: Mulheres, Associativismo, Empoderamento.

¹ Esp. em Auditoria e Perícia Contábil, Mestranda no PPGADR/UFSCAR, Docente da UFAL/Campus do Sertão, tatianabiehl@hotmail.com. (82) 99351-4103, Rua Eliane Guimarães, nº 46A- Santana do Ipanema/AL.

² Socióloga, Pós-doutorada em Medicina Social, Docente da UFSCar, junto ao Centro de Ciências Agrárias, janicepb@terra.com.br. (19) 3543-2581. Rodovia Anhanguera, km 174 - SP-330, Araras - São Paulo – Brasil, CEP 13600-970

ABSTRACT

This article employs the single case study method of women from the Association 'Resgatando Sua História' ('Rescuing Their Story') in order to understand women autonomy and empowerment in the 'Alto Sertão' of Sergipe. It was observed that the choice of family farmers to organize themselves collectively, via associations, and to work under the principles of agroecology contributed to the autonomy and empowerment of women. Due to the fact that women assumed a protagonist role in the management of reproductive activities in agricultural and not agricultural activities, thus contributing to the food security and increase of income of rural households. It was also notorious the associated welfare, appropriation of knowledge and increased self-esteem of the association members. Finally, it was observed the social recognition, appreciation and respect derived from the social, economic and political participation of women.

Key-words: Women, Associations, Empowerment.

2.1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe discutir a autonomia e o empoderamento de mulheres agricultoras do Alto Sertão Sergipano, que se organizam associativamente e produzem segundo preceitos agroecológicos.

Assim, toma-se como referência empírica as experiências de mulheres que sobrevivem da produção, beneficiamento e comercialização do que produzem em suas terras e no lote da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', localizada no povoado Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, estado de Sergipe.

Por meio de observação direta, anotações em diário de campo, documentação fotográfica, entrevistas com as Coordenadoras da Associação e o convite a todas as associadas para concederem entrevista, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 membros voluntárias da referida Associação. Observa-se que o associativismo e a forma como se organizam, para a realização das diversas tarefas, tendem a promover situações de autonomia, melhoria das condições materiais destes sujeitos, acesso a algumas políticas públicas e assistência técnica rural, entre outros. Contudo, em que medida tais aspectos proporcionam empoderamento e autonomia para as mulheres estudadas?

No presente texto, o trabalho incorpora a perspectiva abordada por Sardenberg (2012, p.66) e toma-se "empoderamento como um processo de

conquista da autonomia por parte dessas mulheres [...]. O que se traduz, também, na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível (KABEER, 1999)". Deste modo para Wanderley (2010, p. 30-31) a autonomia é o resultado da capacidade do camponês em organizar o processo produtivo e segundo a autora, a autonomia consiste

No controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho; no domínio de um saber e de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização; na capacidade de assumir múltiplas e distintas tarefas simultaneamente ou nos prazos necessários, através da polivalência da comunidade familiar que trabalha [...].

Seguindo estas conceituações, procurou-se conhecer, via estudo de caso, como as mulheres agricultoras familiares do Alto Sertão Sergipano - desde o ano de 2003, quando formavam o grupo de aproximadamente 60 mulheres, reunidas para se fortalecerem enquanto grupo e lutando por melhores condições de vida - têm se valido dos recursos e condições de que dispõem para fazer escolhas estratégicas, conquistando maior autonomia. Para tanto, investigou-se, em especial, as questões referentes às oportunidades aproveitadas, segundo as falas das entrevistadas, para promover mudanças em suas vidas, melhorando seu *status* nas várias dimensões da sociedade, ou seja, cultural, econômica, política e social.

Assim, este artigo inicialmente expõe o referencial teórico pertinente ao conteúdo abordado. Em seguida apresenta os resultados obtidos através da pesquisa realizada sobre os aspectos de empoderamento das mulheres da Associação. Por fim, realiza a conclusão acerca do debate realizado no transcorrer deste trabalho.

2.2. EMPODERAMENTO, AUTONOMIA DAS MULHERES E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES

Estudos que introduzam a perspectiva de relações de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres são fundamentais para ampliar o conhecimento sobre a realidade vivida pelas mulheres, assim como, podem vir a ser instrumentos de relevância para a melhoria das condições e qualidade de

vida das mesmas. Contudo, na literatura sobre o tema gênero, até os anos de 1970, não existiam registros sobre o reconhecimento e a posição da mulher no desenvolvimento econômico (SARDENBERG, 2010; SCHEFLER, 2013), até porque as mulheres eram desconsideradas dentro de sua própria unidade familiar (SARDENBERG, 2010).

Nos anos 1980, impulsionados pelo movimento feminista, estabeleceu-se o marco teórico de *status* de mulher. Estudos desvendaram a situação de desigualdade das mulheres por meio de alguns indicadores, tais como, grande autonomia na família em relação à tomada de decisões reprodutivas, no trabalho, nas relações afetivas, nas decisões quanto à mobilidade, autoridade e acesso aos recursos econômicos e controle sobre os mesmos. Contudo, o multifacetado conceito de autonomia, empregado nos estudos sobre o *status* da mulher, não foi capaz de captar as nuances de poder existentes nas iniquidades de gênero (NADU et al., 2013).

Segundo Nadu et al (2013, p.5), o conceito de gênero como construção social pode ser definido “[...] como ‘organização social da relação entre os sexos’ (SCOTT, 1995) [...]”, e que também pode ser entendido como relação de poder entre os sexos, contrapondo à essência biológica.

Contudo, afirmam Cornwall et al (2013, p.2), que o conceito de gênero “tem servido tanto como princípio organizado quanto como uma ‘palavra de ordem’. [...] No entanto, lições aprendidas em contextos específicos tem se transformado em slogans generalizantes”, em que as mulheres aparecem como vítimas abjetas, sujeitos passivos ou como grandes heroínas.

Todavia, quanto mais se generaliza gênero, menos se encontram políticas efetivas de equidade de gênero nos espaços e nos documentos principais de formulação de políticas. Neste contexto, Sardenberg (2010, p.45) observa que “[...] o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*, tampouco torna irrelevante pesquisas, [...]. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social [...] legitima a situação ‘real’ de discriminação, exploração, subordinação das mulheres [...]”.

Logo, o conceito de gênero surge como instrumento de ‘desnaturalização’ das desigualdades entre os sexos, da divisão social do

trabalho e das assimetrias sociais com base no sexo, possibilitando a sua transformação, devido a sua historicidade, dando ao conceito de gênero uma conotação prático-política, legitimando as lutas femininas (SARDENBERG, 1998, apud SCHEFLER, 2013).

Nos anos de 1990, a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijin, propôs a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o empoderamento das mulheres.

Neste sentido, Schefler (2013, p.10) percebe o empoderamento como uma

[...] Ferramenta estratégica nas políticas de combate à pobreza, o conceito vem sendo orientado para a construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devem atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. [...] Assim, a questão essencial da abordagem de empoderamento – as relações de poder – é relegada a um segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais [...] e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos.

Visto que “[...] nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significada como ‘autonomia econômica da mulher’. Nas políticas dirigidas à agricultura familiar, o empoderamento rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar [...]” (SCHEFLER, 2013, p.10).

Colaborando com a perspectiva apresentada, Cornwall (2013, p.2) afirma que julgar o empoderamento da mulher depende

[...] Muito de como o ‘termo empoderamento’ é interpretado. Em algumas partes do mundo, o termo se tornou sinônimo de projetos que oferecem às mulheres pequenos empréstimos e as engajam em atividades de geração de renda, tais como a produção de artesanato para venda. Mas, o argumento de que ‘empoderar as mulheres’ se dá apenas por intermédio do seu engajamento no mercado faz confluir poder com dinheiro, emprestando à geração de renda poderes mágicos [...] No meio disto tudo, as estratégias das próprias mulheres para lidar com as pressões e constrangimentos na sua vida cotidiana se tornam virtualmente invisíveis.

Neste contexto, Schefler (2013, p. 10-11) apresenta estudos que

abrangem outras relações, que não só as relacionadas com o poder econômico

Já os estudos feministas que relacionam gênero e pobreza argumentam que as transformações no campo brasileiro envolvem tanto mudança nas situações engendradas pela crescente penetração do capital na agricultura – restrição a terra, às condições de produção, de mercados e de maiores rendimentos para seus produtos -, como outras dimensões da vida das mulheres que se sobrepõem às relações especificamente econômicas e que questionam sua identidade e posição social.

Logo, o empoderamento das mulheres, implica, para o feminismo na “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações” (SCHEFLER, 2013, p. 11).

Nos anos recentes as mulheres passaram a reivindicar, com maior ênfase, o reconhecimento institucional do seu papel “[...] nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada [...]” (BUTTO, 2011, p.15).

A primeira década dos anos 2000 foi o espaço de tempo, no Brasil, “em que agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado [...]” (SILIPRANDI, 2013, p.3).

No âmbito da política que vem sendo desenvolvida, segundo Siliprandi (2013), a mais conhecida entre as mulheres é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito específica para mulheres, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outras políticas que foram implantadas e que vêm tendo algum impacto são:

a titulação da terra conjunta obrigatória; a mudança de critérios para que as mulheres solteiras possam ser beneficiadas com a posse da terra; as mudanças na assistência técnica aos assentamentos, com enfoque de gênero; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Mulheres Rurais; as políticas de apoio à sua organização para participação em

processos de negociação sobre os territórios rurais e as políticas específicas de etno-desenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (SILIPRANDI, 2013, p.6).

Foi criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que vem sendo observada uma grande participação das mulheres – uma das políticas estruturantes do programa Fome Zero, com os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (estes, a partir de 2006), contando ainda com pequenas complementações de Estados e Municípios. Seus objetivos são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Todavia, as mulheres contam com pouco financiamento, quase sempre obtido junto às organizações não-governamentais. Em geral, as mulheres formam grupos informais, que vendem quase sempre seus produtos diretamente ao consumidor, em mercados locais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

2.3. ASSOCIATIVISMO E AS MULHERES RURAIS

Tem-se percebido que a visibilidade sobre a participação de mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais, em ambientes vinculados à agricultura ecológica e de grupos de agricultores familiares, pois nestes grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas, como retratadas por Henn (2013).

Ao se organizarem de forma coletiva sob a essência do associativismo e do cooperativismo, observa-se que a entidade tem uma finalidade social, pois segundo Santos et al. (2008, p. 1) “A expressão ‘cooperativismo’ [...] significa ‘operar conjuntamente’. Daí, a ideia de prestar ajuda, auxílio em prol da

sociedade como um todo”.

Tedesco (2006, p. 88) relata que a mobilização coletiva ao ser organizada nas formas do cooperativismo e do associativismo, quando adotadas pelos agricultores familiares, impactam positivamente na obtenção de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares, pois estas formas de associativismo colaboram no enfrentamento de algumas dificuldades inerentes às famílias rurais, tais como: “[...] empecilhos na comunicação com os órgãos públicos e financiamentos, esbarrando nas próprias dificuldades da renda, da comercialização no mercado consumidor e na burocracia da concessão de linhas de créditos de financiamento [...]”.

Observa-se que os processos de organização e participação social contribuem efetivamente para o desenvolvimento das relações de cooperação, contribuindo para que as mulheres ocupem seus espaços nas esferas política e social, refletindo de maneira positiva nas relações familiares e sociais do local onde estão atuando.

Assim, o cooperativismo, enquanto movimento coletivo empreendedor deve ser atrelado

[...] a uma postura que agregue proatividade e adaptação com o objetivo de superar os riscos do mercado de forma socialmente comprometida e ambientalmente responsável, apoiado numa perspectiva reflexiva de aprendizagem, em que o aprender a aprender signifique continuar aprendendo de forma autônoma, criativa e duradoura (PAIVA JUNIOR, 2009, p. 56-57).

Logo, as mulheres engajadas em organizações sociais que optam pelo sistema socioproductivo agroecológico como uma lógica empreendedora, inserem no seu modo de produção a diversidade de cultivos, ao tempo que as mulheres desempenham também diversas atividades, agrícolas e não-agrícolas, principalmente, ligadas à racionalidade do empreendedorismo verde. Isto decorre do fato de que as agricultoras manejam os recursos naturais existentes em seus agroecossistemas de maneira eficiente, sob o risco de se inviabilizarem socioeconomicamente ao longo prazo caso não consigam conservar sua biodiversidade.

Esta lógica proporciona aos estabelecimentos rurais a manutenção de

um sistema de produção diversificado e que tendem a agregar valor aos seus produtos, tendo como consequência o incremento da renda em conjunto com a valorização dos saberes femininos, através da produção e comercialização de produtos artesanais ou agroindustrializados. Mas que, ao mesmo tempo, gere segurança alimentar à família através do autoconsumo (renda não-monetária), sendo esta uma forma que, de acordo com Brandenburg (1999, p. 239) requer-se a “[...] diversidade de meios e saberes, observação e criatividade que só a experiência do cotidiano pode fornecer [...]”.

Diante destas perspectivas observa-se que a inserção em grupos agroecológicos, fomenta que os agricultores e agricultoras escoem sua produção, preferencialmente, para a comercialização direta ao consumidor, sem a exigência de certificação. Considera-se importante ressaltar que o agricultor, principalmente, o alternativo “[...] para permanecer integrado no sistema societário, deverá desenvolver uma agricultura rentável e preservadora das condições naturais do ambiente produtivo, de forma a conciliar sustentabilidade econômico-material e social” (BRANDENBURG, 1999, p. 224).

Assim, cabe salientar que os grupos de mulheres acabam por romper as barreiras, facilitando a visibilidade do trabalho das agricultoras através da exposição de seus produtos diretamente aos consumidores, principalmente no espaço das feiras livres, assim como também se incluindo nos espaços institucionais, disseminando as reflexões sobre gênero, assim como as práticas agroecológicas.

Este modo de organização social, com formato associativo, apresenta-se como uma alternativa para as unidades produtivas, principalmente quando estas envolvem a participação de mulheres e jovens, conforme resalta Tedesco (2006, p.94) “[...] sobretudo, pela presença e participação de jovens e de mulheres especificamente. Assim, é possível pensar na sobrevivência de gerações, em projetos para o futuro, pois há grande projeção da presença de seus filhos [...]” .

Diante dos quadros teóricos acima, podemos analisar o caso do protagonismo das mulheres sertanejas, integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’.

2.4. AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES 'RESGATANDO SUA HISTÓRIA': EMPODERADAS?

O semiárido brasileiro é uma área geográfica onde as chuvas são bastante irregulares e o solo raso e pedregoso, que não retém umidade.

Segundo Santos e Gois (2009), o Território do Alto Sertão Sergipano expõe péssimos indicadores sociais, pois apresenta: baixa renda per capita, forte exclusão social, a mais baixa esperança de vida ao nascer do Estado, alto índice de mortalidade infantil, IDH inferior a 0,575, sendo que a pobreza é marcadamente rural.

Nessa região, do nordeste brasileiro, de acordo com Scheffler (2013, p.12),

[...] a grande maioria das mulheres que depende da agricultura familiar sobrevive em condições de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas ao longo de suas vidas, as quais se reproduzem na forma de discriminações e desigualdades, inclusive, por parte das políticas públicas que, mesmo privilegiando as mulheres em seus discursos oficiais, não têm, efetivamente, se voltado para a perspectiva de gênero.

Diante desse quadro, é notória a mobilização social de 30 mulheres que se organizaram na forma de Associação e optaram pela realização de uma agricultura de base ecológica. Pois, é através da atuação da mulher na agroecologia, que as discussões sobre gênero ganham visibilidade e neste ambiente as mulheres ocupam seu espaço nas esferas produtiva, política, social e econômica. Assim, percebe-se que a agroecologia vislumbra a mulher como uma agente de transformação social.

Logo, a opção do sistema produtivo agroecológico pode ser visto como uma estratégia de inclusão para as agricultoras, pois esta prima pela valorização da preservação da biodiversidade local, reconhece o saber tradicional e incentiva a organização social das mulheres, sendo o associativismo uma estratégia de empoderamento das mulheres, pois é através da construção de redes de contato e do desenvolvimento de atitudes cooperativistas, que as mulheres interagem com o espaço público e passam a contribuir com as decisões que afetam a comunidade.

2.4.1. A Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'

Antes de se tornarem Associação, as mulheres formaram um grupo de aproximadamente 60 participantes que se reuniam com as freiras da instituição de origem católica Divina Providência, cuja sede é na Alemanha, com o intuito de fortalecê-las e de melhorar as condições de vida das famílias rurais. Desde 2003, este grupo de mulheres rurais se mobiliza com a contribuição, incentivo e qualificação promovidas pelo *Centro de Assessoria e Serviço aos/as Trabalhadores/as da Terra - Dom José Brandão de Castro - CDJBC*, Organização Não-Governamental (ONG) detentora de importante atuação no semiárido brasileiro, contribuindo para a fundação da Associação de mulheres aqui referida. Em 2006, esta ONG ofertou um curso de contabilidade com o intuito de qualificar as integrantes do grupo.

Foi através da organização social que, em 2007, 30 mulheres formalizaram a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', que até hoje atua no ramo da agricultura familiar sob os preceitos da agroecologia. Até o ano de 2009, segundo as coordenadoras da Associação, toda a receita obtida através do trabalho coletivo das associadas foi utilizada para a organização da Associação e para pagamento de despesas como água e energia, mas, a partir desta data, iniciou-se a distribuição financeira às associadas.

Cabe salientar que em 2009 havia apenas 14 associadas, mas com o recebimento do "Prêmio Mulheres Rurais Que Produzem o Brasil Sustentável", e com a notícia de que as associadas seriam contempladas com o ecofogão, o número de associadas voltou a crescer, com o retorno de antigas participantes e o ingresso de novas mulheres. Desde 2013, voltaram a ser 30 associadas e ainda hoje há demanda por ingresso na Associação.

Segundo as 12 associadas entrevistadas, percebe-se que, apesar do destaque de distintos elementos motivacionais que as levaram à criação ou ao ingresso em uma Associação composta exclusivamente por mulheres, há em comum a expressão dos sentimentos de sentirem-se confortáveis e motivadas a trabalhar, sendo ainda, movidas pela satisfação de pertencimento ao grupo de mulheres associadas.

Essas mulheres apresentam diversas faixas etárias (entre 21 anos a 71 anos); em sua grande maioria são casadas, e uma minoria de solteiras ou viúvas; a maioria delas é mãe (com número de filhos variando entre um a seis filhos); a escolaridade varia desde o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que a maioria (sete entrevistadas) possuem o Ensino Médio Completo, sendo uma Técnica Agropecuária e duas possuem Ensino Superior.

Logo, percebe-se um perfil heterogêneo no grupo de mulheres entrevistadas que compõem a Associação. Notou-se duas características semelhantes entre as associadas, quais sejam, as famílias de todas as entrevistadas são de origem rural e a posse da terra pertence à família, sendo que a maioria (oito associadas) afirma que detêm a posse da terra, destas, uma declarou que a terra é compartilhada com o marido.

Como características marcantes das mulheres sertanejas sergipanas, é notória a escolaridade existente entre as entrevistadas e a posse da terra pertencer à família. Este fato nos remete a Sen (2000), que afirma que as variáveis de ter direitos de propriedade e ser alfabetizadas têm alto grau de influência, dentre outros fatores, para a possibilidade de consideração pelo bem estar e para a aquisição de respeito às mulheres.

As entrevistadas se autodenominam e se reconhecem de diversas formas, sendo que 11 ressaltam que exercem atividade agrícola, com exceção de uma entrevistada que se apresenta como funcionária pública. Apesar da Associação ser composta, em sua grande maioria, por agricultoras familiares, existe um leque de outras atividades profissionais que são exercidas pelas associadas, tais como: Professoras, Servidoras públicas, Agentes de Saúde e Serviços Gerais, algumas destas mulheres conciliam estas atividades não-agrícolas com a de agricultora, outras participam da Associação apenas como sócias colaboradoras, devido ao prazer do sentimento de pertencimento.

Pode-se destacar duas dessas falas: numa das entrevistadas 'L', que se apresenta "Jovem da Associação", percebe-se um sentimento de pertencimento a esse grupo, no qual esta jovem orgulha-se e admira o trabalho e a trajetória construída pelas mulheres da Associação; e a fala da associada 'B' que se apresenta como Agricultora Familiar e trabalha com agroecologia:

“Sou agricultora, observadora, experimentadora e multiplicadora”, percebe-se, nesta fala a liberdade, a segurança, o conhecimento e o entusiasmo desta mulher sertaneja. O que vem reforçar as diversas percepções e diferentes modos de vidas coexistentes na Associação.

Sobre a trajetória das entrevistadas na Associação percebe-se que metade das associadas (seis entrevistadas) participam da Associação desde a sua fundação, uma ingressou em 2009, outra em 2010 e quatro delas ingressaram em 2012, sendo que das 12 entrevistadas, atualmente, oito ocupam cargo na gestão ou no Conselho Administrativo da Associação.

2.4.2. A Estrutura Organizacional e Atividades Realizadas na Associação

A Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ é organizada a partir de três eixos: **(i)** do Conselho Fiscal, que é um órgão consultivo, formado por três conselheiras; **(ii)** das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, estas têm caráter deliberativo e todas as Associadas são convocadas a participar. Mensalmente é realizada uma Assembleia Ordinária, aberta ao público, onde são expostas diversas pautas referentes a assuntos de interesse das associadas. Também são debatidas e deliberadas as demandas da Associação e ainda é realizada a prestação de contas mensal da Associação, cabendo às associadas a aprovação das contas. As Assembleias Extraordinárias são realizadas sempre que houver a necessidade de discussão de uma pauta específica; e **(iii)** da Administração da Associação que é composta pela Coordenação Administrativa e Vice-coordenação; Tesoureira e Vice Tesoureira; Primeira e Segunda Secretárias.

A Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ possui uma sede com área de aproximadamente um hectare. Na área interna observou-se um espaço reservado para a estocagem de geleias, doces em compota, balas e picles em conservas; um espaço utilizado para as reuniões e cursos e está sendo construída uma cozinha comunitária (em fase de acabamento).

Já na área externa, existem duas cisternas; uma área utilizada para o cultivo de hortaliças; um viveiro de mudas; um espaço com minhocário para a produção de adubo orgânico. Atualmente há um contrato de Comodato com uma das associadas, para a utilização de uma área de três hectares, destinada

à apicultura e à estocagem do banco de sementes crioulas da Associação.

Segundo a Coordenadora, 50% da receita da Associação provem das mensalidades pagas pelas associadas, a segunda maior fonte de recursos advém da comercialização das hortaliças e das balas e outros produtos agro industrializados, o mel aparece como a terceira fonte de receita, sendo que a comercialização de mudas e húmus também contribuem. Assim, podemos destacar que as atividades geradoras de renda monetária que compõem as vendas da Associação são oriundas da agricultura familiar.

Sobre as atividades produtivas na Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', Gouveia et al (2011, p. 2) afirmam que estas desenvolvem

[...] atividades produtivas da agricultura alternativa baseada em práticas agroecológicas visando o fortalecimento da Associação enquanto área produtiva que garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias e geração de renda através da comercialização dos produtos. Cabe destacar que além das atividades de produção, estas mulheres visam o fortalecimento da organização social.

Podemos destacar dois setores produtivos da Associação atualmente em atividade: o setor agrícola e a agroindústria de alimentos. Conforme observa-se no Quadro 1, nestes setores as atividades são desempenhadas de forma coletiva pelas associadas. Também contribuem para a geração de rendas agrícolas e não agrícolas, que são destinadas para a manutenção da Associação e distribuídos para as associadas, de acordo com as atividades desempenhadas por cada uma delas.

Quadro 1: Distribuição das associadas às atividades produtivas da Associação, Porto da Folha, Sergipe, 2015.

Setores	Atividades	Número de Participantes	Frequência das Atividades
Agrícola	Apicultura	7	A cada 15 dias
	Mudário (estufa)	3	Diariamente
	Horta (canteiros)	8	3x por semana
	Banco de sementes	8	Na época da colheita
Agroindústria	Balas	6 a 10	3x por mês
	Doces, geleias e compotas	7	A cada 2 ou 3 meses

Fonte: pesquisa de campo (2015).

Conforme exposto pelo Quadro 1 acima, apenas 10 associadas participam das atividades produtivas de modo coletivo. A atividade que reúne o maior número de associadas (até 10 participantes) é a produção de balas de banana recheadas com leite condensado, seguida por oito associadas que participam do banco de sementes e da produção das hortaliças, já a estufa de mudas é a atividade que compreende a menor quantidade de associadas

No que se refere à divisão do trabalho percebe-se que apesar da maioria das associadas trabalhar em mais de um local e desempenharem diversas atividades (na Associação, domésticas, na roça, de comercialização, de agroindustrialização, de estudos, de lazer, e outras atividades remuneradas), na percepção da maioria (oito das entrevistadas) dizem trabalhar 8 horas por dia ou menos.

A continuidade das atividades da Associação é hoje uma preocupação da gestão e das fundadoras que foram entrevistadas. Estas relatam que há pouca disponibilidade, entre as associadas, para uma maior dedicação principalmente às atividades de gestão e representação da Associação, visto que, essas atividades demandam tempo e disponibilidade para viagens. Assim, as mulheres estão discutindo a possibilidade de alterarem o estatuto para receberem os jovens (homens e mulheres), pois, as associadas comentaram que alguns jovens, mesmo sem estarem associados, já participam de algumas atividades da associação como colaboradores. Se por um lado, esse fato é positivo, na expectativa que os jovens terão maior disponibilidade para viagens e para as atividades agrícolas, por outro lado, a entrada de homens, mesmo como colaboradores, mudará a característica, pois, não mais será uma associação de mulheres e sim uma associação mista, com os homens, provavelmente, tomando a frente de algumas atividades.

Esta dificuldade e preocupação com a continuidade da Associação pode ser expressa pela fala de uma das entrevistadas ao responder ao questionamento: por que inserir os jovens na Associação?

Ter alguém que vai fazer o que eu fiz para dar continuidade, não deixar que a Associação, é, pare. Já pensou o grupo antigo morrer e acabar, como é que isso aqui vai ficar? O nosso pedaço de chão, que nós lutou tanto né, foi trabalho, ali

foi suor, ainda hoje a gente trabalha muito. A gente quer deixar aqui como se fosse uma coisa assim como se fosse hereditária de um passar para outro, [...] a gente incentiva a comunidade toda, e a gente pensa assim, [...]. No nordeste é muito gostoso de se viver, desde que que o você aprenda a viver no nordeste é bom [...] (Entrevista A, 59 anos).

As associadas passam atualmente, também, pela expectativa do término da construção da nova cozinha comunitária, instalada na sede da Associação, elas esperam receber o selo de inspeção municipal. Com este selo poderão iniciar a comercialização para o município, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por se tratar de uma produção advinda da agricultura familiar, escoando a produção, por exemplo, do mel, e das balas, diretamente para a merenda escolar do município. O que vai demandar, conseqüentemente, um aumento da produção.

2.4.3. Percepção das Associadas em Relação às Rendas Auferidas

No que concerne à renda monetária advinda da produção agrícola, percebe-se que esta detém um baixo grau de importância na lógica de reprodução de sete das oito famílias que obtêm renda monetária através desta atividade, pois esta representa de 10 a 30% da renda monetária familiar de sete entrevistadas, enquanto detém um alto grau de importância, contribuindo com 90% da renda monetária agrícola familiar de uma das associadas. Vale ressaltar que hoje as associadas não participam mais da feira, pois toda produção está sendo vendida à comunidade local (porta a porta), na sede da Associação ou por encomenda, logo “Estão todos comendo uma coisa de qualidade”, como afirma a Coordenadora da Associação.

Metade das entrevistadas percebe renda monetária através da produção não agrícola, sendo que duas associadas relataram que esta renda é proveniente das atividades executadas na Associação. A agroindustrialização de alimentos se destaca como a principal atividade produtiva e geradora de renda não agrícola desenvolvida na Associação, principalmente a comercialização das balas de banana.

Já no que se diz respeito à contribuição da renda não monetária advinda da produção agrícola, esta representa entre 5 e 90% do consumo das 10 famílias que detêm produção agrícola, demonstrando, assim, que todas as

associadas produtoras incorporam os itens produzidos, em maior ou menor grau, na alimentação familiar (autoconsumo). As associadas e suas famílias, também consomem os produtos agrícolas cultivados na Associação, de forma coletiva. Como no caso do Mel, que é primeiramente distribuído para o consumo das associadas e de suas famílias, sendo vendido apenas o excedente. Assim como no caso da produção das olerícolas e dos grãos, onde há uma partilha da produção, em que todas as Associadas que trabalharam no cultivo ficam a vontade para levar a quantidade necessária dos itens produzidos para o consumo da sua família. Pois, segundo a atual coordenadora da Associação, a prioridade é a segurança alimentar das associadas e de suas famílias, onde apenas o excedente é comercializado.

No que se refere ao autoconsumo, proveniente das atividades não agrícolas, nota-se que uma entrevistada utiliza a produção realizada na Associação, e oito associadas descrevem que elas ou suas famílias consomem os produtos não agrícolas oriundos das suas propriedades. O desenvolvimento das atividades não agrícolas são de extrema importância, pois através destas a Associação e as associadas deixam de desembolsar valores monetários, contribuindo assim para a diminuição dos custos de produção e/ou contribuindo para a economia referente a gastos com despesas. Logo, estas atividades geram uma renda não monetária tanto para Associação como para as famílias das associadas, mas, o desenvolvimento destas atividades, também contribui para a não dependência de insumos externos o que tende a gerar uma maior sustentabilidade.

Ainda sobre a composição da renda familiar das associadas, observa-se que além das rendas monetárias e não monetárias provenientes das atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas pelas entrevistadas no âmbito das propriedades rurais, há outras fontes de renda percebidas pelas associadas entrevistadas, tais como: a renda obtida através da Associação, as transferências governamentais, o serviço público, e o trabalho temporário, onde apenas uma associada (entrevistada 'G') descreve não deter variadas fontes de renda. Constatou-se que todas as famílias das entrevistadas compõem a renda familiar através da incorporação de diversificadas fontes de renda, que

são percebidas pelas associadas ou por outros familiares residentes na casa. Fato este que demonstra uma significativa diversidade no que concerne às fontes de renda, o que tende a gerar uma não dependência do mercado, proporcionando uma maior autonomia para a gestão dos recursos (ecológicos, produtivos, econômicos, sociais).

Apesar deste trabalho não trazer como objetivo a mensuração da renda das associadas, vale ressaltar que segundo Cardoso e Vicentim (2014, p.270) “A renda mensal de cada uma das mulheres do grupo, com a comercialização dos produtos (hortaliças e frutas), gira em torno de R\$ 500,00, mas pode chegar a R\$ 2 mil em alguns meses, dependendo da safra das frutas e da colheita de mel. [...]”.

Assim, a questão da renda é percebida como um ponto relevante nesta pesquisa, pois além de demonstrar que todas as associadas entrevistadas classificam o grau de satisfação com a renda obtida como bom, sendo que uma delas declara que a sua satisfação é muito boa, esta destaca, também que todas as associadas entrevistadas apresentam participação na constituição da renda familiar. Destacando que a obtenção da renda é advinda de diversas fontes agrícolas e não agrícolas, monetária e não-monetária. O que vem a diminuir as desigualdades de gênero neste quesito, empoderando as mulheres rurais do semiárido sergipano no âmbito da participação nas decisões familiares.

2.4.4. O Papel das Associadas: Para Além das Atividades Produtivas

Além das atividades produtivas, que são vistas como importantes para a inserção profissional destas mulheres que contribui para a emancipação financeira, logo para o bem estar e para a autonomia feminina, percebe-se também, que as associadas exercem outras atividades não agrícolas, que apesar de não remuneradas cumprem com as funções de emancipação e inclusão das mulheres nos ambientes sociais e políticos.

Conforme relatado pela atual coordenadora da Associação estas tarefas estão ligadas à Gestão da Associação; à Comercialização dos produtos; à participação em Cursos, às viagens para Encontros; às Confraternizações e Festas de carnaval; à Organização da missa da terceira quarta feira do mês, e

algumas representações político-sociais, tais como: (i) representação no Conselho da Criança e Adolescente; (ii) participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Assistência Social; (iii) integrantes no Comitê da Associação da Escola; (iv) participação na comissão da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil; (v) na ASA municipal e estadual (na qual a coordenadora da Associação é a representante local da entidade).

Visto que esta realidade foi construída por essas mulheres, a entrevistada 'B' revela o progresso e a emancipação das associadas, ao relatar que a Associação representa o “Desenvolvimento das mulheres, tinha mulher na Associação que nem ao menos falava, nem pra se apresentar era ruim viu, hoje em dia já estão tudo desenvolvida [...] você tem mais liberdade [...]”. Mas esta associada vai além e fala sobre o respeito conquistado, pois “Em casa, no grupo, na rua, onde a gente chega, [...] essa Associação nossa, graças a Deus, é muito respeitada”.

No que se refere à relação da Associação com a comunidade, as coordenadoras destacaram que é uma relação de respeito por parte da comunidade, onde esta espera coisas boas vindas do trabalho da Associação. Visto que a Associação também beneficia diretamente a população local.

Cardoso e Vicentim (2004, p.272) colaboram com essa percepção ao colocarem que

A prática da organização de mulheres tem impactado todo o município, também porque elas vêm utilizando a capacidade de articulação política adquirida pelo grupo na melhoria da qualidade de vida de todos, através, por exemplo, de suas atuações junto aos conselhos de políticas públicas. Tudo isso demonstra que o empoderamento feminino é um dos caminhos para a saída da pobreza das famílias rurais brasileiras.

Os resultados da pesquisa apontam que todas as entrevistadas estão satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação. Algumas falas demonstram o nível de satisfação das associadas: “A vida que não teve oportunidade de ter antes”, “Viajar, conhecer pessoas, participar de eventos, fazer bem para ela e benefícios para a comunidade”, “Desenvolvimento para as mulheres, desinibição, liberdade, força, encorajamento, empoderamento, respeito da comunidade”, “Representa a libertação do trabalho doméstico, proporcionando uma interação social com outras associadas”, “poder ter um trabalho”, “uma

renda a mais”; “ser útil”, “ser valorizada pelas pessoas e reconhecida”, “aumento da autoestima”. Dentre as diversas modificações que aconteceram em suas vidas após o ingresso na Associação tem dois pontos que mais se repetiram dentre a abordagem das entrevistadas que foram o “conhecimento” e a “saúde”, representados nas falas: “Minha vida, eu acho que mudou muito, [...] me deu incentivo para eu estudar, achei a necessidade de estudar, vi a necessidade de estudar né pra ter mais conhecimento, [...] eu mesmo me sinto uma mulher empoderada” (entrevistada ‘B’); e “Foi à saúde da gente, por que a gente não usa droga, sabe, lá é tudo [...] orgânico, ai já é outra coisa, né” (entrevistada ‘F’).

Percebe-se ainda, que a inserção das mulheres no mercado gerou acréscimo na renda, mas também visibilidade do trabalho das associadas e o reconhecimento pelo diferencial de seus produtos (cultivados sem veneno), contribuindo assim para que estas mulheres participem dos processos das decisões familiares e contribuam com as decisões que afetam a comunidade. Mas, verificou-se, também, que as associadas não são dependentes do mercado, pois apresentam uma produção agropecuária diversificada, muitas vezes, destinadas exclusivamente ao autoconsumo, além de demonstrarem fontes de rendas monetárias variadas, advindas da prática de atividades produtivas agrícolas e não agrícolas.

Outro aspecto observado foi a preocupação em manter os preços acessíveis à população (não seguindo a lógica do mercado de orgânicos, com a prática do *preço premium*), mantendo os produtos com os mesmos preços praticados, regionalmente, na comercialização dos produtos convencionais, o que contribui para o desenvolvimento da economia local e colabora, também, com a segurança alimentar e nutricional da população local.

2.5. CONCLUSÕES

Através da análise dos dados, pode-se concluir que o engajamento, a mobilização social das mulheres, a opção de se organizarem de modo coletivo para a formalização da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’ e a opção de atuarem como agricultoras familiares sob os preceitos da agroecologia colaborou para a emancipação e empoderamento das mulheres

que atuam na Associação.

Dentre as características que colaboram para o fortalecimento e para a continuidade da Associação pode-se destacar a origem rural das associadas, a posse da terra pertencer à família, a escolaridade existente entre as entrevistadas e o sentimento de pertencimento ao ambiente rural nordestino, como características marcantes para uma possível emancipação das sertanejas sergipanas.

É notório o bem estar das associadas, sendo percebido um sentimento de conforto e acolhimento para as mulheres, num cenário de fortalecimento dos laços de convivência e de amizade. Na percepção das associadas, a aquisição de conhecimento e a melhora da saúde são as modificações mais importantes que aconteceram em suas vidas após o ingresso na Associação. Estas transformações são notórias, visto a apropriação de saberes por parte das associadas refletirem diretamente no alto capital humano percebido entre as associadas, proporcionando emancipação, liberdade e autonomia para as mulheres rurais.

Mas, não se pode deixar de perceber o crescimento pessoal das associadas, proporcionando aumento da autoestima; por terem construído um espaço onde as mulheres estão engajadas em atividades da Associação ou para a comunidade, consideradas úteis por elas.

Os resultados demonstram que todas as associadas entrevistadas apresentam participação na constituição da renda familiar, significando importante para as entrevistadas perceberem uma renda advinda do seu trabalho, sendo a obtenção da renda advinda de diversas fontes agrícolas e não-agrícolas, monetária e não-monetária. Destacam, também, que todas as entrevistadas consideram pelo menos bom o seu grau de satisfação com a renda obtida.

Assim, não se pode deixar de atrelar a modificação na vida das associadas com a opção pela agroecologia, pois esta valoriza os saberes tradicionais e o modo de vida das famílias rurais, visto que as associadas percebem seus agroecossistemas como espaço de convívio familiar, de lazer, de laços sociais, produtivos e econômicos. Uma vez que este sistema prioriza a

gestão dos recursos naturais e humanos a partir das particularidades ecológica e financeira existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno, valorizando, assim a biodiversidade local, a identidade cultural, política, social e produtiva.

Diante do contexto exposto, observa-se que as mulheres da Associação assumem o papel de protagonistas na organização das atividades produtivas, reprodutivas (agrícolas e não agrícolas) e participativa na construção da renda familiar, o que tem contribuído para o desempenho de um novo papel familiar, assim como da segurança alimentar e nutricional, mas também para a afirmação dessas mulheres como *atores sociais* na gestão de seus modos de vida.

Em se tratando de desenvolvimento com liberdade, pode-se apontar a valorização e o respeito das associadas, visto a participação e a liderança política, econômica e social das mulheres, assim como o reconhecimento social advindo, por exemplo, da premiação 'Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável'.

Pelo exposto, percebe-se que através da construção de uma identidade coletiva de mobilização, as associadas sentem-se protagonistas das suas histórias de vida, estas mulheres transformaram a realidade cultural, de mulher sertaneja, superando as adversidades através da associação e hoje as entrevistadas encontram-se satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'.

2.6. REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar. ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In BUTTO, A; DANTAS, I. (orgs). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.11- 34.

CARDOSO, Maisa; VICENTIM, Fabiana. Porto da Folha (SE) - Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: Resgate da história no sertão sergipano. In BRASÍLIA: Governo

Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*. Brasília, 2014. p. 265 - 273.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. *Revista Feminismos*, Salvador, v.01, n.01, p. 1-22, Jan. - Abr. 2013.

CORNWALL, A. Apresentação: Trilhas do Empoderamento de Mulheres. *Revista Feminismos*, Salvador, v.01, n.02, p. 01-08, Mai. - Ago. 2013.

GOVEIA, Bruno Santiago Silva; SODRÉ, Maria Lúcia da Silva; DOURADO, Aucéia Matos. A prática agroecológica no bioma caatinga: uma experiência no alto sertão Sergipano. In Congresso Brasileiro de Agroecologia, VII, 2011, Fortaleza. *Cadernos de Agroecologia*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 1-6, dez. 2011.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

NADU, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M.C. Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, III, 2013, Belo Horizonte. *Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte, 2013. DIGITAL.

PAIVA JUNIOR, Fernando Gomes de. Empreendedorismo e Competências do gestor no Agronegócio. In CALLADO, Antônio André Cunha (Org). *Agronegócio*. 2 ed. 2 reimp. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

SANTOS, Abeaci dos; GOIS, Magaly Nunes de. O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial. In SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, XIX, 2009, Ecuador. *Anais XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Ecuador*, 2009, p.1-11, DIGITAL. Disponível em:<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>>.

Acessado em 21 de junho de 2015.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA,

Patrícia dos Santos. *Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos Gerais e prestação de contas*. São Paulo: Atlas, 2008.

SARDENBERG, C. M. B. Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v.17, n.32, p.65-84, 2012.

_____. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P; AQUINO, de S. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2013.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v.18, n. 2, p. 12-32. 2011.

SILIPRANDI, E. *Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar*. 2013. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf. Acesso em: 19 set. 2015.

TEDESCO, J.C. (Org). *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo*. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU Nueva Época*, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>>. Acessado em 20/01/16.

3. INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DAS MULHERES E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NORDESTINO

SOCIAL PRODUCTIVE INCLUSION OF WOMEN AND COEXISTENCE WITH THE SEMIARID NORTHEAST

Tatiana Frey Biehl Brandão³
Janice Rodrigues Placeres Borges⁴

RESUMO

Este trabalho busca descrever e analisar as estratégias de inclusão socioprodutivas adotadas pelas integrantes da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', ao tempo que discute se a agroecologia constitui-se numa estratégia de convivência com o semiárido e de sobrevivência para as famílias rurais. Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso da referida Associação, sendo realizada pesquisa de campo com 12 associadas. Concluiu-se que as mulheres sertanejas organizaram suas estratégias de inclusão socioprodutiva a partir do associativismo, que, em conjunto com a agroecologia, apresenta-se como uma alternativa de sobrevivência para as famílias rurais no Semiárido do Nordeste brasileiro.

Palavras-chaves: Mulheres, Associativismo e Agroecologia.

³ Docente da UFAL, lotada no Campus do Sertão - Unidade Santana do Ipanema. Graduada em Ciências Contábeis, Pós-graduada em Auditoria e Perícia Contábil e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCAR).

⁴ Docente da UFSCar, junto ao Centro de Ciências Agrárias. Graduada em Ciências Sociais pela UNESP, possui Mestrado em Ciências Sociais pela UFSCar, Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pelo CRHEA/USP e Pós-doutorado em Medicina Social, pela FMRP/USP.

ABSTRACT

The purpose of this study was to describe and analyze the social productive inclusion strategies adopted by the “Resgatando Sua História” (Redeeming your History) Women’s Association, at the same where when it is being discussed if ecological agriculture is a valid survival strategy for rural families in semiarid regions. For the methodology used, a case study by the Women’s Association was chosen in which a field research was done with 12 associates. The conclusion was that the rural women organized their social productive inclusion strategies starting with partnerships, which, along with ecological agriculture, is a method of survival for rural families living in the semiarid regions of the Brazilian Northeast.

Keywords: Women, Partnerships, Ecological agriculture.

3.1. INTRODUÇÃO

É notório no debate de gênero, circunscrito no âmbito da agroecologia, que as mulheres agricultoras passam a se reconhecer, ao mesmo tempo em que são vistas pelos diversos atores territoriais, como uma agente de transformação social, bem como, agentes de disseminação dos princípios e práticas agroecológicas no território onde estão situadas e/ou atuam. Passam ainda, a contribuir, de forma autônoma, na composição da renda familiar, assim como, buscam prover segurança alimentar para a família a partir do autoconsumo de seus produtos agropecuários.

Esta emancipação decorre do fato de que a partir da agroecologia as mulheres passam a ocupar, de maneira mais ativa, os espaços produtivos, políticos, social e econômico. Tal fato representa um grande avanço para as mulheres, haja vista que anteriormente, na grande maioria das vezes, só ocupavam estes espaços de maneira passiva, ou secundária ao papel do homem.

A agroecologia deve estar na base das propostas de convivência com o semiárido, pois esta apresenta-se para as famílias rurais, como uma alternativa de convivência com o semiárido, através do engajamento da mão de obra familiar e do manejo dos recursos naturais locais, preservando a biodiversidade local e se adequando às restrições ecológicas existentes no semiárido. Além disso, possibilita a produção agrícola, a obtenção de renda e a busca pela

segurança alimentar e nutricional das famílias rurais sertanejas.

Ocorre ainda que a agroecologia apresenta-se como uma alternativa para a produção de alimentos, mas, também, como outra forma de relação econômica e social. Prima, ainda, pelo diálogo do saber técnico-científico com o saber tradicional dos agricultores e das agricultoras, possibilitando o desenvolvimento de inovações técnicas locais capazes de solucionar as problemáticas existentes ou desenvolver novos produtos. Para Altieri (2004, p. 37) “[...] A ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias agroecológicas. Além disso, os formatos produtivos e técnicas agroecológicas, por definição, conduzem a níveis maiores de participação”.

Assim, como mencionado anteriormente, a agroecologia aparece atrelada aos preceitos inerentes à convivência com o semiárido, visto que contempla as particularidades locais. Portanto, o sistema produtivo agroecológico tende a dialogar melhor com as restrições ecológicas que permeiam a realidade social, econômica e produtiva na qual está inserida a família rural na Região do Semiárido Nordeste. Visto que esta região apresenta uma marcante condição de semiaridez e ao mesmo tempo contemplada pela agrobiodiversidade da caatinga, considerado um importante bioma brasileiro.

No contexto do semiárido, a agroecologia torna-se importante para o desenvolvimento rural da região, ora pela questão inerente ao desenvolvimento no território de sistemas produtivos mais condizentes com seus fatores endofoclimáticos, culturais e identitários, ora atrelada a discussão de gênero.

Logo, o objetivo deste trabalho é descrever e analisar as estratégias de inclusão socioprodutiva adotadas pela Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, ao tempo que se pretende discutir se a agroecologia constitui-se numa estratégia de sobrevivência para as famílias rurais e de convivência com a região do semiárido brasileiro.

Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, localizada no Povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, no Território do Alto Sertão Sergipano.

Para o desenvolvimento do estudo, além de uma revisão da literatura pertinente ao tema, foram realizadas visitas ao povoado de Lagoa da Volta, especificamente à Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' e a algumas propriedades rurais das associadas, para o reconhecimento da área de estudo, sendo concretizadas observações diretas, anotações no diário de campo, documentação fotográfica da área, entrevistas com as coordenadoras da Associação e com, questionários semiestruturados junto às Associadas.

Logo, no segundo semestre de 2015, foram realizadas 12 entrevistas com associadas de diversas faixas etárias, ocupantes de cargos administrativos na instituição, conselheiras, fundadoras e novas associadas. Assim, foram entrevistadas todas as associadas que manifestaram vontade e disponibilidade de tempo para a realização da entrevista. Para a construção teórica deste artigo, foi realizada revisão bibliográfica sobre gênero, agroecologia, semiárido nordestino, organização social e associativismo.

Para o cumprimento do objetivo proposto, este trabalho apresenta um breve referencial teórico acerca da temática sobre Mulheres, Agroecologia e a Convivência com o Semiárido, seguido da discussão dos principais resultados obtidos no âmbito da Associação, no que se refere: à organização social coletiva das mulheres; ao sistema socioprodutivo das associadas; à produção e destino dos cultivos agrícolas da Associação; à percepção das associadas sobre a dependência de matéria-prima para a produção agrícola em seus estabelecimentos rurais e o mercado de fornecedores e consumidores; aos tipos e alocação dos produtos não-agrícolas manejados na Associação; ao modelo produtivo adotado pelas associadas e a convivência com o semiárido; e à vontade das entrevistadas em relação à permanência dos jovens no campo e a continuidade das atividades nas propriedades rurais.

Para uma melhor compreensão da realidade debatida no trabalho é importante salientar que a referida Associação foi registrada, em 2007, com apoio do Centro Dom José Brandão de Castro – CDBJ -, uma Organização Não-Governamental que detém importante atuação no semiárido brasileiro, e da instituição de origem católica Divina Providência, com sede na Alemanha.

3.2. MULHERES, AGROECOLOGIA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A Região do Semiárido Brasileiro apresenta uma marcante condição de semiaridez, e abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais. O bioma predominante é o da Caatinga, sendo este um patrimônio biológico brasileiro, no qual “o domínio da Caatinga se estende no Brasil por 844.453 km², ocupando 13% do território nacional, abarcando 56% da população nordestina e 16% da população brasileira [...]” (BORGES, 2012, p. 3).

Neste contexto encontra-se, no semiárido nordestino, o Território do Alto Sertão Sergipano, localizado na Microrregião do Sertão do Baixo São Francisco e é formado por cinco sub-bacias do rio São Francisco. Segundo Santos e Gois (2009), este Território apresenta baixos indicadores sociais, onde os principais problemas regionais são a educação, as condições de saúde e habitação; 50% dos domicílios em comunidades rurais não tem acesso à água canalizada, e a falta de energia elétrica atinge 51% dos domicílios rurais; este território apresenta uma elevada concentração da posse da terra, onde grande parte dos agricultores familiares não é proprietário de seus estabelecimentos.

Diante desse quadro, encontra-se o município de Porto da Folha, que segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, possui uma população rural que representava 63,33% da população total do município, entretanto, ressalta-se que a taxa de incidência de pobreza é de 56,71% da população do município. Fato que demonstra a necessidade da atuação, simultânea, de políticas públicas e o protagonismo dos atores sociais locais para romper com essa preocupante realidade local.

No Território do Alto Sertão Sergipano pode-se destacar a importância da agricultura familiar, visto que esta é uma região essencialmente rural, tendo em sua base econômica a produção agropecuária. Existem neste Território 11.275 agricultoras e agricultores familiares, 3.138 famílias assentadas, 480 famílias de pescadoras e pescadores e duas comunidades quilombolas, segundo Santos e Gois (2009). Esses atores sociais vêm buscando formas para se desenvolverem diante das restrições impostas pelas condições

endofoclimáticas locais.

Gliessman (2008, p. 38) argumenta que “Infelizmente, a agricultura é um usuário tão pródigo de água que, em muitas áreas onde há irrigação para fins agrícolas, tem efeito significativo na hidrografia regional”. Logo, é primordial um adequado manejo dos recursos hídricos, principalmente para estas áreas que apresentam restrições ecológicas, sendo necessário o desenvolvimento de práticas agrícolas que permitam uma melhor convivência com o semiárido. Paulo Carvalho (2012, p. 19) expõe a agroecologia como um sistema alternativo, argumentando que os agroecossistemas agroecológicos

[...] têm demonstrado maior capacidade de resistir aos efeitos da seca. O manejo intensivo da biodiversidade e a estocagem de recursos (água, forragens, alimentos, etc.) proporcionam às famílias agricultoras um leque de alternativas para atravessar o período seco sem que tenham que desestruturar suas propriedades, o que muitas vezes significa recorrer à migração. Além de apresentarem melhores condições para enfrentar a seca, esses sistemas costumam possuir maior capacidade de recuperação com o início dos períodos de chuva [...].

Ultimamente, os planos de desenvolvimento para o ambiente rural na região do Semiárido, passaram a apresentar como eixo norteador a proposta de convivência,

Conseqüentemente, a leitura de Semi-árido passa a ser redimensionada. Ele passa a ser o território das possibilidades de práticas, vem à tona as idéias do desenvolvimento integrado e sustentável, que vai se efetivando aqui e ali, através da agroecologia; das cisternas familiares de captação da água de chuva nos telhados, garantido água de chuva para o consumo humano e também visando a produção; barragens subterrâneas; cisterna na roça; associações de fundo de pasto; produção de caprinos e ovinos; apicultura etc, e todos baseados na agricultura familiar e na busca de segurança alimentar e nutricional. Essas novas formas de produzir no Semi-árido e conseqüentemente, de viver e de se planejar, possibilita sutilmente abrir caminhos para a emergência de uma nova racionalidade (CARVALHO, Luzineide, 2006, p. 9).

Desta forma, não é possível pensar o ambiente rural sob a óptica da convivência com o semiárido, sem que sejam adotados os preceitos oriundos do desenvolvimento sustentável, baseado na agricultura familiar e, conseqüentemente, na agroecologia. Neste sentido, Altieri (2004, p. 37) observa ainda que “[...] A ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias

agroecológicas. Além disso, os formatos produtivos e técnicas agroecológicas, por definição, conduzem a níveis maiores de participação”. Já Gliessman (2008, p. 612) afirma que “[...] Uma agricultura sustentável valoriza o ser humano bem como os componentes ecológicos da produção de alimentos, reconhecendo suas relações e interdependências”.

Assim, percebe-se a agroecologia como uma alternativa reprodutiva socioeconômica que perpassa o âmbito da produção de alimentos, mas que deve ser vista como outra forma de relação econômica e social com o agroecossistema e território. Neste sentido, para Almeida (2009, p. 176), a agroecologia

[...] propõe novas relações técnico-produtivas e sociais para a agricultura; que impõe, também, a prática de uma agricultura viável nos planos biológico, técnico, econômico, político e social. Mas seria inconcebível pensar em tais modificações sem a intervenção de modificações compatíveis em outros setores da sociedade. O objetivo final é, entretanto, uma agricultura ecológica, um ser humano autônomo e plenamente realizado e consciente, solidário como seus semelhantes e tomando atitudes de coabitação com a natureza [...].

Observa-se ainda, no contexto da agroecologia, que os agricultores e agricultoras busquem organizar espaços reprodutivos alicerçados no princípio da solidariedade e reciprocidade. Desta forma, é comum ocorrer no âmbito da agroecologia: mutirões no processo de preparação do solo, plantação e colheita; troca de trabalho, experiências produtivas, produtos e sementes; práticas coletivas para o processamento e/ou agroindustrialização dos produtos, que podem ser realizadas em cozinhas comunitárias e/ou em pequenas agroindústrias; prática da comercialização dos produtos em conjunto com outros agricultores, seja por meio de associações ou de maneira informal (parceria entre dois ou mais agricultores sem a utilização de um contrato formal).

Outro aspecto, é que na agroecologia há o diálogo do saber técnico-científico e do saber tradicional dos agricultores e das agricultoras, possibilitando o desenvolvimento de inovações técnicas locais capazes de solucionar as problemáticas existentes ou desenvolver novos produtos. Siliprandi (2009) citado por Siliprandi (2013, p. 331) afirma que

Uma das principais novidades trazidas pela agroecologia foi a

afirmação dos protagonistas – agricultores/camponeses/indígenas – como elementos centrais na construção de um novo desenvolvimento rural. A perspectiva transdisciplinar, incluindo o ‘diálogo de saberes’ entre os conhecimentos científico e popular, aparece como uma exigência para a resolução dos problemas pertinentes à abordagem temática agroecológica, dadas as premissas éticas nas quais se baseia. Esses protagonistas serão centrais no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção das suas propostas técnicas, por conta da capacidade de a agricultura camponesa coevoluir, respeitando os processos ecológicos; por sua crença de que somente o modo de produção familiar/camponês/indígena é capaz de garantir um desenvolvimento rural efetivamente sustentável; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desses grupos sociais, que foram marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade.

Diante deste contexto, observa-se que

As mudanças ocorrem lentamente, mas há significativas evidências de que a agricultura diversificada e agroecológica, transformou a atividade feminina, até então desvalorizada, em atividade econômica de manutenção da família, agora de responsabilidade familiar. Contudo, sabemos que as mudanças no processo produtivo acontecem de forma muito mais rápida do que as alterações culturais das relações de gênero (TEDESCO, 2006, p. 157).

A agroecologia, além de conduzir para uma maior participação e valorização dos atores sociais envolvidos em suas práticas, também aborda a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social, apesar da temática sobre gênero não ser específica da agroecologia. Siliprandi (2013, p. 331) explica que

[...] Entre os fatores que favorecem o reconhecimento das mulheres nesses sistemas de produção, podemos citar o destaque que é dado às atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro da produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); a mudança de atitude que é requerida, com relação ao meio natural e às pessoas, em uma perspectiva colaborativa e de valorização da contribuição de todos para o sucesso dos empreendimentos; a necessidade de integração do conjunto de atividades da propriedade (visão sistêmica); a possibilidade de maior participação das mulheres em atividades fora do âmbito doméstico (cursos, eventos, feiras etc.); além do aumento da renda obtida pelas mulheres com os seus produtos, advinda da comercialização em nível local e regional.

Henn (2013, p. 74), chama a atenção para uma das atividades

praticadas, que acabam por valorizarem as ações desenvolvidas pelas mulheres nas organizações sociais que “[...] consolida-se na reprodução de sementes de hortaliças, experiência valorizada entre participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) [...]”.

Esta é uma prática que consiste na reprodução de um saber tradicional pertencente às famílias de agricultores e que vem sendo repassado por diversas gerações. A reprodução de sementes, assim como outros conhecimentos tradicionais são valorizados pela agroecologia. Desta forma, pode-se considerar que a troca de saberes e de sementes entre as mulheres pertencentes a uma rede de contatos ou a algum grupo organizado contribui para uma maior diversidade dos alimentos consumidos pela família, logo, participa da composição da renda não-monetária familiar, o que vem a desenvolver relações mais igualitárias e solidárias no campo, visto que

As mulheres afiliadas ao projeto de vida na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que recolocam, nos diversos espaços, ‘produtos’ originários de seus saberes. Os pães, as bolachas, as geleias, os congelados, todos esses produtos contribuem nos projetos de vida, gerando renda, e, na dimensão da produção, ocupam outros espaços, valorizados por constituírem o universo de diversificação nas UPVFs, momento em que surgem novos horizontes de produção, trabalho e identificação por parte das mulheres (HENN, 2013, p. 82).

A percepção dos saberes das mulheres nos produtos passa a alterar os projetos de vida das famílias rurais, visto que estes saberes acabam por se expressarem pelo aumento da diversidade de produtos, agrícolas e não-agrícolas, produzidos pelas mulheres, tendo como consequência o aumento do emprego da mão de obra feminina, assim como a valorização desses produtos (muitas vezes exclusivos, por se tratarem de produtos artesanais, que acabam por refletir a identidade cultural da localidade) que passam a agregar um maior valor comercial ao tempo que “[...] Cada produto seja ele um artefato ou um produto alimentício, não é apenas algo para vender, mas também a expressão de uma sociedade local, da determinação dos produtores e das suas famílias em viver e trabalhar na região que escolheram” (MELO, 2005, p. 447-448).

Outro ponto importante a ser destacado é o papel da mulher no que se refere à segurança alimentar e nutricional da família rural, tanto no que diz respeito à geração de renda monetária através da comercialização de seus produtos, como por meio do autoconsumo (renda não-monetária). Ao pensar na segurança alimentar através do autoconsumo, percebe-se a importância da diversidade de alimentos cultivados pelas mulheres, principalmente, se manejados sob os princípios da agroecologia, pois esta preza, também, pela qualidade nutricional dos alimentos e pela preservação dos recursos naturais oportunizando a continuidade da prática agrícola no estabelecimento rural.

Percebe-se, ainda, a relação do desempenho de diversas atividades pelas mulheres com o autoconsumo das famílias, pois não podemos esquecer que são as mulheres que, geralmente, também, gerenciam o reaproveitamento de alimentos, assim como o seu beneficiamento ou agroindustrialização caseira dos alimentos.

Assim, percebe-se a gestão das práticas e das atividades femininas de uma forma empreendedora

Ao mesmo tempo, a produção familiar agroecológica é portadora de grande eficácia coletiva no campo econômico. Por meio de um conjunto de atividades agrícolas, agro-extrativistas e não-agrícolas, ela provê serviços ambientais e contribuições ao desenvolvimento local, que configuram um bem público de elevado valor agregado ecológico, social e econômico (a preservação e uso sustentado dos recursos da biodiversidade, redistribuição local das rendas geradas na comunidade, etc) (ALMEIDA, 2005, p. 04).

Paralelamente, a opção por balizar seu modo de vida sob os preceitos da agroecologia, acaba por gerar como aspecto inovador, conforme expõe Surita (2004, p.09),

[...] a inclusão de maneira definitiva do conceito de qualidade nutricional, possibilitando o acesso a alimentos de qualidade superior à população em situação de carência socioeconômica ao priorizar a comercialização de produtos que tenham como base a agroecologia, que está presente na valorização da biodiversidade, na utilização de sementes crioulas, na produção ecológica, no estabelecimento de agroindústrias familiares, na diversidade cultural e na formação de organizações locais.

Batalha *et al* (2005, p.46) colaboram expondo que a busca em alcançar uma justiça social para os pequenos agricultores passa pelo aumento da renda

destes que depende “[...] da capacidade de inovação dos produtores e das condições para superar as restrições da produção individual”. Assim, a organização social, se mostra como uma estratégia que além de proporcionar maior capacidade de obtenção de renda para os agricultores e agricultoras familiares, também se coloca como fundamental para a construção de redes sociais, que são fundamentais para a troca de alimentos e de sementes crioulas, o que colabora com o fortalecimento das famílias rurais, à medida que ao se organizarem de forma coletiva, passam a ter maior visibilidade e inserção social através da valorização e da disseminação dos conhecimentos tradicionais.

Além disso, esta justiça social passa pela construção de lógicas econômicas diferenciadas, quando comparadas às atuais. Assim, França Filho (2002) chama a atenção para o fenômeno da hibridação de economias, isto porque há a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não-monetária, pois, em geral, existem nas iniciativas de economia solidária,

[...] ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário). [...], o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas expressadas pelos grupos locais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13-14).

Observa-se assim, que no âmbito da economia solidária, os empreendimentos produtivos adotam outra lógica reprodutiva, sendo esta construída a partir de princípios, “tais como democracia, cooperação e igualitarismo, e tem o trabalho, e não o lucro, como foco das suas ações, são chamados de empreendimentos econômicos solidários (EES), dos quais fazem parte cooperativas, associações, grupos informais (sem registro legal) ou empresas autogestionárias” (METELLO, 2007, p. 1).

Gaiger (2004, p. 11) explica que “[...] as propriedades de um EES giram em torno de oito princípios, que se espera ver internalizados na compreensão e

na prática das experiências associativas: *autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.*” Os EES não têm como objetivo final o lucro, mas assim como qualquer outra forma de organização necessitam ser economicamente viáveis e apresentar retorno financeiro positivo.

Sendo assim, os empreendimentos econômicos solidários representam uma importante alternativa para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias rurais a partir da agroecologia. Isto decorre do fato de que a agroecologia proporciona aos agricultores desenvolverem uma lógica produtiva diferente do proposto pelo sistema produtivo agrícola convencional, uma vez que busca integrar o homem ao ambiente natural, utilizando processos produtivos condizentes com o perfil ecológico do *lôcus* de produção e com as condições socioeconômicas das famílias rurais, de maneira a preservar a natureza e o seu saber local, mas propiciando melhores remunerações financeiras aos seus produtos (pagamento do preço *premium*) (ALTIERI, 2004; GUZMÁN, 2001).

3.3. MULHERES, ASSOCIATIVISMO E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO

Neste contexto de organização social coletiva é necessário ultrapassar as formas de gestão individual das propriedades e passar a praticar a gestão compartilhada, dos recursos econômicos, sociais e produtivos, de acordo com os interesses coletivos. Logo, percebe-se a existência de uma inquietação e a disposição para participar de um processo inovador, mas emancipatório no que se refere à organização do modo de vida dos integrantes de um empreendimento coletivo.

No âmbito da pesquisa de campo, tal fato foi observado, por exemplo, a partir do caso de uma agricultora, que se motivou a integrar um grupo de mulheres que, em 2007, acabou por registrar a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, mesmo detendo os diversos recursos produtivos necessários para continuar a produzir individualmente em sua propriedade, tais como: a posse da terra, mão de obra contratada, conhecimento tradicional, renda agrícola e não-agrícola. Esta agricultora expõe que

Já trabalhava, e surgiu o grupo que já trabalhava nesta área

que eu adoro [...] Você no grupo, você têm mais experiência [...] e junto com os intercâmbios eu aprendi mais, aprendi outras coisas que eu só na minha área eu não sabia [...] Como trabalhar com a castanha que a gente tinha, e eu não sabia que a castanha servia pra gente botar na lavoura pra matar lagarta e eu aprendi foi aqui na Associação, então eu já trabalhava, tinha e não sabia como aplicar [...] Eu não usava veneno, por que a minha família não usava (ENTREVISTADA 'C').

Logo, podemos observar que a opção em participar de um processo coletivo levou ao intercâmbio e à agregação de conhecimentos proporcionando a construção de um capital intelectual local capaz de transformar a realidade, a partir do fortalecimento do capital social local, visto que, para Bagnasco (2001, p. 359)

O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento. A importância do capital social é evidente no caso do desenvolvimento espontâneo da economia [...].

Assim, pode-se observar a mobilização em torno da construção da Associação através do fortalecimento da questão de gênero e da opção pela agroecologia como uma forma emancipadora, pois as atoras sociais engajadas atuam de maneira dinâmica e participativa na gestão dos recursos existentes na localidade.

Neste aspecto, cabe salientar que a Associação está inserida no Território do Alto Sertão Sergipano, localidade esta que “[...] conta com uma expressiva presença de movimentos sociais, sindicais, entidades de apoio à reforma agrária e à pequena agricultura, associações comunitárias e de agricultores, cooperativas e conselhos municipais, [...]” (SANTOS; GOIS, 2009, p. 6), ou seja, neste território há uma importante atuação dos grupos sociais para seu desenvolvimento frente às restrições edafoclimáticas existentes na localidade. Logo, é neste cenário, o da caatinga, que estão inseridas 30 mulheres que compõem a Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’.

As associadas desenvolvem diversas atividades agrícolas e não-agrícolas, monetárias e não-monetárias, constituindo assim, através da pluriatividade, diferentes estratégias socioprodutivas, que são desempenhadas

nas áreas da Associação e/ou na propriedade de cada associada, de acordo com o seu modo de vida, visto que foram encontradas diversas peculiaridades, tais como: um sítio que recebe um expressivo número de visitantes (turismo pedagógico) por se tratar de uma referência produtiva agroecológica no semiárido sergipano, onde a associada utiliza-se de um biodigestor para o preparo de alimentos; enquanto outra associada realiza a produção de hortaliças, em seu quintal produtivo, apenas para o consumo da família; ou outra associada, que exerce suas atividades profissionais no setor público, mas colabora voluntariamente com a produção da Associação.

Assim, percebe-se que as associadas têm diferentes trajetórias de vida e experiências distintas na Associação, havendo aquelas que atuam na Associação desde sua fundação (associadas fundadoras) a jovens integrantes. Além disso, as associadas possuem uma faixa etária bem diversificada, onde existem desde jovens mulheres a idosas, as quais, em sua grande maioria, são agricultoras familiares e casadas. Logo, cada associada desempenha um diferente papel na Associação, que está ligado diretamente às suas habilidades pessoais e disponibilidade de participar das diversas atividades da Associação, assim como, cada associada gerencia a sua propriedade de acordo com os seus projetos e modo de vida.

3.3.1. O Sistema Socioprodutivo das Associadas

Dentre as diversas atividades desempenhadas na Associação está a produção agrícola, onde observou-se que o cultivo de hortaliças se dá em uma área de aproximadamente um hectare, onde ficam, também, a sede da Associação, o viveiro de mudas, o minhocário e a produção de adubo orgânico. Há uma segunda área utilizada pelas associadas para o desempenho da atividade de apicultura, que segundo a Coordenadora, abriga, ainda, o banco de sementes da Associação. Esta área, de aproximadamente três hectares, pertence a uma das associadas que firmou um contrato de comodato com a Associação. A Coordenadora mencionou ainda que as associadas, também, já chegaram a cultivar canteiros em uma área da sua propriedade, mas que hoje esta atividade não ocorre por conta da escassez de água.

No Quadro 2 abaixo, estão expostos os tipos de produtos agrícolas

cultivados, atualmente, de forma comunitária na Associação, assim como a frequência e a forma de escoamento desta produção.

Quadro 2 – Produção e destino dos cultivos agrícolas da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, Porto da Folha, Sergipe, 2015.

Classificação	Tipos de produtos, cultivados na Associação, por categoria.	Produção trocada por outros bens e/ou consumidas pela Associação.		Locais de Comercialização	Frequência
		Troca entre as Associadas e a Associação	Consumido na Associação		
Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos)	10	-	-	Na Associação e por encomenda	Semanal (quintas-feiras)
Frutas	4	-	Na agroindústria	Não há comercialização	Trimestral
Grãos	9	Produção distribuída à quem trabalhou	No banco de sementes e plantação	Porta a porta (venda na comunidade)	Anual (no inverno).
Plantas Medicinais	8	Há	-	Apenas para doações	Eventualmente
Sementes	10	80% é distribuída para as Associadas	20% fica para o banco de sementes	Não há comercialização	Anual
Flores	4	-	Para ornamentação	Não há comercialização	Eventualmente
Produtos de origem animal	1			Na casa da Coordenadora; por encomenda; nos encontros e na sede da Associação	2 ou 3 vezes ao ano

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Nota: Modelo da tabela adaptada de Barbosa (2013).

A produção agrícola da Associação, conforme demonstrado no Quadro 2, é destinada tanto para o autoconsumo das associadas, quanto, para a comercialização via Associação. Desta forma, são geradas tanto renda não-monetária advinda do autoconsumo, como renda monetária agrícola oriunda da comercialização destes produtos. Os produtos agrícolas, geradores de renda monetária, produzidos na Associação de modo coletivo são: **(i)** os canteiros

que produzem em média 10 variedades distintas de Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos), que são comercializados semanalmente; **(ii)** o Mel, que é comercializado duas ou três vezes ao ano, de acordo com a safra; e **(iii)** os grãos são, geralmente, comercializados durante o inverno, principalmente o feijão verde.

Mas, não menos importantes, podemos destacar os produtos agrícolas que contribuem para a geração de renda não-monetária da Associação e, conseqüentemente, das associadas, tais como: **(i)** o cultivo de flores, que ornamentam, principalmente, a área externa da sede da Associação, onde as associadas desenvolvem diversas atividades; **(ii)** a produção de frutas, que são destinadas, principalmente, para a agroindustrialização; **(iii)** a produção de aproximadamente 10 tipos de sementes, que são utilizadas tanto para o consumo humano quanto para a adubação verde, as quais 20% são destinadas para o banco de sementes da Associação, enquanto 80% das sementes são distribuídas para as Associadas; **(iv)** as plantas medicinais cultivadas, que são frutos de trocas de mudas entre a Associação e as associadas, onde as 8 variedades hoje encontradas na Associação são utilizadas de forma solidária entre as associadas e para doação ao público externo à Associação. Vale salientar que não foram relatados percentuais de trocas de bens ou serviços com entes externos à Associação.

No que concerne à segurança alimentar e nutricional, as mulheres destacaram que a prioridade é o abastecimento das famílias e não a comercialização. Mas, o excedente da produção é comercializado no povoado ou através de encomendas, o que acaba por contribuir não só para a segurança alimentar das famílias das associadas como, também, da população local. Observou-se ainda, que as associadas não têm como principal prerrogativa a obtenção de lucro e acabam por escoar os produtos pelos mesmos preços dos produtos convencionais praticados no mercado local.

No que se refere às matérias-primas, o Quadro 3, trata sobre a dependência de matéria-prima para a produção agrícola e os mercados de fornecedores e consumidores no qual as associadas estão inseridas.

Quadro 3 – Percepção das associadas sobre a dependência de matéria-prima para a produção agrícola em seus estabelecimentos rurais e o mercado de fornecedores e consumidores, Porto da Folha, Sergipe, 2015.

Associadas	Dependente de Insumos externos			Adquire semente de quê? Onde?	Dificuldade para aquisição de matéria prima na região			Consumidores da região	
	Não	Pouco	Sim, de quê e de quem?		Sim	Não	Não compra	Sim	Não
A			Esterco e húmus, das associadas	não adquire		X		X	
B	X			não adquire			X	X	
C	X			não adquire			X	X	
D	X			não adquire			X	X	
E	X			não adquire			X	X	
F	X			de feijão, e milho, na feira		X		X	
G		X		de alface, coentro e tomate, no mercado		X			Consumo
H	Não produz								
I				de coentro, na feira		X			Consumo
J				não adquire		X		X	
K	X			não adquire			X	X	
L			X	de acentro e alface, nas feiras		X		X	

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Nota: Modelo da tabela adaptada de Barbosa (2013).

No que diz respeito à comercialização da produção realizada nos estabelecimentos rurais das associadas, percebe-se que nove entrevistadas vendem a produção para consumidores da região, duas produzem apenas para o autoconsumo e a entrevistada 'H' não produz. Logo, é notório que o mercado consumidor das associadas é o mercado local.

Das 11 associadas que possuem produção em suas propriedades, percebeu-se que nenhuma delas relatou haver dificuldade para aquisição de matéria-prima na região. Cabe destacar que seis agricultoras adquirem matéria-prima na região, enquanto cinco entrevistadas afirmam que não adquirem nenhum tipo de matéria-prima.

Analisando a percepção das agricultoras, em relação à dependência de insumos externos nas suas propriedades, percebe-se que a metade das entrevistadas não se considera dependente de insumos externos; enquanto que três associadas dizem ser dependentes de insumos externos, tais como: esterco, húmus e fertilizante natural, mas os adquirem da Associação ou de alguma das associadas; enquanto uma entrevistada se considera pouco dependente, mas não relatou o que adquire de insumos fora do âmbito da Associação. Logo, não se pode afirmar que há dependência de insumos externos, se considerarmos a rede de relações internas da Associação, exceto no que se refere à aquisição de sementes ou mudas (de feijão, milho, alface, coentro e tomate), pois quatro entrevistadas afirmam que as compram nas feiras ou no mercado.

Ainda sobre o modelo produtivo adotado na propriedade das associadas, constatou-se que a maioria das entrevistadas (sete delas) utiliza apenas mão de obra familiar em suas propriedades, enquanto duas afirmam empregarem apenas mão de obra contratada. Além disso, quatro entrevistadas destacam que há escassez de mão de obra, enquanto a maioria (sete associadas) afirma que a mão de obra é suficiente e uma delas não respondeu.

Gouveia *et al* (2011, p. 2) expõem que na Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' são desenvolvidas atividades produtivas agrícolas "[...] baseada em práticas agroecológicas visando o fortalecimento da Associação enquanto área produtiva que garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias e geração de renda através da comercialização dos produtos [...]".

Os produtos agrícolas e não-agrícolas produzidos pelas agricultoras da Associação são manejados sob os princípios da agroecologia, o que contribui para a segurança alimentar e nutricional das suas famílias através do

autoconsumo e também da sociedade, pois são comercializados no mercado local, por exemplo: mel, compotas, geleias, balas e hortaliças. Desde 2011, a Associação é certificada como OCS – Organização de Controle Social e tem como principal canal de comercialização a venda direta ao consumidor (porta a porta e durante as feiras e eventos que a Associação participa), o que contribui para a geração de renda para as mulheres.

No que se refere aos produtos não-agrícolas, atualmente desenvolvidos de forma comunitária na Associação, estes podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4 – Tipos e alocação dos produtos não-agrícolas manejados na Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’, Porto da Folha, Sergipe, 2015.

Classificação	Produtos produzidos na Associação, por categoria.	Produção trocada por outros bens e/ou consumidas pela Associação.		Locais	Frequência
		Troca entre as Associadas e a Associação	Consumido na Associação		
Agroindustrializados	7 tipos	-	-	Comercialização: na sede da Associação, por encomendas, nos encontros e nos eventos	Eventualmente
Serviços Ambientais	Houve melhora na produção	-	-	Na Associação	Semanal
Turismo Rural	Sim	-		Na Associação	Anual
Intercambio	Sim	-		Na Associação e/ou nos estabelecimentos das Associadas	Mensal
Turismo Pedagógico	Sim	-		Na Associação e/ou nos estabelecimentos das Associadas	Mensal
Insumo para Produção	2 tipos	-	100%	Na Associação e/ou nos estabelecimentos das Associadas	Semanal

(continuação)

Classificação	Produtos produzidos na Associação, por categoria.	Produção trocada por outros bens e/ou consumidas pela Associação.		Locais	Frequência
		Troca entre as Associadas e a Associação	Consumido na Associação		
Trocas de Serviços por meio de mutirão		-	100%	Na Associação	Diário
Artesanato	2 tipos, através de projetos	-	100%	Na Associação	Eventualmente
Construção de infraestruturas	1 tipo, através de curso	Sim	-	Na Associação e/ou nos estabelecimentos das Associadas	Eventualmente
Biocombustíveis	1 tipo	Sim		No estabelecimento de duas Associadas	-
Outras Energias Alternativas	1 tipo	Sim		Nos estabelecimentos das Associadas	-

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2015).

Nota: Modelo da tabela adaptada de Barbosa (2013).

A partir do Quadro 4 percebe-se que estes produtos são utilizados na Associação, assim como nas propriedades das associadas, mas também, são destinados à comercialização. Logo, os produtos não-agrícolas, produzidos de forma coletiva pela Associação contribuem na percepção de renda monetária e não-monetária tanto das mulheres, como da Associação.

Dentre as atividades produtivas não-agrícolas, percebe-se que os únicos produtos que geram renda monetária, atualmente, advém da agroindustrialização de alimentos. Em média, são elaborados sete tipos de produtos, que geralmente são comercializados durante as visitas à sede da Associação, por encomendas ou nos encontros e eventos que a Associação participa. Dos alimentos agroindustrializados produzidos pelas associadas, a comercialização das balas de banana representa o maior valor do montante da

renda monetária não-agrícola arrecadada pela Associação e pelas associadas, mesmo sendo esta produção, atualmente realizada na casa da Coordenadora da Associação, conforme exposto pela própria Coordenadora.

Ocorre que a sede da Associação já está sendo reformada e atualmente, comporta um espaço utilizado para as reuniões e cursos da Associação, banheiro e um espaço para exposição e estocagem dos produtos agroindustrializados, assim como a tão aguardada conclusão das instalações da nova cozinha comunitária, para que assim as associadas possam aumentar a produção e ampliar os canais de comercialização tanto das balas, como de outros produtos agroindustrializados, após obterem o registro dos produtos com o Selo de Inspeção Municipal.

No que se refere à produção não-agrícola, que contribui para a geração de renda não-monetária da Associação e das associadas, a Coordenadora da Associação elencou: **(i)** os serviços ambientais, pois contribuem com a melhoria da produção semanal; **(ii)** a produção de dois insumos utilizados, semanalmente, na produção agrícola na Associação (húmus e fertilizantes), 100% utilizados no âmbito da Associação; **(iii)** as trocas de serviços por meio de trabalho comunitário, estes são diariamente executados nos diversos setores da Associação; **(iv)** o biocombustível, visto que duas associadas utilizam biodigestor em suas propriedades; **(v)** no que se refere a outras energias alternativas, aparece o ecofogão, que já é utilizado na casa das associadas, e em breve será utilizado na cozinha industrial que está sendo instalada na sede da Associação; **(vi)** eventualmente, são realizados cursos e projetos, como por exemplo, um curso de pedreiras, cujo aprendizado fora aplicado para a construção de infraestruturas, onde as associadas construíram três cisternas, ou a exemplo de um projeto de Artesanato, cujos trabalhos de bordado e os na madeira foram aproveitados na Associação. Não houve relatos referentes à troca de bens ou serviços com entes externos à Associação.

Percebe-se que estes produtos não-agrícolas geram renda não-monetária à medida que não é necessário o desembolso de valores em espécie para a contratação de mão de obra, ou para a aquisição de insumos, visto que a produção de húmus e fertilizantes, assim como os serviços

ambientais acabam por contribuir para a melhoria da produção agrícola. Entende-se que a utilização do biodigestor e o emprego do ecofogão, como energias alternativas, também estão atrelados a opção de gerir um sistema reprodutivo de base agroecológica, o que vem a colaborar com a sustentabilidade desse sistema sociorreprodutivo, que foi adotado pelas mulheres, neste cenário de semiaridez do rural sergipano.

Logo, os produtos não-agrícolas da Associação acabam por gerar uma considerável economia para as associadas e, conseqüente diminuição dos custos de produção, assim como garantem a oferta dos produtos agrícolas cultivados, a um melhor preço, no mercado local. Além disso, os conhecimentos adquiridos através da oferta de cursos, assim como as experiências vividas durante a execução de projetos e intercâmbios possibilitaram às associadas executarem outras atividades não-agrícolas que vem a contribuir com a renda não-monetária, mas também oportunizaram um incremento de receita para as famílias rurais, como, por exemplo, o trabalho na construção de cisternas, ou ainda o interesse no desenvolvimento de trabalhos artesanais.

Outras atividades não-agrícolas, desenvolvidas na Associação e/ou nas propriedades das associadas, mas que não geram, diretamente, renda são: **(i)** os intercâmbios, que são realizados periodicamente, proporcionando aprendizagem e trocas de conhecimento; **(ii)** o turismo pedagógico, atividade esta que se destaca pela crescente demanda, onde as associadas recebem diversos pesquisadores e instituições de ensino de várias regiões do país e de diversas áreas do conhecimento; e **(iii)** o turismo rural, que ainda não têm muita representatividade na localidade.

Apesar destas atividades tomarem um bom tempo da atarefada agenda de compromissos das associadas, não há nenhum tipo de remuneração percebida por estas prestações de serviços, que se dá a partir da transmissão de informação, de conhecimento e da disseminação dos saberes tradicionais e técnicos advindos das associadas. Percebe-se assim, que elas detêm outros objetivos, que não a visão exclusiva de obtenção de lucro, logo, a Associação gerencia suas atividades agrícolas e não-agrícolas e alicerça o seu sistema

sociorreprodutivo nos preceitos da agroecologia e dos modos de vida das associadas, conforme expõe a reflexão de Barbosa (2013, p. 112) sobre o sistema socioproductivo agroecológico

Percebe-se assim que este sistema socioproductivo não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família.

Verifica-se assim, que os pressupostos da economia solidária estão inseridos na lógica reprodutiva da agroecologia, ao ponto de serem considerados elementos essenciais para a reprodução socioeconômica dos estabelecimentos rurais, conseqüentemente para os agricultores e agricultoras, inseridos no sistema productivo agroecológico, uma vez que atuando de forma isolada tendem a terem dificuldades comerciais. Portanto, no âmbito da agroecologia a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade, a democracia, a participação, o igualitarismo, a autossustentação, a responsabilidade social e ecológica com o local e com a sociedade local são tão importantes quanto os retornos econômicos que podem ser gerados, sendo considerados elementos estruturantes deste sistema.

Ainda, no que se refere às atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas associadas, percebe-se o desempenho de serviços inerentes à comercialização da produção, assim como de tarefas relacionadas à gestão da Associação, que demandam tempo para a organização interna e burocrática da instituição, mas exigem também disponibilidade para viagens, principalmente, das coordenadoras, pois estas passam a representar a Associação em encontros e outras atividades político-sociais, o que acaba por dar visibilidade ao trabalho da Associação. Assim como as gestoras passam a ter maior contato com outras instituições, governamentais e não governamentais, a fim de captar recursos humanos e econômicos que venham a contribuir com o desenvolvimento e com a melhoria das condições de vida, tanto das associadas como da comunidade em seu entorno. Para tanto, acabam por aumentar a rede de contatos e parceiros que promovem cursos, capacitações e intercâmbios.

Pelo exposto, percebe-se que a opção das mulheres em se organizarem na forma de Associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioproductiva, visto que, além de se unirem em prol da superação das relações de gênero, a Associação se tornou um elemento-chave para a articulação entre os processos sociais e produtivos, assim como se coloca como uma organização mediadora entre os saberes tradicionais das mulheres rurais e a formação de conhecimentos técnicos e científicos a serem adaptados e aplicados no Território do Alto Sertão Sergipano, no sentido de fortalecer a agricultura familiar local.

Neste contexto, Viana Silva e Valente (2013, p. 396) destacam alguns benefícios a partir da constituição da associação e a ação coletiva dela decorrente, tais como:

[...] fortalecimento organizacional; construção de redes e alianças sociais; aprofundamento de normas e valores (tais como a solidariedade, a reciprocidade, a confiança) que contribuem para o alcance do bem comum; modificação das relações sociais no interior do assentamento e, particularmente, as relações de poder (no caso, ligadas a questões de gênero) com influência sobre as políticas públicas, a partir do maior acesso à tomada de decisão e ampliação das oportunidades de desenvolvimento, de modo a enfraquecer ou superar os sistemas de exclusão e de discriminação.

Assim, observa-se que através da Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História', este grupo de mulheres superou os desafios sociais, culturais, econômicos e produtivos, impostos às famílias rurais do semiárido nordestino, ao tempo que as associadas fortaleceram o movimento da agroecologia no sertão sergipano. Além disso, diante da percepção de que o sistema produtivo adotado pelas associadas proporciona produtividade agrícola e contribui para a reprodução socioeconômica das famílias rurais sertanejas, mediante a convivência com o semiárido, verificou-se que através da gestão das diversas atividades, este sistema de manejo pode passar a constituir-se numa forma de desenvolvimento para o semiárido nordestino, visto que segundo Maluf (2002, p. 254)

Há duas ordens de contribuições da noção de multifuncionalidade da agricultura [...]. Como instrumento analítico, ela favorece a consideração dos vários aspectos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) envolvidos nas

atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, mais além da produção de mercadorias, e possibilita uma melhor apreensão da dinâmica de reprodução das unidades econômicas e das famílias rurais nos espaços (territórios) em que elas estão localizadas. Este enfoque favorece, também, a compreensão da inserção das unidades rurais, particularmente das unidades familiares rurais, nos processos sociais e econômicos de médio e longo prazo tratados nas análises sobre estratégias de desenvolvimento. Vale dizer, ela favorece a passagem do (desenvolvimento) 'agrícola' para o 'familiar e rural' olhado desde uma ótica territorializada.

Sendo assim, verifica-se, entre outros, a necessidade de estruturar sistemas de produção e gestão condizentes com as singularidades locais existentes no território, e adequados ao modo de vida dos agricultores e agricultoras, para que estes não inviabilizem produtivamente e financeiramente as famílias rurais.

3.3.2 O modelo produtivo adotado pelas associadas e a convivência com o semiárido

Visto que a preservação da agrobiodiversidade e a gestão dos recursos naturais são essenciais para a manutenção e reprodução dos modos de vida das famílias rurais e

Além disso, os agricultores agroecológicos manejam seus estabelecimentos rurais de maneira a valorizar e potencializar os recursos naturais existentes nestes ecossistemas. Desta maneira, a agroecologia incentiva que as estratégias reprodutivas nela empregadas, não busquem apenas retornos econômicos, mas que possibilitem a ocorrência de retornos sociais e ambientais para os agricultores e a sua família, para os agroecossistemas, para o ambiente rural e para os atores inseridos neste sistema socioprodutivo (BARBOSA, 2013, p.116).

Portanto, faz-se necessário conhecer as práticas de preservação e de gestão empregadas pelas associadas no manejo da caatinga. Neste contexto, segundo a atual Coordenadora da Associação, as práticas adotadas como estratégia de convivência com o semiárido, nas áreas de produção da Associação (Sede e apicultura) são: **(i)** cisternas para captação de água (utilizada na sede da Associação) e cisterna calçadão (utilizada para a apicultura); **(ii)** irrigação por gotejamento, que em épocas de seca mais severa está sendo substituído por regadores manuais; **(iii)** melhoramento do solo

através de adubação verde, da utilização de biogel (fabricado pelas Associadas) e húmus produzido no minhocário; **(iv)** sombrite; **(v)** utilização de pés de mamão como cerca verde e para fazer sombra; e **(vi)** o sistema de mandala, que é utilizado apenas no inverno.

Por meio da observação direta e das entrevistas, verificou-se ainda que para suprir as carências existentes no solo, as agricultoras adotam (na área de produção da Associação e nas propriedades das associadas) a adubação verde, cobertura do solo, compostagem, esterco de gado e remédio natural contra as pragas.

Ainda, no que se refere às estratégias de convivência com o semiárido, as entrevistadas relatam a utilização de outras práticas na gestão das suas propriedades, onde: quatro mencionaram o reaproveitamento da água (reuso da água utilizada na lavagem das roupas ou pratos); três citaram a utilização de barragens; a captação de água da chuva foi citada por duas associadas; duas utilizam tanques ou caixas de água. Ainda foram citadas, como estratégia de convivência com o semiárido, a utilização de canteiro econômico, horta suspensa, a diversidade de culturas (policultivo), o barreiro, a operação Pipa⁵ e a utilização da Palma para alimentação animal no período de seca.

Logo, percebe-se que a opção em adotar o sistema produtivo agroecológico vem contribuindo com a preservação da fertilidade do solo e com o aumento da diversidade de espécies, respeitando as peculiaridades edafoclimáticas locais, assim como o reflorestamento de algumas áreas, conforme relatado pela Entrevistada 'B', a exemplo do que ocorreu após a compra da propriedade, ou ainda, a preservação da vegetação nativa, relatada pela Entrevistada 'A'. Outro aspecto relevante é que este sistema passa a contribuir com o equilíbrio do agroecossistema, visto que não há dependência de insumos externos à localidade, possibilitando a produção agrícola de forma mais sustentável a medida que esta se adequa às restrições ecológicas da região.

⁵ É uma operação de distribuição de água potável realizado por meio de carros-pipas, sendo executada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Exército Brasileiro, com o intuito de atender a população localizada em áreas afetadas pela seca ou estiagem, em especial a população situada no semiárido nordestino e norte de Minas Gerais.

Assim, pode-se destacar que, o modelo produtivo adotado colabora com a gestão da água, sendo este fato primordial para a região, visto que a restrição hídrica e a má distribuição das chuvas são fatos que permeia a realidade do povo sertanejo. Logo, verifica-se que a principal estratégia de convivência com o semiárido, adotada pelas associadas, é a utilização de cisternas, visto que esta prática foi apontada pela maioria das entrevistadas (oito associadas). Segundo as Coordenadoras da Associação, hoje todas as áreas produtivas das associadas contam com cisternas.

Na percepção quase unânime das associadas o modelo produtivo adotado contribui para a convivência com o semiárido, colaborando, principalmente, nos aspectos relacionados à gestão da água, pois dentre as entrevistadas uma afirma que o modelo produtivo contribui para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos; duas alegam que contribui para a participação nos Programas 1 Milhão de Cisternas (P1MC)⁶ e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁷ da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); três asseguram que ajuda a economizar água, reduzindo o custo da produção (seja com a captação de água da chuva, seja com o reaproveitamento ou reutilização da água); três alegam que o modelo produtivo ajuda a manter a produção nos períodos de seca (no verão nordestino), devido a armazenagem e o controle do uso da água (que é melhor no inverno – tempo de chuva).

As entrevistadas percebem, ainda, que o sistema produtivo adotado ajuda na recuperação do solo e na preservação da terra, contribuindo para o controle de pragas, o aumento na quantidade de árvores e na variedade de plantas, a geração de sombra para o gado, a diversidade produtiva e a produção autossustentável (através da utilização dos produtos na propriedade, colaborando para a alimentação da família e para a qualidade dos alimentos).

No que diz respeito ao grau de satisfação das associadas com a

⁶ O Programa 1 Milhão de Cisterna (P1MC) é um programa desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro(ASA), a partir do início dos anos 2000, tendo como objetivo o armazenamento da água da chuva em cisternas para a produção de alimentos e o consumo humano e animal.

⁷ O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), também é um programa desenvolvido pela ASA, cujo início ocorreu em 2007. Este programa engloba o P1MC e tem como objetivo promover a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras do semiárido brasileiro a partir do armazenamento da água da chuva para a utilização no sistema produtivo agropecuário.

convivência com a falta de água, observa-se que a maioria (nove entrevistadas) está satisfeita, sendo que duas delas afirmaram utilizar água encanada da distribuidora local, enquanto três associadas expõem que não estão satisfeitas.

Diante do exposto, nota-se que as associadas percebem que o sistema produtivo coopera com a convivência das famílias rurais com o semiárido, não só no que diz respeito à gestão dos recursos naturais disponíveis na localidade, mas destacam também que este contribui com a segurança alimentar e nutricional das famílias. Assim, percebe-se que estes fatores são determinantes para a sobrevivência das famílias rurais do Sertão Sergipano, assim como acabam por proporcionar, ainda, a inclusão socio-reprodutiva destes importantes atores sociais. Logo, oportunizam que os agricultores e agricultoras permaneçam no ambiente rural e possam continuar a se reproduzir de acordo com os seus modos e projetos de vida.

Neste contexto, Leff (2001, p. 47) expõe que

É assim que dos países tropicais do Terceiro Mundo emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais, através da descentralização da economia e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e a autogerir seus processos de produção.

Assim, este paradigma ambiental, vem a reforçar o protagonismo das associadas no que se refere à mobilização social a fim de modificarem as relações de gênero e apropriarem-se da gestão dos recursos naturais, sociais e econômicos para a reprodução dos modos de vida das famílias rurais. Portanto, observa-se que, segundo Cardoso e Vicentin (2014, p.268),

A determinação e a organização [...] fizeram com que a Associação de Mulheres Resgatando sua História mudasse a realidade da região, gerando renda e superando a histórica dependência das mulheres em relação aos homens. Hoje, elas são referência no Alto Sertão Sergipano e no Estado quando se fala em defesa do meio ambiente, produção de alimentos saudáveis, manejo e conservação do solo.

Apesar do atual cenário apresentado, Wanderley (2009, p. 44) aborda que

Entretanto, nada está definitivamente conquistado, mas está na hora de a sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses agricultores, mas sobretudo reconhecer sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país.

Desse modo, é notório que a mobilização social é fundamental neste processo de fortalecimento e de reconhecimento do desenvolvimento rural promovido pelos agricultores e agricultoras familiares, por meio da aplicação de seus saberes tradicionais e da busca por fazer do ambiente rural um local de convivência familiar e de proximidade, respeitando a cultura desse meio, assim como de protagonismos no manejo de um sistema socioprodutivo complexo, que demanda o entendimento e a aplicação de conhecimentos multidisciplinares para que viabilize produtivamente e economicamente as famílias rurais, ao tempo que cumpre a função de prover alimento seguro à população, a medida que promove a preservação e a recuperação da biodiversidade agroecossistêmica com o intuito de não inviabilizar a continuidade da propriedade.

Cabe salientar que esta pesquisa não teve como objetivo o estudo da sucessão das propriedades, mas acredita-se que os dados apresentados vêm contribuir com este debate, pois revela a vontade das entrevistadas em relação à permanência dos seus filhos e filhas no ambiente rural, assim como, à continuidade das atividades nas propriedades rurais. Verificou-se que a grande maioria das associadas (onze entrevistadas) afirmou que gostaria que seus filhos e filhas permanecessem no ambiente rural e dessem continuidade às atividades da propriedade. Cabe salientar, que duas entrevistadas não têm filhos, sendo que uma delas expôs que ainda não pensou sobre o caso.

No que se refere à sucessão na agricultura familiar, Anjos (2009, p. 190-191) aborda que esta abrange “[...] não apenas a transferência de um patrimônio [...] ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original”.

Neste contexto, observa-se que quatro associadas entrevistadas relacionaram como motivos para que os jovens permaneçam no campo, e

deem continuidade às atividades da propriedade rural, os fatores ligados à qualidade de vida, ambiente produtivo e saudável, acesso a alimentos de qualidade e saudáveis, independência, respeito ao meio ambiente e o prazer de fazer o que gosta. Duas entrevistadas alegam que não querem ver sua propriedade abandonada, enquanto uma aponta como único fato para a permanência de seu sucessor o de terem propriedade. Apesar de duas associadas ponderarem sobre o sofrimento e das poucas oportunidades existentes no campo, gostariam que houvesse a permanência da mão de obra para a produção agrícola como fonte de renda.

Ainda, no que se refere à questão da sucessão, pode-se relacionar o fato de que todas as associadas entrevistadas encontram-se satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', com a preocupação delas em manter a continuidade, também, das atividades da Associação, visto que estas estudam a possibilidade de alteração do estatuto da Instituição, para que os jovens possam se associar. Logo, a Coordenadora da Associação tem como perspectiva para o futuro que a Associação cresça e que os jovens se interessem e tomem conta, e que apareçam projetos melhores, "e assim melhora é pra eles".

3.4. CONCLUSÕES

Diante do contexto exposto, observa-se que a agroecologia, além de conduzir para uma maior participação e valorização dos atores sociais envolvidos em suas práticas, também aborda a importância do papel da mulher. Apesar da temática sobre gênero não ser específica da agroecologia, esta incentiva o fortalecimento das ações, quando desenvolvidas de forma coletiva. Assim, a partir da agroecologia as agricultoras tendem a organizar espaços de cooperação produtiva e comercial por meio da construção de redes. Estes espaços são importantes elementos para a geração de autonomia, pois as empoderam social e economicamente, tornando-as menos vulneráveis às relações produtivas e econômicas existentes no âmbito do sistema agroalimentar.

Assim, o reconhecimento da atuação das mulheres da Associação e a valorização do seu conhecimento, acabam por incluir as associadas na

sociedade, de forma efetiva, tanto no que se refere ao engajamento político-social, como no âmbito econômico-produtivo.

Logo, a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', composta por 30 agricultoras familiares do semiárido sergipano, vem se constituindo numa alternativa para a melhoria de vida destas mulheres, visto que através da opção por uma agricultura ecológica, as associadas passam a utilizar-se de diferentes estratégias socioprodutivas, que são desenvolvidas nas áreas da Associação e/ou na propriedade de cada associada, de acordo com o modo e projeto de vida de cada família.

No que se refere à função da sobrevivência das agricultoras e de suas famílias, pode-se concluir que a opção pelo sistema produtivo agroecológico proporciona às associadas um leque diversificado de produtos, agrícolas e não-agrícolas que servem, tanto para a comercialização, como para o autoconsumo familiar, quanto para serem utilizados como matéria-prima na produção agrícola ou ainda trocados por outros produtos no território. O que acaba por possibilitar a obtenção de renda monetária e não-monetária por parte das mulheres, conseqüentemente, as associadas tendem a assumir o papel de protagonistas no que se refere à reprodução socioprodutiva das famílias rurais, contribuindo diretamente com a renda familiar e para a segurança alimentar das famílias do semiárido sergipano.

Através dos dados colhidos conclui-se que a opção das agricultoras pelo sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa estratégia de sobrevivência e desenvolvimento rural para essa área de estudo, assim como, para o semiárido brasileiro. Durante a pesquisa, foi possível perceber as associadas como atores sociais no que se refere à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Assim, observa-se que esta lógica reprodutiva tende a possibilitar às agricultoras um maior equilíbrio de seus agroecossistemas, priorizando, desta forma, a convivência com o semiárido.

Além disso, a pesquisa constatou que a satisfação das mulheres faz com que estas vislumbrem a permanência dos jovens no ambiente rural para que estes deem continuidade às atividades da propriedade e da Associação.

Portanto, conclui-se que a opção das mulheres em se organizar e

formalizarem a Associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioprodutiva adotada pelas agricultoras, no sentido de fortalecer a agricultura familiar, que associada ao sistema produtivo agroecológico pode constituir-se numa estratégia de sobrevivência para as famílias rurais sertanejas, assim como para o desenvolvimento rural da Região do Semiárido Brasileiro. Percebe-se ainda, que o modo de gestão das atividades produtivas da Associação contempla a biodiversidade existente no local e colabora com a segurança alimentar das famílias rurais, ao tempo que favorece a convivência com o semiárido.

3.5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Sívio Gomes de. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, out. 2005, p. 04-06.

ANJOS, Flávio do Sacco dos; CALDAS, Nádia Velledas. Pluratividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 189-219.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora da Unesp; Edusp, 2001, p. 349-364.

BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. **A Pluriatividade na Agroecologia como uma Alternativa de Desenvolvimento para o Ambiente Rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo

Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BORGES, J.R.P. Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais e conflitos ambientais na Estação Ecológica Raso da Catarina (BA). In **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas**, 2012, Teresina-PI.

CARDOSO, Maisa; VICENTIM, Fabiana. Porto da Folha (SE) - Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: Resgate da história no sertão sergipano. In BRASÍLIA: Governo Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável**. Brasília, 2014. p. 265 - 273.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In **Educação para a Convivência com o Semi-Árido Árido: Reflexões Teórico-Práticas**. Juazeiro/Ba: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, Selo Editorial – RESAB, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgesa.uneb.br/arquivos/AELC.pdf>>. Acessado em 21 de junho de 2015.

CARVALHO, Paulo Pedro de. A convivência com o semiárido como estratégia para o combate à desertificação: uma experiência no Sertão do Araripe. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v 9, n 3, dez./2012, p. 17-22.

FRANÇA FILHO, G.C de. **Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. In. Bahia análise & Dados, SEI, nº1, p.9 – 19, junho 2002, Salvador.

GAIGER, L.I.(org). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável** 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GOVEIA, Bruno Santiago Silva; SODRÉ, Maria Lúcia da Silva; DOURADO, Aucéia Matos. A prática agroecológica no bioma caatinga: uma experiência no

- alto sertão Sergipano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez 2011, p. 1-6.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001, p. 35-45.
- HENN, Iara Aquino. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>. Acesso em: 07 de novembro de 2013.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MALUF, RENATO S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.
- MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de residência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 437-472.
- METELLO, D. G.. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. 2007. Dissertação (Programa de Pós- Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE) Rio de Janeiro.
- SANTOS, Abeaci dos; GOIS, Magaly Nunes de. O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial. In **XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador.

4 a 8 de octubre 2009. Disponível em:<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>>.

Acessado em 21 de junho de 2015.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras e a Construção dos Movimentos Agroecológicos no Brasil. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 329-343.

SURITA, Rita. Alimentando a Cidadania. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.1, n.0, set. 2004, p. 08-10.

TEDESCO, J.C.(ORG). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006.

VIANA SILVA, Camila Marques; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45.

4. EXPERIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE GESTÃO DAS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES 'RESGATANDO SUA HISTÓRIA', NO ÂMBITO AGROECOLÓGICO.

Tatiana Frey Biehl Brandão⁸

Janice Rodrigues Placeres Borges⁹

RESUMO

Apesar de a contabilidade ser pouco utilizada no ambiente rural, os agricultores familiares necessitam de controles eficientes que garantam uma adequada gestão das diversas atividades desempenhadas, tanto no estabelecimento rural quanto nos empreendimentos rurais administrados por eles. Este trabalho tem como objetivo apresentar as formas de utilização dos instrumentos de gestão contábeis e financeiros empregados no cotidiano das agricultoras sertanejas para o manejo das práticas socioprodutivas da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'. Busca-se, ainda, avaliar se estas ferramentas contribuem para a melhoria das condições de vida das associadas e para a conservação ecológica de seus estabelecimentos. Para a realização deste estudo de caso ocorreram 12 entrevistas com as associadas, mais uma conversa com três gestoras da Associação e uma entrevista com a atual Coordenadora, todas guiadas por um questionário semiestruturado. Conclui-se

⁸ Esp. em Auditoria e Perícia Contábil, Mestranda no PPGADR/UFSCAR, Docente da UFAL/Campus do Sertão.

⁹ Socióloga, Pós-doutorada em Medicina Social, Docente da UFSCar, junto ao Centro de Ciências Agrárias.

que as associadas apropriaram-se das ferramentas contábeis-financeiras de gestão e as utilizam em suas distintas atividades diárias e afirmam que essas informações são instrumentos indutores para a melhoria de suas condições de vida. Portanto, o método de registros dos dados das atividades e a transparência dessas informações podem contribuir com a prática da conservação ambiental, assim como, para a continuidade, tanto da Associação como de seus estabelecimentos rurais.

Palavras-chave: Instrumentos contábeis-financeiros, gestão, associativismo.

ABSTRACT

Although accounting is little used in the rural environment, family agriculturists need efficient controls that assure a proper management of the diverse activities performed in the rural area and the rural enterprises managed by them. The objective of this work is to present ways of using accounting and financial management instruments in the routine of the agriculturists to handle their social-productive practices of the Association of Women 'Resgatando Sua História'. We also try to evaluate if this tools contribute on the improvement of the life quality of the associates and ecological conservation of their areas. 12 interviews with the associates were made to carry this research out and also a conversation with three managers of the Association and one interview with the current Coordinator, all semi-structured. We concluded that the associates appropriated the accounting-financial management tools and use them on their diverse daily activities, affirming these information are inductor instruments to improve their life quality. So, the data registration method of the activities and the transparency of information may contribute on the practice of environmental conservation and also for the continuity of the Association and their rural areas.

Keywords: Accounting-financial instruments, management, associativism.

4.1. INTRODUÇÃO

A respeito do cenário deste estudo, ou seja, o mundo rural, Wanderley (2010, p. 20-21) o define por duas características “[...] a predominância dos espaços naturais sobre os espaços construídos e sua conformação enquanto pequeno grupo social, onde predominam as relações de proximidade e de interconhecimento [...]”.

Fazendo um recorte deste espaço, observa-se que para a Região Nordeste do Brasil a agricultura familiar possui uma relevante importância, haja vista que 50,08% do total dos estabelecimentos familiares existentes no Brasil estão nesta região. Além disso, 89,23% dos estabelecimentos rurais nordestinos são caracterizados como familiares, detendo 37% da área total agrícola disponível, ocupando 87% da mão de obra alocada na agricultura e

obtendo 52% do Valor Bruto da Produção da Região Nordeste (IBGE, 2006). É neste ambiente, no Território do Alto Sertão sergipano, que se encontra a Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História'. Mais precisamente no povoado de Lagoa da Volta, município de Porto da Folha que, segundo o Censo Demográfico 2010 do IBGE, tem uma população predominantemente rural, representando 63,33% da população total deste município.

Esta Associação foi criada em 2003 e registrada em 2007, com o apoio do Centro Dom José Brandão de Castro (CDBJ), uma Organização Não-Governamental que detém importante atuação no semiárido brasileiro, e com a instituição de origem católica, com sede na Alemanha, Divina Providência. O objetivo inicial foi melhorar as condições de vida das famílias rurais e resgatar a autoestima das mulheres rurais. Visto que, segundo Almeida *et al* (2008, p. 19) no âmbito dos núcleos familiares, principalmente as mulheres jovens “[...] se deparam com sérios bloqueios culturais para participarem dos processos decisórios sobre a gestão econômica das propriedades e se beneficiarem dos frutos do trabalho familiar em condições de igualdade com os homens adultos”.

A partir da experiência do estudo de Carvalho (2008, p. 32), o autor afirma que

A participação social das famílias em um empreendimento econômico é, por si só, um sinal de enfrentamento da exclusão social. A valorização da cultura sertaneja e dos produtos da biodiversidade também é a manifestação de um movimento contrário à imposição cultural e à depredação ambiental, elementos típicos do capitalismo. Assim, o empoderamento proporcionado pela Grande Sertão não pode ser medido em termos puramente econômicos e deve ser considerado na amplitude de sua estratégia para a superação da pobreza de camponeses historicamente alijados pelo modelo de desenvolvimento predominante.

Ainda sobre as organizações sociais Nantes e Scarpelli (2012) apresentam um trabalho sobre os elementos de gestão na produção rural e expõem que o associativismo entre os produtores comporta uma maior confiança advinda da partilha dos resultados econômicos. Os autores também relatam que a associação de produtores mostra-se como “[...] uma relação mais adequada aos participantes por envolver um número menor de agentes e possibilitar, assim, maior aproveitamento das potencialidades individuais e

maior domínio das decisões [...]” (p. 649), e ressaltam que o associativismo “[...] tende a atuar de forma mais localizada e possui uma estrutura organizacional geralmente diferenciada das grandes cooperativas. Nas associações, a incidência de tributação é menor, concorrendo para a redução dos custos para a manutenção administrativa” (p. 648).

Ainda, no âmbito das organizações coletivas, como no caso das atividades desempenhadas pelas associações, Faria e Faria (2006, p. 111) trazem alguns conceitos pertinentes ao tema, como “[...] O conceito de economia social, por exemplo, refere-se a atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro [...] já [...] o de Economia Solidária, entendido como um modo de produção e distribuição que se caracteriza por empreendimentos coletivos [...]”. Portanto, “[...] A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de autogeração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13-14).

Sendo assim, pode-se considerar as associações formadas e geridas por agricultores e agricultoras familiares como empreendimentos solidários. Deste modo, observa-se que o agricultor familiar que maneja o seu estabelecimento de forma agroecológica, pode vir a cooperar positivamente com a administração desses empreendimentos solidários, visto que a particularidade da multifuncionalidade exercida pelo agricultor agroecológico,

[...] contribui para a organização de uma lógica gerencial, advinda da agroecologia e balizada no princípio da sustentabilidade, que tende a tornar-se um elemento-chave para a organização de empreendimentos produtivos eficientes, integrados ao mercado e altamente dinâmicos e criativos, contudo, sem perder sua característica singular de primar pelas questões sociais e ecológicas, tanto quanto prima pela econômica [...] (BARBOSA, 2013, p. 237-238).

Neste sentido, pode-se caracterizar os atores sociais citados neste estudo como sendo agricultoras familiares tradicionais, ou como melhor explica Wanderley (2010, p. 32) ao falar sobre o agricultor familiar, que “[...] Sem apoio, ele conta, como qualquer camponês, apenas, com suas próprias forças, de trabalhadores da terra [...] consideremos, para o que nos interessa aqui, como

equivalentes, as categorias de agricultor familiar e de camponês”.

Para Roesler (2009, p. 67) “Nem sempre os objetivos definidos pelo agricultor familiar visam os ganhos econômicos [...] evidencia outras racionalidades que interferem nas práticas administrativas e na ação do agricultor familiar [...]”. Neste caso, pode-se considerar a abordagem de Wanderley (2010, p. 30-31) ao afirmar que a autonomia deste camponês resulta na competência de organizar o processo produtivo, sendo que esta capacidade consiste “[...] No controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho; no domínio de um saber e de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização; na capacidade de assumir múltiplas e distintas tarefas simultaneamente [...]”.

E neste contexto, de assumir múltiplas atividades, o agricultor familiar tradicional surpreende, ao demonstrar o domínio de um saber-fazer, introduzindo “[...] em seu cálculo econômico as noções de planejamento e de orçamento que, são projeções sobre o futuro [...]” (WANDERLEY, 2010, p. 31). Mas, no entanto, percebe-se que “[...] não se exploram suficientemente os potenciais ambientais e os processos de autogestão de recursos para promover uma maior auto-suficiência das comunidades, redefinindo suas necessidades básicas [...] em função de seus próprios valores culturais [...]” (LEFF, 2001, p. 323). Sendo que, segundo Santos (2005, p. 07) o reducionismo do conceito de renda apenas ao enfoque monetário e de mercado, se deve, também à falta de “[...] instrumentos metodológicos para a análise da realidade sob outra perspectiva, contribuindo para abstrair do debate e da tomada de decisões a questão dos modelos de desenvolvimento e projetos de sociedade [...]”.

Sendo assim, observa-se que as agricultoras familiares integrantes da Associação das Mulheres ‘Resgatando Sua História’, gestam este empreendimento solidário observando os preceitos da agroecologia e desta forma, as mulheres estão organizando uma estratégia de desenvolvimento rural balizada nas potencialidades e singularidades existentes no semiárido sergipano.

Logo, esta pesquisa busca contribuir, através de uma discussão interdisciplinar, para o avanço do debate acerca da utilização das ferramentas contábeis e financeiras para a gestão de empreendimentos rurais, por meio da exposição dos instrumentos de gestão contábeis e financeiros adotados para as práticas socioprodutivas seguidas pelas mulheres da referida Associação. Assim como, detectar o impacto que o saber tácito, o saber técnico-científico ou a interação entre os saberes tácito e técnico-científico possuem sobre a construção, apropriação, utilização e disseminação dos instrumentos de gestão contábil-financeira empregados pelas associadas. Busca-se avaliar, ainda, se estes instrumentos de gestão podem constituir-se numa ferramenta para a melhoria das condições de vida destas agricultoras e para a conservação ecológica de seus estabelecimentos.

4.2. INSTRUMENTOS CONTÁBEIS PARA GESTÃO

Pode-se retratar que a necessidade das informações contábeis advém de longa data “[...] Por exemplo, os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso de água para irrigação. [...] Sistemas contábeis sofisticados parecem ter existido na China já em 2000 a. C. [...]” (HENDRIKSEN; BREDA, 2010, p. 42).

É comum num primeiro momento associar a Contabilidade como área das Exatas, mas a Contabilidade é uma Ciência Social visto que “estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas [...]”, conforme expõe Marion (2003, p. 135). O autor observa ainda que

A Contabilidade surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas. Daí, pode-se afirmar que [...] o homem proprietário de patrimônio, que, de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor sua ‘saúde’ econômico-financeira, tendo dados para propiciar tomada de decisões mais adequadas (MARION, 2003, p. 26).

Verifica-se então que quanto maior for o patrimônio de uma entidade, maior será a necessidade de controle deste, visto que o objeto de estudo da ciência contábil é o patrimônio das entidades, que podem estar constituídas tanto como pessoa física ou jurídica. “Em muitos casos, especialmente para as

peças físicas, é perfeitamente dispensável a escrituração, pois o controle deste pequeno patrimônio não necessita de uma Contabilidade sistematizada [...]”, segundo Crepaldi (2012, p. 86).

Neste contexto, é importante conhecer os dois pilares da Ciência Contábil, pois o Postulado da Entidade versa sobre a independência patrimonial da instituição enquanto que o Postulado da Continuidade atende ao princípio de que a entidade deve manter as suas atividades de modo contínuo. Portanto, é necessário que os gestores observem estes postulados, para que administrem os empreendimentos de modo a separarem o patrimônio pessoal do patrimônio da instituição, vislumbrando assim a continuidade do empreendimento.

A contabilidade tem como objetivo atender a demanda por informações estruturadas de natureza patrimonial, econômica, financeira, física, legal e social que permitam, tanto aos usuários internos como externos, conhecer e avaliar a situação da entidade, em um dado momento, assim como, realizar projeções futuras a respeito das possibilidades de variações do patrimônio. Desta forma, cabe à contabilidade divulgar e dar transparência das informações referentes aos atos e fatos contábeis que alterem o patrimônio das entidades.

Sobre a divulgação das Demonstrações Contábeis Hendriksen e Breda (2010, p. 205) apontam que “As demonstrações financeiras formais se destinam predominantemente aos usuários externos de dados contábeis, mas os contadores também devem fornecer ferramentas e materiais, aos administradores, para fins de controle e tomada de boas decisões [...]”.

A transparência das informações leva a todos os envolvidos com a instituição a distinguirem a realidade econômico-financeira desta. Conhecer os números do empreendimento pode salvaguardar os empreendedores da extinção da entidade e devem contribuir para as tomadas de decisões corretas colaborando com o sucesso da instituição.

Deste modo, estas informações são fornecidas através dos relatórios contábeis, visto que estes são a exposição resumida e ordenada de dados registrados pela contabilidade em determinado período de tempo e objetivam

garantir aos usuários da contabilidade um fluxo contínuo de informações econômicas e financeiras da organização. Dada a estrutura de como são apresentados os demonstrativos contábeis básicos, estes deverão valer-se em primeira mão das informações fundamentais para a integração com os relatórios futuros, assim como, permitem a avaliação de sua situação atual e comparações com o que foi planejado. Esse confronto possibilita a identificação e o controle dos desvios e suas causas, bem como, auxilia o aperfeiçoamento de futuros planejamentos (MARION, 2003; PADOVEZE, 2006; CREPALDI, 2012). Logo, é importante conhecer as principais demonstrações financeiras.

A literatura contábil considera que o Balanço Patrimonial é o principal demonstrativo contábil, este “[...] tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto uma posição estática” (IUDÍCIBUS, *et al.*, 2010, p. 2). É necessário compreender que para realizar a análise de balanço das instituições sem fins lucrativos, como, por exemplo, as ONGs, Associações e Cooperativas “devem ser considerados os aspectos da inexistência de lucro e da existência de obras que, apesar de serem consideradas nas mesmas contas do patrimônio líquido, têm a possível tendência de serem menores pelo fato de que a cooperativa não objetiva sua maximização”, segundo Bialoskorski Neto (2012, p. 725).

Já a Demonstração do Resultado ilustra a situação econômica da instituição, pois esta é “[...] a apresentação, de forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período apurado segundo o regime de competência”, segundo Santos *et al* (2008, p. 97). Por outro lado, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), visa mostrar como ocorre a movimentação de disponibilidades em um dado período de tempo. De forma resumida, a DFC discrimina todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como, todo o dinheiro que saiu do caixa, apurando ainda, o resultado do fluxo financeiro em determinado período. Basicamente, o relatório de fluxo de caixa classifica as movimentações de caixa e equivalentes de caixa por grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, possibilitando

diversas análises (MARION, 2003; PADOVEZE, 2006; SANTOS *et al*, 2008; IUDÍCIBUS, *et al.*, 2010; CREPALDI, 2012). Podemos destacar a importância de manter o registro dessas informações visto que “O caixa, no masculino, é o termômetro financeiro de uma Empresa Rural. Ele é tão importante e vital para o desempenho de uma Empresa Rural que exige um controle diário [...]” (CREPALDI, 2012, p. 311). Para Marion (2003, p. 96)

O Regime Caixa (ou Regime Financeiro) é comum nas empresas sem fins lucrativos (associações religiosas, filantrópicas, etc.) e nas pequenas e microempresas dispensadas da obrigatoriedade do regime de Competência. Todavia, todas as empresas, independentemente do tamanho, fazem seu fluxo de caixa como instrumento gerencial e de controle.

É importante salientar que, independente do ramo de atuação de uma entidade ou da forma jurídica de como esteja constituída, seja como Pessoa Física ou Jurídica, estes não são os únicos relatórios contábeis utilizados para auxiliar a gestão, mas a manutenção destes registros e a utilização das informações contribuem para o controle e a tomada de decisões.

Percebe-se que é indispensável para um gestor conhecer os demonstrativos contábeis, como, por exemplo, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Fluxo de Caixa, assim como outros instrumentos de gestão, como: as planilhas orçamentárias, balancete de verificação, a elaboração e prestação de contas, o controle dos custos de produção e das despesas administrativas. Mas, a realidade exposta por Longenecker *et al* (2011, p. 416) é de que “Raramente os proprietário-administradores são especialistas em contabilidade – nem se deve esperar que sejam *ou mesmo que queiram ser*. Mas todos eles precisam saber o suficiente sobre o processo contábil, incluindo demonstrativos financeiros, para reconhecer quais métodos contábeis são melhores para seu negócio”. Pois, é necessário ainda que o gestor cumpra com as obrigações e prazos estipulados por lei mantendo os documentos e os livros contábeis, tais como o livro diário e o livro razão, logo este precisa conhecer a legislação e as obrigações pertinentes, como, por exemplo, quando

As pessoas físicas caracterizadas como pequeno e médio produtor rural (RIR – Regulamento do Imposto de Renda, 2007) não precisam, para fins de imposto de renda, fazer

escrituração regular de livros contábeis; podem utilizar apenas o livro caixa e efetuar uma escrituração simplificada. Por sua vez, a pessoa jurídica, normalmente denominada de empresa, [...] podendo destinar-se a fins lucrativos (empresas indústrias, comerciais etc) ou não (cooperativas e associações culturais, religiosas etc), e desse modo, obrigada por lei a fazer a escrituração contábil, por intermédio de profissional contábil [...] (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Portanto, a contabilidade não pode ser percebida, e tão pouco se comportar, como algo isolado ao estabelecimento, uma vez que é necessário que a contabilidade compreenda e interaja com todos os setores e atividades desempenhadas pela instituição, para que o resultado do seu trabalho retrate a realidade do empreendimento. Na contabilidade direcionada às entidades rurais não é diferente, pois a Contabilidade Rural é parte integrante do sistema de informações dos estabelecimentos rurais e, segundo Crepaldi (2012, p. 50), “[...] é imprescindível que também na agropecuária, a contabilização dos fatos e sua estruturação sejam realizados com o perfeito conhecimento, não apenas técnico, mas também de sua atividade operacional, respeitando as peculiaridades da atividade”, pois desta forma, as informações contábeis serão fidedignas, espelhando a realidade das operações realizadas no exercício social em questão.

Mas, os relatórios contábeis também devem ser úteis, para isso estes devem chegar ao conhecimento da administração em tempo hábil para que os gestores possam utilizá-los como ferramenta para a tomada de decisões. Outro aspecto que deve-se considerar é a relação custo-benefício, pois não é o preço pago ou a forma mais moderna de se gerar os relatórios contábeis que irão permitir a compreensão e a utilização dessas informações. Cabe então, a cada gestor definir a melhor forma de valer-se destes instrumentos, podendo utilizá-los por meio de sistemas de informática, planilhas ou mesmo através de anotações, o importante é que estes dados estejam confiáveis.

4.2.1. Reflexão acerca dos Processos de Controle dos Agricultores Familiares e da Gestão dos Estabelecimentos Rurais

Oliveira (2011, p. 20) afirma que no Brasil a maioria dos estabelecimentos rurais está constituído como pessoa física “Uma das razões dessa preferência pode ser o fato de ser menos onerosa; mas pode haver outra

razão, que é a de ter uma administração mais voltada para a produção do que para controle, isto é, uma administração mais familiar do que profissional [...]”. Segundo Crepaldi (2012, p. 73), esta realidade é porque os produtores estão mais preocupados com a produtividade da propriedade e “Poucos são os produtores que fazem anotações contábeis de forma sistemática e sabem realmente como vai o seu negócio [...]”. Brandenburg (1999, p. 214) complementa esta afirmativa alegando que “[...] as técnicas relacionadas à gestão e controle administrativo na agricultura, longe de constituírem práticas amplamente difundidas entre as unidades produtivas, são pouco utilizadas, principalmente entre os agricultores familiares”.

Neste contexto, percebe-se que o agricultor ou agricultora não deve se preocupar apenas com a produção, mas com a gestão de toda a propriedade incluindo as questões burocráticas, administrativas e de comercialização. Visto que “Todas as atividades rurais por menores que elas sejam, requerem um controle eficiente [...]”, conforme Crepaldi (2012, p. 49). Mas, ainda segundo o autor, a Contabilidade Rural no cenário brasileiro, ainda é pouco utilizada tanto pelos contabilistas como pelos produtores que desconhecem esta ferramenta administrativa, pois “Essa técnica gerencial é tida como complexa e sua execução é que apresenta um baixo retorno prático. Também [...] é quase sempre conhecida por suas finalidades fiscais, não possuindo grande interesse por uma aplicação gerencial” (CREPALDI, 2012, p. 51-52).

Portanto, Brandenburg (1999, p. 216) coloca em questão “[...] qual o grau de racionalização da atividade, isto é, como são calculadas as receitas, e o grau de utilização dos instrumentos contábeis nos processos decisórios e de gestão do estabelecimento agrícola”.

A pesquisa de Roesler (2009, p.163) no Paraná, em 2008, apontou que

[...] o agricultor familiar faz o controle do ‘seu jeito’, que é ‘de cabeça’, ou seja, os custos de insumos das atividades produtivas, considerados os mais importantes, são somados mentalmente e, desta maneira, o produtor tem estimado os seus custos totais. Quando o produto é vendido, o produtor observa se conseguiu auferir lucro ou prejuízo da atividade que foi controlada. Neste cálculo realizado pelo agricultor familiar, normalmente, a força de trabalho familiar utilizada não é incorporada aos custos de produção, o contrário ocorre quando a força de trabalho é contratada de terceiros e há um

pagamento monetário. Neste caso, o agricultor familiar considera este pagamento nos custos de produção.

Indo no mesmo sentido do exposto por Roesler (2008), Crepaldi (2012, p. 49) afirma que “[...] Muitas vezes, o produtor rural guarda em sua memória as informações, não anota os acontecimentos que são de extrema importância para a correta contabilização, de maneira que com o passar do tempo são esquecidos, e não calculados na hora da comercialização dos produtos”. Logo, percebe-se a importância de manter atualizados os registros contábeis, assim como, os procedimentos de controle de todas as atividades desenvolvidas no estabelecimento rural, pois, estas ferramentas podem contribuir, por exemplo, com o manejo dos recursos necessários para a produção agropecuária através da gestão da mão de obra ou dos insumos empregados na produção. Assim, as informações contábeis podem auxiliar os agricultores e as agricultoras na tomada de decisões acertadas.

Para Roesler (2009, p. 226), “[...] A não utilização de formas de controle mais organizadas é justificada, pelo agricultor familiar, em virtude da complexidade da sua UPF e por não existirem formas de controle adaptados a esta realidade” percebe-se também que “[...] A lógica da contabilidade empresarial capitalista não corresponde à lógica do agricultor familiar, porque não foi concebida originalmente para a agricultura, daí a dificuldade de transformá-la numa prática” (BRANDENBURG, 1999, p. 219).

Segundo Batalha *et al* (2005), os estudiosos da agricultura familiar constataram uma baixa eficiência gerencial dos empreendimentos agrícolas familiares. O autor afirma também que é pobre a utilização de técnicas adequadas de gerenciamento, mesmo em relação aos produtores que possuem alto grau de tecnificação produtiva. Neste sentido, uma das alternativas para os agricultores familiares é o de se organizarem em associações ou cooperativas, pois através destas organizações sociais, também poderão reduzir os custos administrativos e operacionais ligados à comercialização, assim melhorando a lucratividade das propriedades, visto que, conforme expõe Santos *et al* (2009, p. 2), estas organizações coletivas “[...] são de fundamental importância para favorecer o acesso aos mercados, agregar valor aos produtos e ampliar o nível tecnológico [...]”.

Outro aspecto a ser considerado é o sistema produtivo escolhido pelo agricultor, pois este pode vir a proporcionar uma maior ou menor autonomia para a família rural. Assim sendo, a opção por um sistema agrícola de base ecológica pode contribuir, entre outros aspectos, para a melhoria da rentabilidade do estabelecimento. Segundo Weid (2006, p. 19)

Experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejada segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos recorrentes de custeio. Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de auto-reprodução de seus insumos e de sua fertilidade [...]. Por essa razão, as famílias ecologistas tornam-se bastante autônomas em relação aos mercados de insumos e totalmente independentes dos agroquímicos. Esse fato demarca claramente a diferença da natureza da demanda por crédito dos sistemas ecológicos em relação à dos sistemas convencionais. Enquanto os primeiros se auto-regeneram pela ação dos fluxos naturais e pelo trabalho familiar, os últimos só se reproduzem mediante o alto aporte anual de insumos e energia externa.

Para Altieri (2004), frequentemente os agricultores tradicionais desenvolvem sistemas produtivos e sustentáveis, pois através da diversidade de plantas cultivadas acaba por minimizar os riscos da produção e melhorar a diversidade alimentar, deste modo, “[...] quanto mais diverso for o agroecossistema, maior será a possibilidade de se gerar autonomia e autossuficiência, todavia, também, há uma maior demanda em se organizar processos gerenciais que contemplem a realidade concernente a cada agroecossistema e para cada agricultor” (BARBOSA, 2013, p.115).

Desta forma, percebe-se que o agricultor passa por uma reconstrução de sua identidade profissional, visto que são necessários para o agricultor conhecimentos culturais, genéticos, administrativos, comerciais, mecânicos, de motorista, de informática, o que se constitui em um grande desafio. Assim, nota-se que o agricultor é um profissional polivalente, até porque sua propriedade não é especializada, mas diversificada. Esta falta de especialização acaba por deixar a cargo do agricultor-gestor manejar a propriedade e administrar as finanças entre diversas outras atividades (BRANDENBURG, 1999; WANDERLEY, 2009).

Logo, compete ao agricultor “[...] traçar o modelo que se adequa à sua

propriedade, utilizando ou não, os recursos tecnológicos atuais. O importante é que o mesmo tenha um sistema que coleta os dados de forma segura, gerando informações que deem suporte para solucionar possíveis dificuldades nas tomadas de decisões” (OLIVEIRA, 2011, p.102). Uma vez que, de acordo com Barbosa (2013, p. 114), “O nível de autonomia e autossuficiência dos agroecossistemas correlaciona-se com a capacidade de articulação dos diversos capitais [...] existentes neste *lócus* de produção e da capacidade gerencial dos agricultores para gestar esta articulação [...]”. Assim, cabe ao agricultor controlar, gerir e tomar decisões

[...] a partir das informações disponíveis, como os recursos (humanos, de insumos, de capital e tecnológicos) serão utilizados para serem transformados em produtos finais. Decisões como o que, quanto, como, quando e para quem produzir devem ser tomadas considerando fatores restritivos, como o tamanho da propriedade, a tecnologia disponível, os recursos financeiros do empreendimento e as necessidades de autoconsumo (LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2005, p. 87).

Outra questão inerente ao processo de decisão seria produzir ou terceirizar? Esta é uma decisão cotidiana no ambiente empresarial, mas não é facilmente replicada pelo agricultor familiar, pois este não deixará de cultivar determinada cultura porque o produto não é lucrativo ou tem baixa taxa de retorno sobre o investimento, uma vez que a decisão do que cultivar e em que quantidade será produzido não é uma decisão que está totalmente sob o controle dos agricultores, pois estas variáveis dependem de fatores edafoclimáticos, mas estas decisões também estão atreladas à proposta de vida da família rural, incluindo a tradição cultural envolvendo determinado cultivo e o fator simbólico deste, assim como, a relação de importância para o autoconsumo da família ou para outras alocações no estabelecimento rural, por exemplo, para a utilização como alimentação animal ou como composto orgânico.

Logo, para o agricultor familiar de base ecológica a decisão de manter uma produção diversificada não está balizada simplesmente na redução dos riscos de investimentos, mas sim no equilíbrio ecológico e da proteção da biodiversidade do agroecossistema, no manejo da pauta produtiva, na produção para o autoconsumo e na produção destinada à comercialização.

Neste sentido, os sistemas de gestão tornam-se importantes ferramentas para a sustentabilidade dos estabelecimentos rurais e para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, pois um processo de gestão eficiente permite a organização de sistemas de produção mais condizentes com as particularidades ecológicas existentes nos estabelecimentos (ou seja, em seus agroecossistemas) e do ambiente rural no qual está inserido. Além disso, possibilita que os agricultores acessem mercados que lhes remunerem de forma mais justa a partir de um preço que contabilize as externalidades geradas no processo de produção e comercialização de seus produtos agrícolas e/ou não-agrícolas.

Desta forma, torna-se importante que os agricultores incorporem na sua lógica reprodutiva o hábito de registrar contabilmente (formal ou informalmente) suas atividades produtivas, relacionadas aos custos de produção e ao autoconsumo, assim como, o controle das receitas e despesas oriundas da comercialização dos produtos agrícolas e/ou não agrícolas. Isto decorre do fato de que é através do conhecimento dos dados contábeis que se pode identificar com precisão os custos, verificando, inclusive, os possíveis desperdícios existentes no processo produtivo. Assim, de acordo com Brandenburg (1999, p. 275), é necessário “[...] construir um referencial de conhecimento que esteja em sintonia com a lógica do funcionamento da unidade de produção familiar, e não apenas levar o agricultor a realizar um sistema de controle e gestão conforme a lógica empresarial capitalista”.

4.3. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma revisão da literatura sobre a temática abordada, além de análise dos dados referentes à pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 2015, visto que, este é um estudo de caso realizado na Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’.

Logo, esta pesquisa teve como público-alvo as 30 integrantes da referida Associação, sendo que 12 mulheres foram entrevistadas, pois as demais não tiveram disponibilidade para a realização da entrevista no período destinado à pesquisa de campo. Mas pelo perfil diversificado e pelas falas coletadas, percebe-se que o número de associadas ouvidas na pesquisa permite a análise

das opiniões e percepções das mulheres que fazem parte da administração da entidade, bem como, a visão das fundadoras, além da percepção de integrantes mais recentes da Associação.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um questionário previamente estruturado com questões abertas e fechadas. O roteiro de entrevista teve a finalidade de conhecer, dentre outras coisas, a percepção das entrevistadas sobre os instrumentos de gestão contábil-financeira adotados pela Associação, mas, também: (i) como ocorre sua definição e utilização; (ii) como se dá o seu processo de apropriação e utilização; e (iii) como é realizada a difusão entre estas agricultoras. Assim como, o entendimento das associadas sobre se os instrumentos de gestão contábil-financeira podem constituir-se numa ferramenta para a melhoria de suas condições de vida e para a conservação ecológica de seus estabelecimentos.

Com o intuito de coletar mais alguns dados, em um segundo momento, ocorreu uma conversa com a Coordenadora, com a Vice-Coordenadora e com a Tesoureira da Associação, com o objetivo de obter mais informações sobre o funcionamento da Associação e esclarecer algumas curiosidades provenientes das entrevistas realizadas anteriormente. Posteriormente, realizou-se, ainda, uma nova entrevista, direcionada especificamente à Coordenadora da Associação, com a finalidade de compreender alguns aspectos e mecanismos que foram identificados após a tabulação dos dados mencionados pelas associadas.

4.4. ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DO CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES 'RESGATANDO SUA HISTÓRIA'

Neste contexto, está norteada a pesquisa referente aos instrumentos contábeis de gestão utilizados pelas integrantes da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História', que manejam seus estabelecimentos rurais com base nos preceitos da agroecologia, com a finalidade de administrar os recursos produtivos originários do Território do Alto Sertão sergipano. Neste sentido, procurou-se analisar as práticas de gestão adotadas na Associação, obtendo como resultado os dados apresentados a seguir.

4.4.1. Registros da Movimentação Monetária e Documental Realizados na Associação

O controle financeiro da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' é de responsabilidade da tesouraria, para cumprir com esta finalidade, a atual Tesoureira descreve a atividade de registro, deste modo:

Anoto num caderno de rascunho [...] alguma coisa que eu vou comprando, eu vou colecionando lá por data [...] e quando eu vou levar pro contador eu já tenho um outro caderno, que daí eu passo a limpo tudo direitinho por data, certinho, que quando a menina vai 'coisar' lá eu já boto até o recibo, a data do primeiro, do segundo [...].

Mas, além do registro dos desembolsos, saída de valores monetários do caixa da Instituição, cabe ainda à Tesouraria controlar e contabilizar a cobrança das mensalidades das associadas, consideradas uma fonte de receita para a Associação. Deste modo, a Tesoureira mantém uma folha de controle a parte, onde consta o nome de todas as associadas. Ela expõe que periodicamente realiza "uma chamada", que serve para a conferência das informações antes de serem registradas no caderno. Logo, a Tesoureira registra em ordem cronológica, os valores referentes a todas as receitas da Associação (mensalidades e vendas referente à produção agrícola e não agrícola), apresentando o montante da receita mensal.

Todos os meses a Tesoureira leva os documentos e as anotações (controles elaborados por ela) para o contador, ela expõe que "Então eu fiz a minha contabilidade, no meu jeito [...] Tem lá, até com dois cadernos já preenchidos da data que [...] eu comecei a fazer [...]". Esta associada conta, ainda, que é a encarregada por receber a documentação da Associação, no escritório contábil, "Ela diz assim: Maria [...], olha, eu nem tenho trabalho [...]."

Através das falas acima, percebe-se a eficiência da metodologia adotada para a organização e o controle financeiro, pois toda a documentação necessária para o registro contábil chega ao escritório do contabilista de forma ordenada e em tempo hábil, contrariando Creapaldi (2012, p. 50) ao afirmar que

[...] o contador deve estar ciente que o produtor rural vem de longa data acostumado ou 'impossibilitado' de adquirir alguns conhecimentos que serão passados, o que se percebe nas

organizações que se dedicam a essa atividade é uma contabilidade insuficientemente explorada quanto a seu poder de identificar, registrar, mensurar e possibilitar a análise dos fatos ocorridos.

Verifica-se assim, que os instrumentos de controle e registros utilizados pela Associação são eficientes e atendem às necessidades relativas à documentação e às informações necessárias para manter a escrituração contábil da Instituição. Assim como, percebe-se o comprometimento da atual gestão em manter o registro dos atos e fatos administrativos atualizados, o que permite a utilização destas informações em tempo hábil à medida que expressa o compromisso com a transparência das informações econômicas e financeiras que permeiam a realidade das atividades exercidas pelas mulheres da Associação.

Ainda no que concerne à transparência das informações, cabe à Coordenadora da Associação em conjunto com a Tesouraria, realizar a prestação de contas durante a Reunião Ordinária mensal das associadas, visto que esta detém caráter deliberativo. Durante a prestação de contas é apresentado o saldo anterior existente no caixa, assim como, todas as entradas e saídas de caixa ocorridas no período e, por fim, é demonstrado o saldo atual, que está a disposição da Associação. Assim, nota-se que as agricultoras que fazem parte da atual gestão da Associação utilizam para o controle das contas da entidade o regime de caixa, conforme abordado por Crepaldi (2012) e Marion (2003).

No que tange a forma de como é realizada a exposição do fluxo de caixa na Reunião, a Associada 'B' conta que a Tesoureira “[...] apresenta o resumido aqui, quem quiser olha o caderno. Ai o fiscal é quem olha o caderno, vê os recibos e tudo”. O fiscal descrito na fala da associada refere-se ao Conselho Fiscal, formado por três associadas. A Tesoureira descreve que uma vez anotou tudo numa cartolina, pra deixar a prestação de contas exposta na sede da Associação, mas as associadas disseram que não precisava ter esse trabalho, que elas olhariam no caderno mesmo.

Verifica-se que o conhecimento referente aos procedimentos de registro e controles, não é exclusivo da atual Tesoureira, pois a Coordenadora participa da prestação de contas e outras entrevistas também demonstraram a noção

dos procedimentos, conforme observou-se nas falas da Associada 'B'.

4.4.2. Instrumentos de Gestão Contábeis-Financeiros Adotados na Associação

Os dados obtidos pela pesquisa de campo demonstram a percepção das associadas no que se refere aos instrumentos contábeis utilizados para gestão. Através das informações verifica-se que todas as associadas têm ciência de que a Associação contrata os serviços de um profissional contábil, sendo que a grande maioria (11 associadas) afirma que o contabilista entrega os demonstrativos contábeis periodicamente à Associação.

Observa-se que nem todas as associadas conhecem, exatamente, quais os demonstrativos são elaborados pelo contabilista e qual a periodicidade com que a Associação recebe estes demonstrativos, mas todas as mulheres entrevistadas reconhecem a atuação do profissional contábil. Estes fatos são interessantes de serem constatados no ambiente rural, ainda mais quando se trata de agricultoras familiares, visto que não encontramos dados como estes em outros estudos, que detenham como público pesquisado os agricultores familiares.

Com o intuito de verificar quais são os instrumentos contábeis-financeiros de gestão adotados pela Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' o Quadro 5 demonstra o conhecimento das associadas em relação aos instrumentos de gestão contábeis-financeiros e aponta a percepção das entrevistadas sobre quem prepara e apresenta estes instrumentos.

Quadro 5 – Percepção das associadas no que se refere aos instrumentos contábeis – financeiros de gestão e sobre quem os elabora, Porto da folha, Sergipe, 2015.

Associadas	Instrumentos de gestão contábil-financeiros conhecidos pelas associadas.							Elaboração/ apresentação dos instrumentos contábeis de gestão			
	Não	Sim						Contador	ONG	Coordenadoras	Outras
		BP	DFC	Planilha Orçamentária.	Contabilidade de Custos	Livro Anual	Projetos e Prestação de Contas.				
A			X	X	X			X	X	X	
B		X									Tesoureira
C						X				X	
D		X	X		X					X	
E			X	X	X			X		X	
F			X				X			X	
G		Sim, mas não sabe informar						X		X	
H		Conhece o que é repassado nas reuniões						X		X	
I		Não informou								X	
J		Não informou								X	
K			X							X	Tesoureira
L			X							X	

Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Legenda: **BP** – Balanço Patrimonial, **DFC** – Demonstração do Fluxo de Caixa e **ONG** – Organização Não Governamental.

A maioria das entrevistadas (nove associadas) afirma conhecer os instrumentos contábeis e financeiros utilizados para a gestão, enquanto que duas não informaram e uma respondeu que conhece o que é repassado nas reuniões. Segundo a Associada 'B' “[...] tem umas que conhecem, mas tem outras que tanto faz você falar [...]”. Portanto, apesar do desinteresse de algumas mulheres pelo tema em questão, nenhuma associada afirma não conhecer estes instrumentos de gestão.

Das associadas que afirmam reconhecer os instrumentos de gestão contábeis – financeiros: (i) seis dizem distinguir a Demonstração de Fluxo de Caixa; (ii) três afirmam conhecer a contabilidade de custos; (iii) duas responderam conhecer o Balanço Patrimonial; (iv) duas apontaram a planilha

de orçamento; (v) uma das mulheres citou reconhecer a existência de um Livro no final do ano (no qual supõe-se que a associada se refere ao Livro Diário, o qual deve conter a escrituração anual da Associação); e (vi) por fim, uma das entrevistadas reconhece a prestação de contas e os projetos como instrumentos financeiros de gestão.

Pelas informações apresentadas no Quadro 4, constata-se que na percepção da maioria das associadas (oito entrevistadas) os instrumentos de gestão contábeis-financeiros são elaborados e apresentados internamente pelas responsáveis pela gestão da Associação, enquanto quatro associadas acreditam que estes são preparados e apresentados conjuntamente pelas coordenadoras e por membros externos à Associação.

Diante deste cenário, observa-se que todas as associadas incluem a participação das gestoras da Associação na elaboração e na apresentação dos instrumentos de gestão contábil, logo, nenhuma associada percebe esses demonstrativos como algo externo a instituição e sim como algo elaborado por elas. Ou seja, as associadas entendem os instrumentos de gestão contábil-financeiros como algo que pertence à Organização.

A pesquisa apontou, ainda, que as associadas acreditam que estes instrumentos refletem a realidade econômica e financeira da Associação. Esta confiança pode ser reflexo da organização da instituição, assim como, da forma transparente e acessível de como estes dados são tratados pela gestão.

Outro aspecto inerente à gestão financeira, apontado pela Coordenadora foi que a Associação nunca solicitou financiamentos ou empréstimos bancários. Esta informação pode ser analisada como uma decisão das associadas, mas também, como um bem-estar advindo da opção das agricultoras por um sistema produtivo diversificado e independente de insumos externos, inclusive do sistema financeiro capitalista.

4.4.3 Construção dos Instrumentos Contábeis de Gestão

Os resultados da pesquisa demonstram como as ferramentas contábeis de gestão foram construídas pelas associadas. Observa-se que duas entrevistadas percebem que os instrumentos contábeis de gestão foram estabelecidos a partir do saber tácito das associadas, pois já vinham sendo

utilizados pelas agricultoras ao longo do tempo, conforme pode-se observar na fala da Associada 'J' ao afirmar que estes foram construídos “através de reuniões entre agricultores”, a atual Tesoureira conta que o marido já tinha o conhecimento, trazido de outra Associação onde trabalhou muitos anos, “Já veio de casa. [...] Eu nem tive muito o curso, eu aprendi em casa, com meu esposo [...] ele foi quem fez isso tudo comigo e ainda hoje faz [...]”.

Sobre as fontes para a aquisição para construção das ferramentas de gestão pode-se destacar as evidências expostas por Brandenburg (1999, p. 220) ao afirmar que “Uma racionalidade maior, com o uso de registros e cálculos econômicos, também é observada entre aqueles agricultores que viveram a experiência com outras atividades econômicas” e também por Roesler (2009, p. 226) ao abordar que apesar da pouca utilização das ferramentas administrativas “As fontes de informações para as práticas administrativas são provenientes dos contatos com outros agricultores e nos mercados compradores, assim como com os parentes e vizinhos próximos [...]”.

A pesquisa aponta, também, que cinco entrevistadas percebem que os instrumentos contábeis de gestão foram construídos a partir do saber técnico-científico, pois, afirmam que o conhecimento foi adquirido através de um curso ofertado em 2006 ao grupo de mulheres no momento em que estas ainda se organizavam para a formalização da Associação. Enquanto outras cinco associadas percebem que estes instrumentos foram alicerçados a partir da interação entre os saberes tácitos e técnico-científicos.

Segundo a atual Coordenadora (uma das fundadoras da Associação) as agricultoras sempre anotavam em cadernos os ‘custos’ e o que precisavam comprar, para assim controlarem os gastos e repassarem para as sócias. Mas, houve a necessidade de fazerem um curso para organizar melhor as contas da Associação. Outra entrevistada, a Associada 'B', explica que “Nós fizemos o curso, só que não ‘faz’ do mesmo jeito do curso, que era muito complicado [...], curso de contabilidade”. As irmãs da Divina Providência já realizavam a prestação de contas e elas continuam fazendo da mesma forma, lendo, explicando e disponibilizando os dados econômicos e financeiros.

Através do panorama exposto acima, observa-se que há um conjunto de

saberes no que se refere à construção dos instrumentos de gestão contábil advindos, tanto dos conhecimentos tácitos das agricultoras, como da experiência repassada pelas irmãs que trabalhavam com o grupo de mulheres rurais e ainda do saber técnico, formal, visto que as fundadoras da Associação (sete das atuais associadas) participaram de um curso de contabilidade.

A respeito do anseio por qualificação técnica, Brandenburg (1999, p. 213) expõe que “A busca de um domínio do conhecimento técnico não significa abandono do saber e de instrumentos tradicionais [...]”. Assim, verifica-se que as associadas acabaram por adequar as técnicas adquiridas às necessidades da realidade local, assim como, as formas de divulgação à uma linguagem acessível. O que, segundo Paulo Freire (1983), pode-se chamar de conhecimento, esta mudança de atitude do camponês, pois houve uma ação transformadora da realidade através de uma reinvenção, ou seja, as associadas se apropriaram do aprendido aplicando e transformando a sua realidade.

4.4.4. Percepção das Associadas sobre a Apropriação e Utilização dos Instrumentos de Gestão

Procurou-se compreender a respeito do emprego e assimilação das ferramentas para gestão. Os dados demonstram que apenas uma entrevistada percebe que os instrumentos contábeis de gestão foram apropriados exclusivamente pelas primeiras associadas, pois esta entende que este conhecimento foi adquirido através de capacitação técnica formal das mulheres que acessaram o curso de contabilidade.

Por outro lado, a grande maioria das entrevistadas (11 associadas) entende que os instrumentos de gestão são conhecidos e utilizados por todas as associadas, algumas delas complementam esta afirmação expondo que: (i) estes instrumentos são discutidos entre as diretoras e debatidos nas reuniões com as associadas, segundo a Associada ‘A’; (ii) crê que algumas associadas passaram também a se organizarem em casa, “quem vende sabe fazer” (Associada ‘C’); e (iii) além de serem conhecidos e utilizados por todas as associadas a diretoria sempre repassa as informações para as associadas, afirma a Associada ‘I’. Deste modo, é quase unanimidade entre as

entrevistadas a percepção de que as ferramentas contábeis de gestão são conhecidas e utilizadas por todas as associadas. Esta constatação leva a crer que a apropriação dos conhecimentos induz a ascensão do capital intelectual das mulheres associadas.

Esta possibilidade pode indicar uma coexistência de capital social inerente aos processos de organização da associação, visto que de acordo com Maluf (2002, p. 247) “[...] são necessárias relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva, no caso, construídas com base em estratégias autônomas dos pequenos agricultores, que podem ser facilitadas pela existência do chamado ‘capital social’”.

4.4.5. Ferramentas de Controles Utilizadas

A pesquisa também demonstra que as associadas se valem de controles gerenciais nas atividades da Associação. Por exemplo, as Associadas ‘B’ e ‘C’ explicam que os instrumentos de gestão são utilizados pelas associadas, visto que estes são empregados na Associação para separar os percentuais das vendas que ficam para a Associação, assim como para determinar o montante pertencente a cada associada, de acordo com o controle dos dias trabalhados. Cabe salientar que as atividades produtivas da Associação são desempenhadas de forma comunitária pelas integrantes.

A Tesoureira descreve que as associadas são divididas por grupos de atividades produtivas, como por exemplo: o grupo das balas e o grupo das hortaliças, e cada grupo gesta os recursos empregados através de diversos controles: financeiro, produtivo, registrando os valores gastos na aquisição de matéria-prima e embalagens, os estoques de produtos para venda, a receita das vendas no período, assim como, a quantidade de dias que cada associada trabalhou, “[...], por exemplo, eu vou um dia e a outra vai dois dias é claro que ela vai ganhar mais do que eu [...]” (Associada ‘B’). Deste modo, é repassado para a Tesoureira os valores pertencentes à Associação, já descontados os custos e despesas de cada grupo.

Segundo a Tesoureira, antes da Reunião Ordinária mensal, cada grupo separa o percentual da arrecadação estipulado para a Associação (30% da receita de venda das hortaliças e 10% da receita do mel, das balas, dos picles,

dos doces e das geleias) e também distribui o valor a ser repassado à cada associada “hoje a gente só recebe os envelopes, mas a gente já sabe quanto foi que foi vendido, antes” (Associada ‘B’). As associadas que não participaram do processo produtivo, mas comercializaram os produtos, também recebem uma participação referente à receita arrecadada.

Portanto, percebe-se que os grupos têm total autonomia na gestão do seu trabalho, assim como, de todos os recursos empregados no processo produtivo. Com esta metodologia, todas as mulheres conhecem os controles e os aceitam, pois as associadas se apropriaram e utilizam os instrumentos de gestão, uma vez que todas tem contato com a organização interna de cada grupo. Esta experiência de controle apresentada para a gestão das diversas atividades desempenhadas por estas agricultoras familiares vai de encontro à maioria dos casos apresentados na literatura, como pode ser observado no relato de Roesler (2009, p.163), onde este expõe que “No que se refere ao controle formal [...] com o objetivo de auferir as despesas e receitas, em termos de anotações sobre quantidade de insumos utilizada, custos diretos e indiretos e valores resultantes da venda ou troca [...], a pesquisa [...] revelou que nenhum dos agricultores familiares do Tipo 01 pesquisados realiza este tipo de controle”, o autor intitula de Tipo 01 os agricultores familiares tradicionais – subsistência.

Neste sentido, observa-se que as associadas fazem um controle periódico tanto dos insumos utilizados na produção e da mão de obra empregada em cada atividade, assim como, da movimentação dos recursos financeiros de cada grupo de trabalho.

Visto a necessidade de conhecer a realidade da Associação, a pesquisa também aponta alguns resultados sobre a existência de controles relacionados aos estoques da Associação. Por conseguinte, todas as entrevistadas afirmam que a Associação utiliza controle dos estoques e 10 confirmam que estes controles são realizados manualmente. Para exemplificar a forma de controle de estoque existente, observou-se que a maior parte das entrevistadas (sete associadas) realiza as anotações em caderno, como expôs a Associada ‘C’, ao explicar que as anotações são realizadas no dia da produção.

Dentre os produtos que apresentam controle de seus estoques estão as sementes (citado por 11 entrevistadas); os Produtos *in natura* ou beneficiados (citados por nove entrevistadas); a produção de agroindustrializados (citada por oito das entrevistadas); além das Mudanças e dos Insumos que foram apontados, cada um por uma entrevistada.

Outro controle estabelecido pelas associadas é um livro para o registro das visitas recebidas na Sede da Associação ou na propriedade de alguma associada. Este controle não está relacionado à obtenção de renda, mas retrata a realização das atividades de intercâmbio, de turismo pedagógico e de pesquisas realizadas no âmbito da Associação.

Diante do elenco de ferramentas de controle utilizadas pelas agricultoras associadas, pode-se destacar a afirmação de Oliveira (2011, p. 101) de que “[...] em qualquer atividade desenvolvida em uma organização, é fundamental haver controles gerenciais contábeis que forneça informações confiáveis para o administrador tomar decisões [...]”.

4.4.6. Disseminação dos Instrumentos de Gestão

Neste contexto, a pesquisa, também procurou conhecer a percepção das entrevistadas a respeito de como se realiza a difusão dos instrumentos de gestão entre as mulheres da Associação. Deste modo, os resultados apontam que apenas três entrevistadas percebem que este conhecimento é transmitido por pessoas externas à Associação, conseqüentemente, este entendimento está relacionado à transmissão formal de conhecimento técnico-científico, como percebe-se na alegação da Associada ‘D’ ao explicar que as capacitações são ministradas por pessoas de fora da Associação, por exemplo.

Já a maioria das entrevistadas (nove associadas) percebe que os instrumentos de gestão são disseminados por pessoas internas à Associação, sendo transmitidos através das diretoras ou entre as associadas, principalmente, durante as reuniões. Sendo que cinco entrevistadas afirmam que as diretoras da Associação explicam os resultados para as demais associadas; outras duas associadas concordam com esta alegação, mas afirmam que este conhecimento também é repassado entre as mulheres.

Neste sentido, a Associada ‘E’ complementa que estas informações são

transmitidas a todas as associadas durante as reuniões; e mais duas entrevistadas compreendem que as mulheres repassam este conhecimento entre as associadas, enquanto que a Associada 'C' completa informando que todas sabem fazer a prestação de contas do que venderam e a Associada 'B' fala sobre o controle do que foi vendido e produzido, afirmando que "A gente não vende a atravessador, só vende direto ao consumidor".

Estes apontamentos refletem que a forma de propagação dos instrumentos de gestão se mostra eficiente à medida que se constata que as associadas compreendem e utilizam em seu cotidiano laboral diversas ferramentas de controle, adequando-as à realidade e às necessidades das atividades produtivas rurais, à comercialização, assim como às atividades de gestão pertinentes à Associação. Portanto, corroborando com a afirmação de Brandenburg (1999) de que estes processos podem ser definidos como sendo típicos desses agricultores 'sujeitos criadores de sua existência'.

4.4.7. Gestão da Transparência das Informações e a Continuidade das Atividades

Buscou-se, ainda, compreender a percepção das associadas em relação à gestão da Associação, identificando as preocupações e satisfações das mulheres. Neste sentido, algumas mulheres expuseram em suas narrativas um pouco de como ocorrem os processos de gestão adotados pelas associadas, assim a pesquisa verificou que a gestão é compartilhada, segundo a alegação da Associada 'C', e ainda pode-se contemplar na fala da Associada 'B' a explicação a respeito da existência de uma avaliação interna clara

[...] Porque tudo tem que ter avaliação. Se não tiver não 'vamos se' arrumar, [...] isso é uma coisa que nós 'aprendemos' e que é muito boa [...] por que às vezes eu posso 'ta' fazendo uma coisa que você não gosta, mas eu penso que tá bom né.

Ai se faz avaliação eu vou dizer, vou bater naquele ponto que você tá fazendo isso e eu não to gostando. E aqui nós somos muito claras com isso, com a avaliação.

Esta forma participativa, acessível e transparente adotada pelas administradoras da entidade pode estar contribuindo significativamente para que as associadas sintam-se satisfeitas com a atual gestão, visto que todas as entrevistadas alegam se sentirem, pelo menos, satisfeitas com a gestão da

Associação.

Por outro lado, o principal motivo de preocupação das associadas, pode ser expresso na fala da atual Coordenadora “Porque a gente vai ficando de idade [...] É, e a gente não queria deixar que a Associação acabasse né”. As entrevistas demonstram que não há disponibilidade suficiente, das atuais associadas, para a manutenção das atividades desempenhadas na Associação, tanto no que se refere ao envelhecimento da força de trabalho quanto à aptidão e dedicação necessária para a manutenção das atividades de gestão da Instituição. Portanto, nota-se que as associadas se preocupam com a continuidade da Associação e com as próximas gestões.

Ainda no que se refere à continuidade da Associação, a pesquisa aborda a percepção das associadas sobre a contribuição da transparência das informações contábeis na trajetória da Associação. Segundo a fala da Associada ‘C’, reconhecer a realidade econômica e financeira da Associação é importante “[...] acho importante é a gente discutir e tem que passar isso, por que acho que se não passasse ela provavelmente não ‘tava’ hoje não. Por que você trabalha, você contribui, [...] o grupo todo tem que ter o conhecimento”.

O relato exposto acima pode ser percebido em números, visto que a grande maioria (11 entrevistadas) crê que conhecer a realidade financeira da Associação, através da transparência das informações contábeis, contribuiu para a continuidade da Associação, enquanto a Associada ‘H’ respondeu que não, mas afirma acreditar que a transparência interna das informações faz com que as associadas continuem as atividades comunitariamente.

Através da análise das falas e dos dados apresentados percebe-se que existe transparência das informações financeiras e contábeis da Associação, o que acaba por contribuir para um ambiente de confiança e para a percepção de honestidade dentre as associadas, o que vem a motivar a permanência das mulheres e a continuidade da Associação. Neste cenário, cabe salientar que segundo Leff (2006, p. 256-257), vai se construindo como parte dos fundamentos de uma racionalidade ambiental, entre outros, os direitos e o fortalecimento da capacidade das comunidades à autogestão

[...] de seus recursos ambientais para satisfazer suas necessidades e orientar suas aspirações a partir de diferentes

valores culturais, contextos ecológicos e condições econômicas [...] e a autodeterminação tecnológica dos povos, com a produção de tecnologias ecologicamente adequadas e culturalmente apropriáveis [...].

4.4.8. Instrumentos de Gestão, Condições de Vida e Conservação Ambiental Rural

A pesquisa avaliou se os instrumentos contábeis-financeiros de gestão podem constituir-se num instrumento para a melhoria das condições de vida das agricultoras e para a preservação ecológica de seus estabelecimentos, segundo a percepção das associadas. Por conseguinte, todas as integrantes da Associação ouvidas na pesquisa alegam que as informações econômicas e financeiras constituem-se em instrumentos geradores de melhoria nas condições de vida das associadas. Assim como, também, foram unânimes em afirmar que conhecer estes instrumentos de gestão pode contribuir com a prática da conservação ambiental em seus estabelecimentos rurais.

Logo, pode-se correlacionar que os instrumentos contábeis quando utilizados para a gestão dos estabelecimentos rurais das agricultoras familiares tendem a colaborar para a sustentabilidade desse empreendimento e para a qualidade de vida das famílias rurais, mas estas ferramentas não podem ser percebidas de forma isolada, pois de acordo com Arl (2008, p. 160) “[...] Para se falar de qualidade de vida e de sustentabilidade, outros aspectos são igualmente importantes, como o resgate e a valorização cultural, a conservação do meio ambiente e a inclusão e a igualdade social”. Uma vez que, segundo Leff (2001, p. 326)

[...] A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa.

Uma das fundadoras da Associação estabelece um elo entre os saberes vinculados às questões relacionadas à preservação ambiental com os conhecimentos inerentes às práticas de gestão adotadas pelas mulheres. Para esta entrevistada (Associada ‘B’) isto ocorre “porque quando a gente já vem ter

esse conhecimento [...] já vem junto com os outros. Que desde quando começou que o conhecimento ambiental aqui é quase ‘direto’”.

Esta afirmação retrata que as informações contábeis não são dissociadas das questões ecológicas e independente do porte do empreendimento ou da atividade produtiva a gestão não pode ser vista de forma isolada. Nota-se também, que as mulheres se apropriaram do conhecimento de tal forma que passam a perceber a amplitude e o impacto, tanto imediato quanto em longo prazo de cada decisão na qual estão inseridas, além dos reflexos destas decisões sobre as dimensões ambientais, sociais, econômicas.

Deste modo, é necessária a realização de uma análise através de um olhar interdisciplinar, pois percebe-se que é impossível para apenas uma ciência ou mesmo para uma área específica de estudo compreender, interligar e analisar os resultados oriundos da gestão das atividades produtivas que estabelecem conexão da prática da conservação ambiental com a melhoria das condições de vida humana. Segundo Lourenzani e Souza Filho (2005, p. 69) “[...] a qualificação técnica em gestão integrada da agricultura familiar, partindo de uma orientação multidisciplinar, é positiva, devendo ser aprofundada a sua compreensão”.

Para exemplificar uma das melhorias alcançadas através da opção por um sistema produtivo de base ecológica, tem-se o grande trabalho de manejo e de recuperação do solo que foi realizado para que a área, onde se localiza a sede da Associação, se tornasse produtiva. Neste sentido, a Associada ‘B’ explica que nesta área “Era tudo desmatado e já tá tudo [...]”. A expressão “já tá tudo” mencionado pela Associada ‘B’ significa que hoje está tudo recuperado, sendo este um resultado ambiental que foi obtido através de reflorestamento.

Assim sendo, a prática da conservação ambiental, passou a impactar diretamente as condições de vida das agricultoras, pois estas começaram a trabalhar de forma comunitária, na área da Associação, produzindo alimentos que hoje são consumidos pelas famílias das associadas e o excedente é comercializado no povoado local, o que gerou um aumento da renda das

mulheres e da segurança alimentar das famílias da localidade, conseqüentemente, contribuindo para a autonomia das associadas.

Logo, a experiência das mulheres da Associação corrobora com a afirmação de Santos e Barreto (2005, p. 33) de que a “[...] produção agroecológica vêm possibilitando às famílias agricultoras a melhoria da qualidade de vida e uma gestão mais autônoma e mais próspera de suas economias. Isso significa a reconstrução do prazer de ser gente mais alegre e satisfeita, com auto-estima elevada e plantando mais vida para um mundo melhor”.

É neste contexto, em que a agroecologia passa a comportar uma análise mais completa e interdisciplinar da realidade, na qual os agricultores familiares estão inseridos, permitindo também, que a academia demonstre a complexa gestão da realidade vivida pelas famílias camponesas, pois esta não é uma realidade contemplada na literatura existente na Ciência Contábil, por exemplo, onde em sua grande maioria, contempla-se estudos relacionados à visão hegemônica alicerçada na Economia de Mercado a qual tem a obtenção de lucro infinitamente crescente como meta a ser alcançada.

Para Paulo Freire (1983) é o momento para se debater interdisciplinarmente a capacitação técnica, tendo o homem como centro da discussão, desde que dentro do contexto de uma realidade cultural total. Diante deste contexto, Brandenburg (1999, p. 220-221) expõe que

[...] Sabe-se, porém que nos processos de avaliação de resultados como nos de gestão e planejamento da atividade agrícola os agricultores são herdeiros de um saber e de uma experiência de vida que se confunde com o próprio trabalho. Um trabalho que, conforme interpretamos, não constitui âmbito de domínio exclusivo da racionalidade econômica, mas que parece se submeter aos interesses pessoais, relacionados como o próprio sentido de seu projeto de vida.

4.5. CONCLUSÕES

Este trabalho procurou contribuir com os estudos sobre o emprego das ferramentas contábeis e financeiras de gestão aplicadas, de forma interdisciplinar, ao contexto das agricultoras familiares através do caso das integrantes da Associação de Mulheres ‘Resgatando Sua História’.

Inicialmente, verificou-se que além de todas as associadas

reconhecerem que a Associação contrata os serviços de um escritório de contabilidade, a maioria delas conhece os instrumentos contábeis e financeiros utilizados para a gestão da Associação. Constatou-se ainda que as gestoras controlam o fluxo dos recursos financeiros da Associação pelo regime de caixa, através de anotações em ordem cronológica, assim como a organização de documentos e comprovantes; e que as agricultoras associadas mantêm o controle dos insumos utilizados na produção, assim como da mão de obra empregada em cada atividade, além do estoque dos produtos acabados.

Assim, verificou-se que os instrumentos de controle e registros utilizados pela Associação atendem às necessidades documentais para a realização da escrituração contábil, de maneira a atender a legislação vigente e as normas do Conselho Federal de Contabilidade, mas percebe-se também que as agricultoras têm total autonomia da gestão das suas atividades, assim como, dos recursos financeiros movimentados na instituição.

Avaliou-se, ainda, que a forma da exposição da prestação de contas, que é realizada periodicamente, foi adaptada à realidade e às necessidades, sendo divulgada em uma linguagem acessível ao grupo de associadas, tendo como resultado a transparência das informações que atrelada à utilização de avaliações internas e ao modo de gestão participativa, acessível e transparente, adotado pelas administradoras da Associação influenciou positivamente para que as associadas dessem continuidade às atividades da Associação.

Observou-se também que os instrumentos contábeis-financeiros de gestão foram construídos (e apropriados) pelas associadas através da interação do conjunto de saberes tácitos e técnico-científicos, visto que foram utilizados diversos conhecimentos tradicionais associados com o saber formal. As mulheres percebem os demonstrativos financeiros como algo elaborado por elas, ou seja, interno ao empreendimento e disseminados pelas atuais coordenadoras da Associação, mas também pelas demais associadas, principalmente, durante as reuniões.

Deste modo, a maneira como vem sendo conduzida a propagação dos instrumentos de gestão se mostra eficiente, já que as associadas

compreendem e utilizam em suas atividades cotidianas diversas ferramentas de controle.

Avalia-se que as associadas se apropriaram das técnicas e dos conhecimentos adquiridos, visto que adequaram as ferramentas contábeis de gestão às necessidades de transparência e de controles internos nas atividades de gestão institucional, na comercialização, assim como, nas atividades produtivas agrícolas e não agrícolas.

Um fato marcante na pesquisa foi que as associadas afirmam que as informações econômicas e financeiras constituem-se em um dos instrumentos indutores da melhoria nas suas condições de vida e, também percebem que o fato de conhecer as ferramentas de gestão pode contribuir com a prática da conservação ambiental em seus estabelecimentos rurais. Portanto, a contabilidade não pode ser vista como algo inerte às questões ambientais e ao bem-estar dos usuários destas informações.

Apesar de uma avaliação positiva das experiências contábeis e de gestão percebidas, há outras peculiaridades que ainda podem ser incorporadas pelas associadas, como por exemplo, começar a trabalhar a contabilidade de custos, como mais uma ferramenta gerencial, pois através deste controle as mulheres poderiam conhecer e registrar distintamente as despesas e os custos de produção, verificar se ocorre algum desperdício nos processos produtivos, além de melhorar os dados para uma correta formação do preço de venda, o que mais a frente possibilitaria a comparabilidade da rentabilidade dos produtos agroecológicos com os produtos advindos da agricultura familiar, mas que ainda não seguem os preceitos da agroecologia, ambos comercializados pelas associadas.

Outro fato importante foi que apesar do baixo capital intelectual existente na região e da prática contábil não ser inerente às atividades cotidianas agrícolas, percebe-se que as agricultoras integrantes da Associação das Mulheres 'Resgatando Sua História', têm interesse em conhecer os dados econômicos e financeiros da instituição, pois estas tem a preocupação em divulgar, entre as associadas, as informações de natureza contábil. Nota-se então que esta Associação vem utilizando a transparência e difusão dessas

informações, mantendo um grau de confiança entre as associadas, o que contribui para a diminuição dos índices de insucessos.

Portanto, conclui-se assim, que os sistemas de gestão e a transparência das informações econômicas e financeiras tornam-se importantes ferramentas para a sustentabilidade dos estabelecimentos rurais. Assim, torna-se importante que os agricultores adicionem à sua lógica reprodutiva as informações contábeis, para que através da utilização destes dados os agricultores-gestores venham a tomar decisões no intuito de salvaguardar a continuidade social, cultural, ambiental, produtiva e econômica dos estabelecimentos rurais, bem como, dos empreendimentos econômicos solidários rurais. Mas, para que isto ocorra é importante que a Ciência Contábil apresente soluções apropriadas à realidade destes usuários da contabilidade.

4.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. G. de *et al.* Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, v. 5, n. 4, p. 18-22, dez/2008

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4 ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CADIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 155-168.

BARBOSA, L. C. B. G. *A Pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio Cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 3 ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012, p.

711-734.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar*. ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

CARVALHO, I. S. H. de. Superando a pobreza rural a partir das riquezas nativas: a experiência da Cooperativa Grande Sertão. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, v. 5, n. 4, p. 29-33, dez/2008.

CREPALDI, S. A. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisória*. 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). *Terceiro Setor: dilemas e polêmicas*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Bahia análise & Dados*, SEI, nº1, p. 9-19, junho 2002.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. Van. *Teoria da contabilidade*. 1 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>. Acesso em: 07 de novembro de 2013.

_____. *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LONGENECKER, J. G. *et al.* *Administração de pequenas empresas*. São

Paulo: Cengage Learning, 2011.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 67-94.

MALUF, R. S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: LUIZ, R. J. M.; COSTA, F. de C. (Orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 10ª Ed. Rev. Atualiz. e Mod. Ed. Atlas, São Paulo 2003

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de Gestão na Produção Rural. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 3 ed. 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012, p. 629-664.

OLIVEIRA, N. C. de. *Contabilidade do Agronegócio: teoria e prática*. 2 ed. rev e atual. Curitiba: Juruá, 2011.

PADOVEZE, C. L. *Contabilidade gerencial: enfoque em sistema de informação contábil*, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROESLER, D. A. *Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná*. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2009.

SANTOS, A. C. dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.2, n.3, p. 07-11, out/2005.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. *Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos Gerais e prestação de contas*. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. *Administração de Custos na Agropecuária*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, J. A. dos; BARRETO, R. *Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura*. *Revista Agriculturas:*

experiências em agroecologia, v.2, n.3, p. 31-33, out/2005.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU Nueva Época*, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>>. Acessado em 20/01/16.

WEID, J. M. V. der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.3, n.1, p. 18-20, abr/2006.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de atender aos objetivos propostos pela pesquisa, primeiramente, foi necessário observar o perfil das associadas, assim como identificar o motivo que levou a organização social das mulheres rurais do povoado de Lagoa da Volta, localizado no município de Porto da Folha, no Alto Sertão de Sergipe.

Assim, pode-se observar que a mobilização das mulheres foi incentivada pelo Centro de Assessoria e Serviço aos/as Trabalhadores/as da Terra - Dom José Brandão de Castro - CDJBC, esta ONG promoveu encontros e cursos de qualificação para as mulheres, desde 2003, contribuindo para a formalização da Associação em 2007. Desde a sua fundação, a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' atua no ramo da agricultura familiar sob os preceitos da agroecologia, e detêm como uma importante característica a inclusão e o fortalecimento das questões de gênero.

As associadas possuem diversas faixas etárias e diferentes trajetórias de vida, mas a grande maioria é agricultora familiar casada, assim cada associada gerencia o seu estabelecimento de acordo com o seu modo de vida. Pode-se destacar como características importantes para o fortalecimento da instituição a escolaridade das entrevistadas, a família deter a posse da terra, a origem rural das mulheres, assim como a percepção do sentimento de

pertencimento ao ambiente rural do semiárido nordestino.

Verifica-se assim, que as associadas desenvolvem atividades de militância nos movimentos agroecológicos, feministas e relacionados com a segurança alimentar e nutricional. Logo, a opção pela agroecologia acaba por fortalecer a questão de gênero ao tempo em que as agricultoras passam a protagonizar a gestão dos recursos econômicos, sociais e ecológicos existentes na localidade de forma emancipadora, atuando de maneira dinâmica e participativa no território.

A opção em integrar uma organização coletiva proporcionou às mulheres agregar conhecimentos de diversas áreas, construindo um capital intelectual diferenciado das associadas, levando a uma atuação mais dinâmica tanto na participação política e social na localidade, quanto na autonomia produtiva e financeira das agricultoras induzindo ao seu empoderamento.

Ressalta-se que os dados desta pesquisa foram analisados de modo interdisciplinar, assim, foi observado o contexto em que estão inseridas as autoras e atoras sociais, levando em consideração não apenas um olhar unilateral dos aspectos produtivos, ecológicos, financeiros, econômicos ou sociais, mas principalmente através de um olhar sob o enfoque sociológico.

Para atender ao objetivo de caracterizar as atividades produtivas agrícolas e não agrícolas desenvolvidas de modo coletivo pelas mulheres nas áreas da Associação, é importante evidenciar que o trabalho não trata exclusivamente da produção e comercialização de produtos agroecológicos. A Associação é composta em sua grande maioria por agricultoras familiares que têm a produção baseada em práticas agroecológicas, que detêm, principalmente, experiência de convivência com o semiárido nordestino.

Sendo assim, dentre as atividades produtivas agrícolas, pode-se observar que os cultivos que geram renda monetária para as associadas são os canteiros de Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos), os grãos (principalmente o feijão verde) e o Mel. Enquanto os produtos que contribuem para o incremento da renda não monetária para a Associação e para as agricultoras são o cultivo de flores, a produção de sementes tanto para o consumo humano como para a adubação verde, a produção de frutas e **de**

plantas medicinais.

Assinala-se como atividade produtiva não agrícola geradora de renda monetária a agroindustrialização de alimentos, sendo produzidos atualmente sete produtos, onde destaca-se a produção e comercialização das balas de banana. Porém, há produção não agrícola que fomenta a geração de renda não monetária, tais como a produção de insumos (humos e fertilizantes), as trocas de serviços por meio de trabalho comunitário, os serviços ambientais, o biocombustível, o ecofogão (energia alternativa) e o desenvolvimento de cursos e projetos. Sendo que outras atividades também são desempenhadas tanto na Associação como na propriedade das associadas, mas que não geram renda atualmente, como os intercâmbios, o turismo pedagógico e o turismo rural.

Ainda, no que se refere às atividades não agrícolas desenvolvidas pelas associadas, percebe-se a comercialização da produção, a gestão da Associação, assim como a representação da instituição nos encontros e junto aos órgãos políticos e organizações sociais.

Verificou-se que na Associação ou nos estabelecimentos das associadas, não há dependência de insumos externos se considerarmos a rede de relações internas à Associação, exceto no que se refere à aquisição de algumas sementes ou mudas, por algumas das agricultoras. Ainda, sobre o modelo produtivo adotado na propriedade das associadas, verificou-se que a maioria das entrevistadas utiliza apenas mão de obra familiar. Constatou-se assim, que os produtos não agrícolas geram economia e redução dos custos de produção, assim como garantem a oferta dos produtos agrícolas.

Pode-se destacar que as associadas detêm como prioridade a segurança alimentar e nutricional das famílias, sendo que o excedente da produção é comercializado no povoado ou através de encomendas, pelos mesmos preços dos produtos convencionais praticados no mercado local. Observa-se assim que as associadas detêm outros objetivos, que não a visão exclusiva de obtenção de lucro.

Assim, pode-se considerar que os pressupostos da economia solidária são elementos chaves para a reprodução socioeconômica dos agricultores e agricultoras agroecológicos. Portanto, as responsabilidades social e ecológica

são percebidas como tão importantes quanto os retornos econômicos que podem ser gerados, sendo considerados elementos estruturantes do sistema agroecológico e da economia solidária.

Portanto, verifica-se que as associadas manejam as diversas atividades oriundas do sistema sociorreprodutivo adotado, tanto na Associação como em seus estabelecimentos rurais, levando em consideração os preceitos da agroecologia e os seus modos e estilos de vida.

Diante deste cenário, observa-se que as mulheres da Associação são as atoras sociais no manejo das atividades produtivas e reprodutivas (agrícolas e não agrícolas), participando na composição da renda (monetária e não monetária) das famílias rurais, o que tem contribuído para o desempenho de um novo papel familiar, assim como da segurança alimentar e nutricional, mas também para a afirmação dessas mulheres como protagonistas na gestão de seus modos de vida.

Além disso, observa-se que o sistema produtivo agroecológico constitui-se numa alternativa para a melhoria das condições de vida das mulheres agricultoras integrantes da Associação, pois este sistema vem contribuindo com a gestão da água, com a preservação da fertilidade do solo e com o aumento da diversidade de espécies, respeitando as peculiaridades edafoclimáticas da localidade, assim como o reflorestamento de algumas áreas e a preservação da vegetação nativa. Logo, este sistema possibilita a produção agrícola de forma mais sustentável a medida que este se adequa às restrições ecológicas da região.

Assim, percebe-se que estes fatores são determinantes para a sobrevivência das famílias rurais do Sertão sergipano, ao tempo em que oportunizam a inclusão sociorreprodutiva dos agricultores e agricultoras. Do mesmo modo como as associadas percebem que o sistema produtivo coopera com a convivência das famílias rurais com o semiárido, percebem também, que prontamente favorece que permaneçam no ambiente rural.

Além disso, a pesquisa constatou o elevado grau de satisfação das associadas, assim como o anseio das entrevistadas para que os jovens continuem tanto as atividades dos estabelecimentos rurais quanto as atividades

da Associação.

Com o objetivo de verificar a utilização de instrumentos contábeis e financeiros empregados pelas mulheres nas atividades de gestão da Associação, esta pesquisa procurou observar, através de um olhar interdisciplinar, as múltiplas atividades oriundas da gestão do sistema produtivo agroecológico inserido no cotidiano das agricultoras familiares no âmbito da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'.

Constatou-se então que as associadas adotam diversas ferramentas de controle que são utilizadas para controlar a produção, os insumos produtivos, a mão de obra e o estoque de produtos, assim como são empregadas na organização de documentos, no controle financeiro e para a prestação de contas das atividades da Associação.

Avalia-se que os registros e controles utilizados pelas agricultoras contribuem significativamente para a transparência das informações contábeis da instituição.

Outro ponto relevante observado foi o domínio e a autonomia das agricultoras para adequarem os dados econômicos e financeiros, relativos ao patrimônio da entidade, às necessidades eminentes do cotidiano rural adaptando à uma linguagem acessível às associadas, permitindo a transparência e a compreensão das informações, assim como a utilização desses demonstrativos para tomada de decisões acerca do empreendimento.

Verificou-se a adoção de uma gestão participativa e clara, inclusive com a realização de avaliações internas, que influenciaram positivamente para a continuidade da Associação até o presente momento.

Constatou-se que as ferramentas contábeis e financeiras de gestão foram construídas por meio do intercâmbio entre os saberes tácitos e técnico-científicos, pois foram empregados diversos conhecimentos tradicionais, advindos das experiências das agricultoras associadas, assim como o conhecimento formal adquirido pelas fundadoras da Associação através de um curso de contabilidade. Destaca-se ainda, que todas as associadas percebem os demonstrativos financeiros como algo interno à Associação, construído pela competência das mulheres.

No que se refere à percepção das associadas sobre como se dá a disseminação dos conhecimentos a respeito dos instrumentos de gestão, a maioria delas observa que estes são difundidos pelas atuais coordenadoras, mas também através das integrantes do grupo de mulheres associadas.

Constatou-se que as associadas se apropriaram dos conhecimentos de gestão, visto que as agricultoras compreendem e utilizam diversas ferramentas de controle em suas atividades diárias, mas as associadas vão além, e acabaram por adequar as ferramentas contábeis de gestão aos controles internos necessários às atividades de comercialização, de gestão da Associação, assim como às atividades produtivas rurais.

Avalia-se então que a maneira como está sendo conduzida a construção, a propagação e a utilização dos instrumentos de gestão se mostra eficiente, visto que as associadas se apropriaram do conhecimento concernente às ferramentas contábeis e financeiras empregadas na gestão da Associação.

A pesquisa demonstra que todas as associadas ouvidas afirmam que as informações econômicas e financeiras constituem-se numa ferramenta para a melhoria das condições de vida das agricultoras e que elas também percebem que o fato de conhecerem os instrumentos de gestão contribui com a conservação ecológica de seus estabelecimentos.

Neste sentido, faz-se uma avaliação positiva das experiências contábeis aplicadas à gestão no âmbito da agroecologia e do associativismo no rural. Entretanto, existem algumas associadas que não se interessam pelos assuntos referentes à gestão do empreendimento, há também mulheres que não têm disponibilidade de tempo para se dedicar às atividades de gestão e representatividade da instituição.

Apesar dos diversos desafios enfrentados por este grupo de mulheres, tais como a invisibilidade social, a realidade de desigualdade de gênero da região do rural no nordeste brasileiro, as dificuldades de produção no semiárido (baixa fertilidade do solo e escassez de água), o baixo capital intelectual da localidade aliado aos péssimos índices econômicos e sociais deste território, o estudo acerca das experiências da Associação aponta ainda algumas

fragilidades demonstradas pelas associadas, como a constatação de que a escritura da área da sede não encontrar-se ainda em nome da Associação, tal fato já impossibilitou a aceitação da participação da Associação em projetos.

Ou ainda a pouca disponibilidade entre as associadas para uma maior dedicação, principalmente às atividades de gestão e viagens para a representação da Associação, o que as leva a vislumbrarem a possibilidade da inserção de jovens (homens e mulheres) na organização. O que acabaria alterando uma das principais características, pois deixaria de ser uma associação de mulheres, este fato poderia levar, ainda, a alguns conflitos de gerações. Mas por outro lado, os jovens tendem a agregar outras atividades e dar continuidade ao trabalho das associadas.

Notou-se ainda que algumas associadas, mais recentes na entidade, demandam pelo conhecimento formal sobre contabilidade. Assim, seria importante que houvesse por parte da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' a organização de capacitações técnicas, para a disseminação de conhecimentos científicos e de acompanhamento técnico para que as associadas, que detivessem interesse no assunto, pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos.

Percebe-se, ainda, que as agricultoras familiares poderiam se empenhar em diminuir os fatores de dependência dos insumos externos na atividade de agroindustrialização de alimentos, principalmente no que se refere à produção das balas de bananas recheadas com leite condensado. Assim, seria importante que houvesse, inclusive, um estudo da contabilidade de custos e da formação do preço de venda, adequando os dados para uma comparabilidade do incremento da rentabilidade, caso este produto viesse a ser ofertado de acordo com os preceitos da agroecologia.

Verificou-se que não foram relatados percentuais de trocas de bens ou serviços, agrícolas e não agrícolas, com entes externos à Associação, pois esta prática poderia vir a reduzir a vulnerabilidade das agricultoras perante os fatores externos, melhorando a autonomia socioeconômica das associadas.

Conclui-se assim, que apesar das dificuldades impostas pela interdisciplinaridade, como uma ampla e diferenciada base teórica o que

consequentemente demanda uma maior disponibilidade de tempo para pesquisa assim como para as reflexões, esta possibilita um entendimento e uma análise mais abrangente acerca da realidade pesquisada, visto que este processo contribuiu para uma melhor compreensão do mundo rural, igualmente das peculiaridades locais inerentes ao estudo do caso proposto.

Deste modo, podemos concluir que a mobilização coletiva das mulheres para formalizarem a Associação pode ser considerada uma estratégia de inclusão socioprodutiva, visto que além de se unirem em prol da superação das relações de gênero, a Associação se tornou um elemento chave para a articulação entre os processos sociais e produtivos, assim como fortalece a agricultura familiar local à medida que este empreendimento se coloca como mediador entre os saberes tradicionais das mulheres rurais e incentiva a formação de conhecimentos técnicos e científicos a serem adaptados e aplicados no Território do Alto Sertão Sergipano, ao tempo em que não se pode deixar de perceber o crescimento pessoal das associadas por terem construído um espaço onde as mulheres estão engajadas em atividades consideradas úteis por elas, o que proporcionou ainda um aumento da autoestima das associadas.

Foi através da busca pela emancipação que este grupo de mulheres veio ter contato com a contabilidade e com outras práticas de gestão necessárias à continuidade do empreendimento e, através da Associação estas agricultoras passaram a se inserirem nos movimentos agroecológicos e a se reconhecerem como atoras e autoras sociais desse sistema.

O sistema agroecológico prioriza as formas de convivência com o semiárido, apresentando-se como uma alternativa para a produção de alimentos, além de apreciar os saberes tradicionais e o modo de vida das famílias rurais, a valorização da biodiversidade local, da identidade cultural, política, social e produtiva. Logo, percebe-se que a agroecologia pode constituir-se numa estratégia de sobrevivência para as famílias rurais sertanejas.

Percebe-se ainda as associadas como protagonistas no manejo de um sistema socioprodutivo complexo, que demanda por um modo de gerir os

recursos naturais e humanos a partir das particularidades ecológicas e financeiras existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno. Assim, as diversas atividades desenvolvidas na Associação colaboram com a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais ao tempo que favorece a convivência com o semiárido.

Diante deste contexto, constata-se que são necessários diversos instrumentos de controle para gerir este complexo sistema, logo os sistemas de gestão e a transparência das informações econômicas e financeiras tornam-se importantes ferramentas para a continuidade, assim como para a sustentabilidade tanto das organizações quanto dos estabelecimentos rurais.

Um processo de gestão eficiente permite aos agricultores-gestores o manejo de sistemas de produção mais condizentes com as particularidades existentes no agroecossistema no qual está inserido. Deste modo, percebe-se que a contabilidade não pode ser indiferente aos processos sociais, ecológicos, econômicos e produtivos inerentes ao contexto da agricultura familiar e aos empreendimentos econômicos solidários, assim como ao bem estar dos usuários das informações acerca do patrimônio das entidades.

Mas, é notório que os usuários da informação contábil, a exemplo dos feitos das agricultoras associadas, podem criar e/ou adequar mecanismos de registros apropriados às necessidades de controle inerente às suas atividades, desde que as informações sejam úteis aos agricultores-gestores para a tomada de decisões, mas também proporcionem transparência dos dados econômicos e financeiros.

Conclui-se então que a opção das associadas em administrar as múltiplas atividades desempenhadas no âmbito da agroecologia, conciliada com o associativismo deste grupo de mulheres rurais, acabou por impulsionar que as associadas exerçam o papel de protagonistas no cumprimento da gestão deste complexo sistema, para isto as mulheres se apropriaram tanto das ferramentas produtivas como dos instrumentos econômicos e financeiros utilizados para a gestão, valendo-se tanto de conhecimentos tradicionais quanto de conhecimentos técnico-científicos.

A constatação destes fatos leva à conclusão de que o conhecimento e a

aplicação de técnicas administrativas contribuem não só para a transparência das informações patrimoniais, mas também para a melhoria das condições de vida das agricultoras familiares. Sendo que a gestão conjunta dos fatores produtivos e administrativos, no âmbito da agroecologia e do associativismo, acaba por promover a diminuição das desigualdades de gênero através do reconhecimento social das associadas na produção agrícola e não agrícola, na liderança política e na participação econômica na renda monetária e não monetária da família, além de contribuírem para a preservação ecológica da caatinga e para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da localidade, acontecimentos estes que acabam por gerar maior autonomia e o empoderamento das associadas.

Acredita-se que as abordagens deste estudo possam vir a contribuir para a compreensão de outras realidades, assim como podem servir de parâmetro para futuras comparações, ou ainda para a continuidade ou aprofundamento de aspectos relacionados às diversas áreas deste estudo.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, S. G. de *et al.* Caminhos da inclusão social no Agreste da Paraíba. **Revista Agriculturas**: Experiências em Agroecologia, v. 5, n. 4, p. 18-22, dez/2008

ALMEIDA, S. G. de. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3, out. 2005, p. 04-06.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANJOS, Flávio do Sacco dos; CALDAS, Nádia Velledas. Pluratividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 189-219.

ARL, V. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-

evolução humana na natureza. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CADIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 155-168.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). Portal da ASA Brasil, 2014. Disponível em:

<http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105>

acessado em 12.05.2014.

BAGNASCO, A. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora da Unesp; Edusp, 2001, p. 349-364.

BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL.

BARBOSA, L. C. B. G. **A Pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio Cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. 6. reimpr. São Paulo: Ed Atlas, 2012, p. 711-734.

BORGES, J.R.P. Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais e conflitos ambientais na Estação Ecológica Raso da Catarina (BA). In **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas**, 2012, Teresina-PI.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In

BUTTO, A; DANTAS, I. (orgs). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.11- 34.

CALIXTO JÚNIOR, João Tavares. **Análise estrutural de duas fitofisionomias de caatinga em diferentes estados de conservação no semiárido pernambucano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

CARDOSO, M.; VICENTIM, F.. Porto da Folha (SE) - Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: Resgate da história no sertão sergipano. In BRASÍLIA: Governo Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável**. Brasília, 2014. p. 265 - 273.

CARVALHO, I. S. H. de. Superando a pobreza rural a partir das riquezas nativas: a experiência da Cooperativa Grande Sertão. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 5, n. 4, p. 29-33, dez/2008.

CARVALHO, L. D.. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In **Educação para a Convivência com o Semi-Árido Árido**: Reflexões Teórico-Práticas. Juazeiro/Ba: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, Selo Editorial – RESAB, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgesa.uneb.br/arquivos/AELC.pdf>>. Acessado em 21 de junho de 2015.

_____. **Natureza, território e convivência**: novas territorialidades no semiárido brasileiro. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, P. P. . A convivência com o semiárido como estratégia para o combate à desertificação: uma experiência no Sertão do Araripe. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v 9, n 3, dez./2012, p. 17-22.

CORNWALL, A. Apresentação: Trilhas do Empoderamento de Mulheres. **Revista Feminismos**, Salvador, v.01, n.02, p. 01-08, Mai. - Ago. 2013.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. **Revista Feminismos**, Salvador,

v.01, n.01, p. 1-22, Jan. - Abr. 2013.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisorial. 7 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIA, J. H. de; FARIA, J. R. Poder e controle em organizações solidárias. In: PIMENTA, S. M., SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Orgs.). **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 86-116.

FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). A Produção do Viver: ensaios de economista feminista. São Paulo: SOF, 104p. (**Coleção Cadernos Sempre Viva**. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7), 2003.

FRANÇA FILHO, G. C de. Terceiro setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia análise & Dados**, SEI, nº1, p. 9-19, junho 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Teraa, 1983.

GAIGER, L.I.(org). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

GOVEIA, B. S. S.; SODRÉ, M. L. S.; DOURADO, A. M.. A prática agroecológica no bioma caatinga: uma experiência no alto sertão Sergipano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, dez 2011, p. 1-6.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1. mai./1997, p. 43-81.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001, p. 35-45.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; OTTMANN, Graciela; MOLINA, Manuel González. Los Marcos Conceptuales de la Agroecologia. In FIGUEREDO, A. B.; LIMA, J. R. T. (orgs.). **Agroecologia**: conceitos e experiências. – Recife: Bagaço, 2006, p. 101-157.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. Van. **Teoria da contabilidade**. 1 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

HENN, I. A.. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280560&search=sergipe|porto-da-folha>>. Acesso em: 07 de novembro de 2013.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**: Para o nível de graduação. 3ª ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

JALFIM, F. *et al.* Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas**: Experiências em Agroecologia, v 5,n 2, jun./2008, p. 23-25.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.51 no.1 Brasília Jan./Mar. 2013, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000100006&script=sci_arttext#back5>. Acessado em 28/01/2016

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LONGENECKER, J. G. *et al.* **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p.

67-94.

MALUF, R. S. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento. In LEITE, S.; SABAATO, A. (orgs.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 147-170.

MALUF, R. S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, R. J. M.; COSTA, F. C. (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10ª Ed. Rev. Atualiz. e Mod. Ed. Atlas, São Paulo 2003

MAZALLA Neto, W. **Agroecologia e movimentos sociais**: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2014.

MELO, A.. A ação local dos cidadãos como forma de residência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 437-472.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias**: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico. 2007. Dissertação (Programa de Pós- Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE) Rio de Janeiro.

MOREIRA NETO, M. **Outro Sertão**: fronteiras da convivência com o Semiárido. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

NADU, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M.C. Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS III, 2013, Belo Horizonte. **Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2013. DIGITAL.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de Gestão na Produção Rural. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. 6 reimpr. São Paulo Ed Atlas, 2012, p. 629-664.

OLIVEIRA, N. C. de. **Contabilidade do Agronegócio**: teoria e prática. 2 ed.

rev e atual. Curitiba: Juruá, 2011.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: enfoque em sistema de informação contábil, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAIVA JUNIOR, F. G. Empreendedorismo e Competências do gestor no Agronegócio. In CALLADO, A. A. C. (Org). **Agronegócio**. 2 ed. 2 reimp. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

PEREZ-MARIN, A. M.; SANTOS, A. P. S. (coords.). **O semiárido brasileiro**: riquezas, diversidades e saberes. Campina Grande: INSA/MCTI, 2014.

ROESLER, D. A. **Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental**: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná. Tese de Doutorado. Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2009.

SANTOS, A. C. dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3, p. 07-11, out/2005.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**: Aspectos Gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, A.; GOIS, M. N. O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial. In **XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4 a 8 de octubre 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>>.

Acessado em 21 de junho de 2015.

SANTOS, A. ; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. S. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**: Aspectos Gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de Custos na Agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, J. A. dos; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, p. 31-33, out/2005.

SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P; AQUINO, de S. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74.

SARDENBERG, C. M. B. Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.17, n.32, p.65-84, 2012.

SCHAAF, A. V. **Jeito de Mulher Rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2013.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres agricultoras**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. 2013. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.18, n. 2, p. 12-32. 2011.

SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras e a Construção dos Movimentos Agroecológicos no Brasil. In NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 329-343.

SILVA, V. R.; SILVA, M. M.; PEREIRA, M. C. B. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 35, p. 349-366, dez. 2015. DOI:

10.5380/dma.v35i0.40504

SURITA, R. Alimentando a Cidadania. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.1, n.0, set. 2004, p. 08-10.

TEDESCO, J.C. (Org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In **Revista Estudos Avançados**. v.15, n.43, São Paulo, 2001, p. 101-119.

VEIGA, J.E.; EHLERS, E. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In. MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (orgs). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 271-290.

VIANA SILVA, C. M.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 2, p. 387-400, abr/jun 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, nº 5, Revista. Noviembre, 2010. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/es/document/view/12983661/alasru-nueva-epoca-no-5-revista-noviembre-2010>>. Acessado em 20/01/16.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45.

WEID, J. M. V. der. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.3, n.1, p. 18-20, abr/2006.

ANEXO

ANEXO A: Fotos

Comercialização: estabelecimento da Associada 'B'



Fonte: Vice Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015).

Produção agrícola na propriedade da Associada 'A'

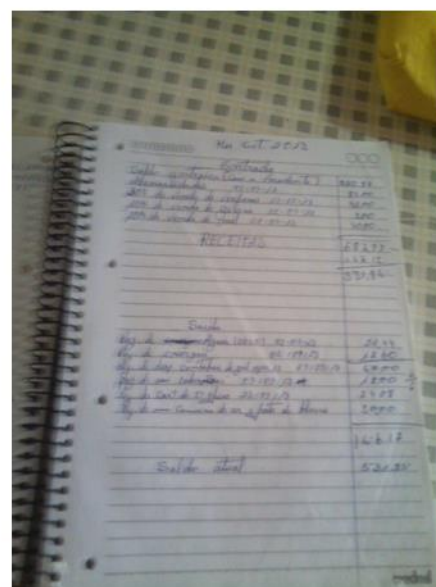


Fonte: Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015)

Controles realizados pelas associadas

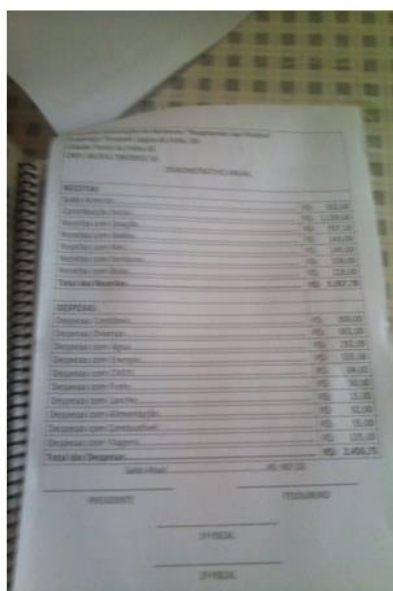


Fonte: Vice Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015).



Fonte: Vice Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015).

Relatórios elaborados pelo profissional contábil



Fonte: Vice Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015).

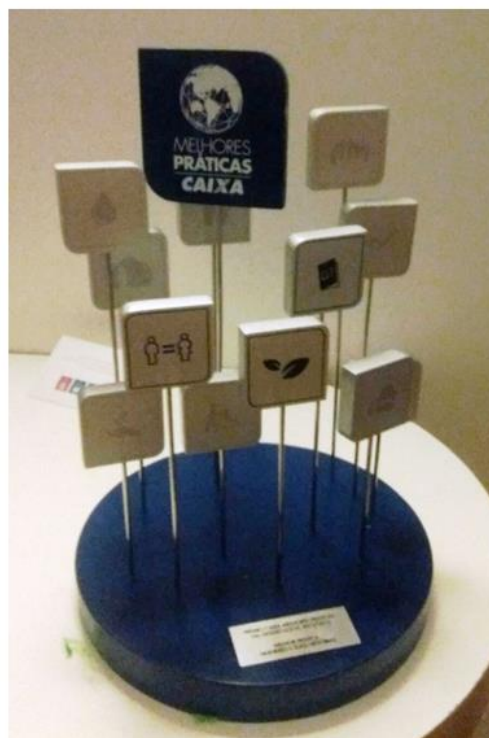


Fonte: Vice Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015).

Prêmio Melhores Práticas, Caixa Econômica Federal, 2015



Fonte: Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015)



Fonte: Coordenadora da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' (2015)

APÊNDICES

APÊNCICE A: Fotos

PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMUNITÁRIA NAS ÁREAS DA ASSOCIAÇÃO

Sede da Associação



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Área de Apicultura



Foto de Tatiana F. B. Brandão (2013).

Área de produção



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

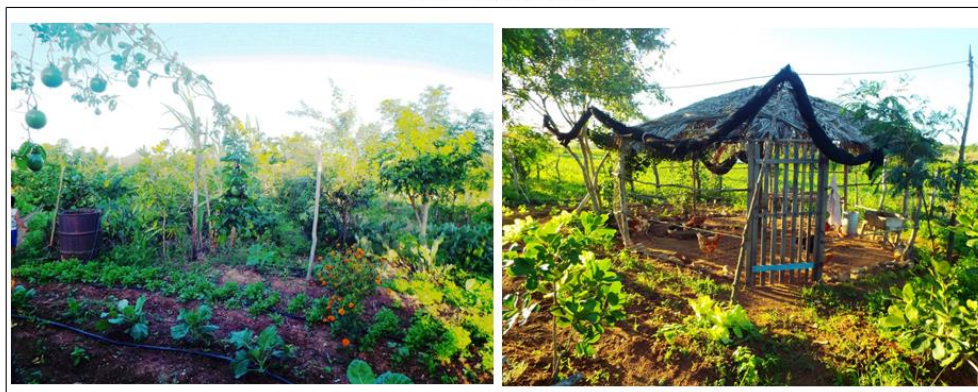
PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS ESTABELECIMENTOS DAS ASSOCIADAS

Quintal Produtivo



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Estabelecimento Rural



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Cisternas



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Cultivo de Palma



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Cerca Verde e Sombrite



Foto de Tatiana F. B. Brandão (2013).

PRODUÇÃO NÃO AGRÍCOLA

Estufa



Foto de Tatiana F. B. Brandão (2013)

Minhocário



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Biodigestor



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS



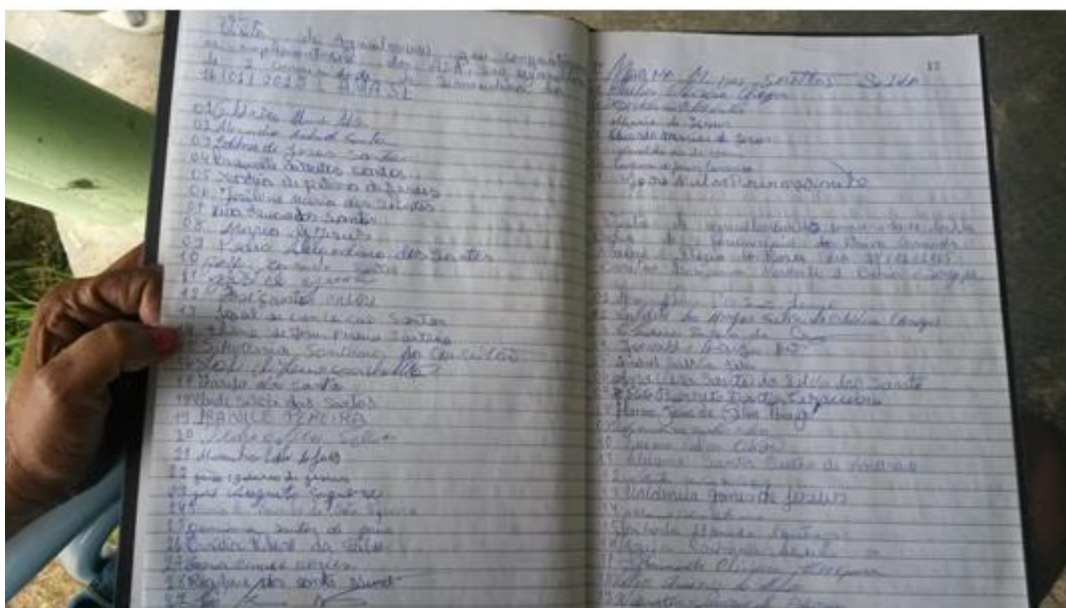
Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).



Foto de Tatiana F. B. Brandão (2013)

REGISTRO DAS ASSOCIADAS



Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

PRÊMIO MULHERES RURAIS QUE PRODUZEM O BRASIL SUSTENTÁVEL

Fotos de Tatiana F. B. Brandão (2015).

APÊNCICE B: Roteiro das entrevistas realizadas com as Associadas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Perfil da Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'

1. Denominação da associação: _____
2. Endereço: _____
3. Em que ramo a associação atua _____
4. Há quantos anos que a associação atua nesse ramo? _____
5. Área da Associação: Sede _____ Campo: _____
6. Quantidade de agricultoras associadas? _____
7. Quantidade de funcionários na associação? _____, se houver, qual a média salarial dos funcionários? _____

Perfil da Associada

1. Qual seu nome? _____ 2. Data de nascimento: ____ / ____ / ____.
3. Nome da Propriedade: _____
4. Município? _____ 5. Área Total: _____
6. Qual seu Estado Civil? () Casada () Solteira () Viúva () Divorciada () Outro
7. Tem filhos? _____ Caso tenha, quantos? _____ 8. Quantas pessoas moram na casa? _____
8. A Sra., se autodenomina como?
 - () Agricultora Agroecológica () Agricultora Familiar () Trabalhadora Rural
 - () Produtora Rural () Empresária Agrícola () Outro: _____
9. Qual a origem da família: () rural () urbana
10. Propriedade é: () arrendada () pertence a agricultora
 - () pertence ao marido () pertence ao pai
11. Cargo da entrevistada na associação:
 - () diretora _____ () associada () outro _____
12. Nível de escolaridade da entrevistada:
 - () fundamental incompleto () fundamental completo () ensino médio incompleto
 - () ensino médio completo () superior incompleto () superior completo
 - () pós graduação () outros _____

Trajetória de vida na Associação.

1. Quando a senhora começou a participar da associação? _____.
2. Quais os motivos que a levaram a ser uma associada?

-
-
3. Porque criar ou participar de uma associação só de mulheres?

-
-
4. O que a Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' representa para a senhora?

-
-
5. Qual a importância e o que modificou na sua vida ou na vida da sua família após estar associada à Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História'?

-
-
6. Quais as atividades da associação que mais gosta?

-
-
7. A senhora acredita que conhecer a realidade financeira da Associação (transparência das informações contábeis) contribui para a continuidade da Associação? () sim () não.
Por quê? _____

-
-
8. Qual seu grau de satisfação com a Associação?

-
-
9. E com a gestão da Associação?
-
-

Instrumentos de gestão contábil-financeira adotados pela Associação de Mulheres 'Resgatando Sua História' e pelas agricultoras, segundo a percepção da entrevistada.

10. A associação utiliza serviços contábeis (seja de técnico contábil ou contador)?

() Sim () Não

11. O(a) contabilista apresenta o balanço patrimonial ou algum outro demonstrativo contábil?

() sim () não. Caso a resposta seja sim, qual a periodicidade?

21. Quais as principais dificuldades encontradas pela associação, na gestão da entidade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Carga tributária elevada | <input type="checkbox"/> Falta de capital de giro |
| <input type="checkbox"/> Problemas financeiros | <input type="checkbox"/> Falta de clientes |
| <input type="checkbox"/> Concorrência muito forte | <input type="checkbox"/> Maus pagadores |
| <input type="checkbox"/> Falta de conhecimentos gerenciais | <input type="checkbox"/> Falta de crédito bancário |
| <input type="checkbox"/> Recessão econômica no país | <input type="checkbox"/> Local inadequado para comercialização |
| <input type="checkbox"/> Desconhecimento do mercado | <input type="checkbox"/> Falta de mão-de-obra |
| <input type="checkbox"/> Falta de assessoria técnica | <input type="checkbox"/> Falta conhecimentos administrativos |
| <input type="checkbox"/> Instalações inadequadas | <input type="checkbox"/> Problemas com fiscalização |
| <input type="checkbox"/> Problemas com a vigilância sanitária | <input type="checkbox"/> outros_____ |

22. A quem a diretoria recorre quando precisa de auxílio para conduzir a associação?

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> aconselhamento com pessoas que entendem do ramo de negócios |
| <input type="checkbox"/> a um consultor <input type="checkbox"/> ao contador <input type="checkbox"/> a um agrônomo |
| <input type="checkbox"/> a Embrapa <input type="checkbox"/> a Emater <input type="checkbox"/> a Universidade |
| <input type="checkbox"/> a um financiamento (longo prazo) <input type="checkbox"/> a um empréstimo a curto prazo |
| <input type="checkbox"/> a ONG _____ <input type="checkbox"/> outros _____ |

23. Algum usuário externo já solicitou os demonstrativos financeiros da associação?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não. Caso a resposta seja sim, quem o fez? |
| <input type="checkbox"/> fornecedores | <input type="checkbox"/> clientes <input type="checkbox"/> bancos |
| <input type="checkbox"/> fiscal do trabalho | <input type="checkbox"/> fiscal da receita estadual <input type="checkbox"/> outros_____ |

24. A associação possui controle do estoque? Caso afirmativo, passe para a próxima questão.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não. Caso a resposta seja sim, há o controle de que? |
| <input type="checkbox"/> sementes | <input type="checkbox"/> insumos <input type="checkbox"/> produtos em elaboração |
| <input type="checkbox"/> produção, agro industrializada, pronta para venda | |
| <input type="checkbox"/> produtos <i>in natura</i> ou beneficiados, prontos para comercialização | <input type="checkbox"/> outros_____ |

25. O controle de estoque é realizado através de banco de dados? sim não

Atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas e lógica de reprodução da família rural, na percepção da entrevistada.

26. Produção Agrícola:

Classificação	A Sr ^a produz quantos tipos de produtos que se encaixam nesta categoria?	Quantos % da produção é trocada por outros bens e/ou consumidas pela Sr ^a e por sua família. Especifique por categoria.		Onde Comercializa? (Feira, Loja, Sacolas, na propriedade, CSA, PAA, PNAE etc.)	Qual é a frequência? (diária, semanal, quinzenal, etc)
		Troca	Autoconsumo		
Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos, tomate, cebola, etc.)					
Frutas					
Grãos					
Plantas Medicinais					
Sementes					
Flores					
Mel					
Produtos de origem animal					

27. Qual a participação da produção agrícola na renda monetária familiar total?

- 100% 90% 80% 70% 60% 50% 40%
 30% 20% 10% 5%

28. Qual a contribuição da produção agrícola com a alimentação da familiar (renda não monetária)?

- 100% 90% 80% 70% 60% 50% 40%
 30% 20% 10% 5%

29. Produtos Não Agrícolas:

Classificação	A Sr ^a produz quantos tipos de produtos que se encaixam nesta categoria?	Quantos % da produção é trocada por outros bens e/ou consumidas pela Sr ^a e por sua família. Especifique por categoria.		Onde Comercializa? (Feira, Loja, Sacolas, na propriedade, CSA, PAA, PNAE etc.)	Qual é a frequência? (diária, semanal, quinzenal, etc)
		Troca	Autoconsumo		
Agroindustrializados					
Beneficiados					
Serviços Ambientais					
Artesanato					
Turismo Rural					
Ecoturismo					
Insumo para Produção (adubos, humos, fertilizantes)					
Fitoterápico					
Outro Tipo de Recurso Natural*					
Trocas de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário etc.					
Biocombustíveis					
Outras Energias Alternativas					
Produtos Florestais					
Outros Produtos**					

* Quais?

** Especifique:

30. Qual a participação da produção não agrícola na renda monetária familiar total?

 80% 60% 50% 40% 30% 10% ____%
31. Consideração sobre a Mão-de-Obra: suficiente insuficiente

32. Consideração sobre o tempo de trabalho

- () Trabalha 8 horas por dia
 () Trabalha menos de 8 horas por dia
 () Trabalha mais de 8 horas por dia. Especificação _____
 () Trabalha de finais de semana. Especificação _____

33. Como o seu tempo está dividido?

- () atividades na roça _____% () atividades domésticas _____% () na associação _____%
 () na agroindustrialização _____% () na comercialização _____% () outras _____%

34. Utiliza mão de obra na propriedade:

X	Utilização de Mão de Obra	Quantas Pessoas?	Onde é utilizado?	Qual é o Valor Pago Estimado Mensal?
	Familiar			
	Contratada			
	Familiar e Contratada			

35. A Srª trabalha:

X	Local de Trabalho	Onde?	Qual é o Valor Recebido Estimado Mensal
	Apenas no estabelecimento rural		
	No estabelecimento rural e em outro local*		
	Em outro local*		

* No caso de outro local pedir a agricultora que especifique onde trabalha

36. Os familiares que residem com a Srª trabalham:

X	Local de Trabalho	Onde?	Qual é o Valor Recebido Estimado Mensal
	Apenas no estabelecimento rural		
	No estabelecimento rural e em outro local*		
	Em outro local*		

* No caso de outro local pedir a agricultora que especifique onde trabalha

37. A Srª ou a família têm alguma outra fonte de renda?

X	Transferências governamentais	Aposentadoria	Bolsa Família	Outros benefícios. Quais?	Qual é o Valor Recebido Estimado Mensal
	Entrevistada				
	Cônjuge				
	Pais				
	Sogros				
	Filhos				
	Agregados				

38. O Sistema Produtivo

- () Não depende de insumos externos
 () Pouco dependente de insumos externos
 () Dependente de Insumos externos. Quais são os principais? _____
 () Compra as sementes. Onde e quais? _____

39. Há dificuldade de aquisição de matéria prima na região? () Sim () Não

40. Os clientes (consumidores) são da região? () Sim () Não.

41. Os produtos possuem a certificação orgânica: () Não () Sim.

Se sim, estão certificados desde quando? _____ e qual a forma de certificação?

- () Auditoria () OCS – Controle Social
 () SPG – Sistema Participativo de Garantia

42. A senhora está satisfeita com a convivência com a falta de água?

43. Quais as práticas adotadas como estratégia de convivência com o semiárido?

44. Como o modelo produtivo adotado ajuda com a convivência com o semiárido?

45. Qual a sua satisfação com a renda obtida

Excelente – não tem o que melhorar

Bom – está no caminho, porém há fatores a serem melhorados

Ruim – Falta muita coisa para atingirmos o potencial esperado

Péssimo - Está longe do potencial esperado e não está caminhando em busca disso

46. A Sr^a. gostaria que seus filhos(as) permanecessem no meio rural e dessem continuidade à atividade da propriedade? Sim Não

Por quê? _____

OBRIGADA!!!